

v. 14, n. 27, 2025

CADERNOS

DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS



EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)

Equipe Editorial

Editora-Chefe

Michelle Rosa dos Santos

Editor Científico

Maria Julieta Ramallo Garcia

Editor Adjunto

Arthur Vargas Facini

Editores Associados

Thaciana Medeiros

Pedro Bahia

Editor de Relações

Laryssa Vieira Reis Oliveira

Isabela de Carvalho Neves

Luiza Fonseca de Souza

Marcelo Reis Filho

Editores Associados

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Michel Chagas

Renan Suzano

Andressa Araújo Valente dos Reis

Newton Gerardo Braune Neto

Vitor Reis Soares

João Gabriel Danon Tavares

Capa, layout e diagramação

Juliana Tardem

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 1 (2012-). Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2012-

1 recurso online: il

Periodicidade semestral

e-ISSN: 2238-3425

Disponível apenas online

Título abreviado: Cad. Est. Soc. Pol.

Título e resumos em português e inglês

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos. 3. Sociologia – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos

CDU 32:316(05)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

SUMÁRIO

5

EDITORIAL

7

A HISTÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES E AS REPRESENTAÇÕES
DA HISTÓRIA

José Antonio de Andrade

25

REFLEXÕES AUTOETNOGRÁFICAS SOBRE O LUGAR DO PES-
QUISADOR E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Francisco Jomário Pereira

49

LIBERALISMO POLÍTICO: QUAL A NEUTRALIDADE POSSÍVEL?

Robson Vitor Freitas Reis

61

PARTIDOS POLÍTICOS E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA
DE MASSAS: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Thaiza Siqueira da Silva

79

Violência política de gênero: um mapeamento do debate acadêmico

Jhennifer Myrla Ribeiro Dos Santos e Rayza Sarmento

99

PLATAFORMIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA ESFERA
PÚBLICA: IMPACTOS DO CAPITALISMO RECONFIGURADO NA VIDA
COTIDIANA

Ana Clara de Castro Franco Fagundes

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. Este número marca não apenas a continuidade de um projeto editorial construído coletivamente ao longo dos anos, mas também o início de um novo ciclo para a revista, com a renovação de sua diretoria e a incorporação de novos integrantes à equipe editorial.

A Cadernos é resultado do trabalho de sucessivas gerações de estudantes que assumiram o compromisso de manter vivo um espaço dedicado à divulgação e ao debate da produção acadêmica em Ciências Sociais. Em um contexto de desafios crescentes para a pesquisa científica e para a circulação do conhecimento, preservar e fortalecer iniciativas editoriais conduzidas por discentes é uma tarefa que exige dedicação, responsabilidade e compromisso coletivo. É nesse espírito que a nova diretoria assume a condução da revista.

Tenho a honra de assumir a editoria-chefe da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, responsabilidade que recebo com entusiasmo e profundo respeito pela trajetória construída por todas as equipes que nos antecederam. Como doutoranda do IESP-UERJ e integrante da revista nos últimos anos, acompanhei de perto os esforços de reestruturação, profissionalização e fortalecimento institucional que permitiram consolidar a Cadernos como um importante espaço de circulação da produção discente. Assumo este desafio comprometida com a continuidade desse trabalho, buscando ampliar o alcance da revista, fortalecer seus processos editoriais e reafirmar seu compromisso com a qualidade acadêmica, a pluralidade teórica e metodológica e o diálogo democrático.

A nova gestão também representa uma oportunidade de renovação. A chegada de novos membros amplia a diversidade de experiências, perspectivas e interesses de pesquisa presentes na equipe, contribuindo para o fortalecimento de um projeto editorial que se pretende cada vez mais plural, inclusivo e atento aos debates contemporâneos das Ciências Sociais.

Esta edição reflete esse compromisso. Os trabalhos aqui publicados passaram por rigorosos processos de avaliação e revisão, resultado do esforço conjunto de autores, pareceristas e editores. Cada artigo oferece contribuições relevantes para a compreensão de questões centrais da vida social e política contemporânea, reafirmando o papel da pesquisa científica na produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido.

Por fim, gostaríamos de registrar nosso agradecimento às equipes editoriais anteriores, cujo trabalho tornou possível a continuidade e o crescimento da revista. Agradecemos também aos autores, pareceristas, leitores e colaboradores que confiam na Cadernos como espaço de divulgação científica e debate intelectual.

Seguimos comprometidos com a construção de uma revista cada vez mais sólida, plural e aberta ao diálogo, fortalecendo a tradição da produção discente do IESP-UERJ e contribuindo para a circulação de pesquisas de excelência nas Ciências Sociais.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Michelle Rosa dos Santos

Editora-Chefe

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos

A HISTÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES E AS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA

The History of Representations and Representations of History

José Antonio de Andrade

Doutorando em História Política, Movimentos Sociais e Memória na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do grupo de pesquisa Regime Vargas e seus desdobramentos – UERJ, e do grupo de estudos José Luís Romero – UERJ.

Resumo

O objetivo proposto para este artigo é apresentar e aprofundar as discussões sobre as possibilidades teórico-metodológicas da Teoria das Representações Sociais como chave de análise da história. Em um primeiro momento, serão esclarecidas a história e as origens das representações sociais, bem como suas distinções em relação às representações coletivas. Para a segunda parte, o objetivo é a compreensão conceitual-metodológica da aplicação de tal teoria para a interpretação da história, tal como para a construção da sua narrativa, a partir dos seguintes questionamentos: como, quando, e de que forma o indivíduo, por meio das suas representações, retornou à História, e de que modo essas representações podem ser encaradas como chaves para o alcance de uma determinada realidade histórica?

Palavras-chave: representações sociais; representações coletivas; representações sociais da História

Abstract

The purpose of this article is to present and deepen discussions on the theoretical and methodological possibilities of the Theory of Social Representations as a key to interpreting history. Initially, it will seek to clarify the history and origins of social representations, as well as their distinctions in relation to collective representations. Secondly, the aim is to provide a conceptual-methodological understanding of the application of this theory to the interpretation of history, as well as to the construction of its narrative. How, when and in what way individuals, through their representations, return to history, and how these social representations can be seen as keys to achieving a given historical reality?

Keywords: social representations; collective representations; social representations of History

Introdução

Pelo presente trabalho, serão apresentadas e aprofundadas as discussões sobre as possibilidades teórico-metodológicas das representações sociais como chave de interpretação da história, seja para um indivíduo, ou um grupo social. O interesse de tal tema para a interpretação de um determinado recorte histórico — seja ele amplo ou exíguo — reside na sua capacidade de identificar a existência de uma transversalidade temático-representativa nos acontecimentos, que, por sua vez, constituem os limites do próprio recorte em que se inserem. Desse modo, em última instância, tais acontecimentos caracterizam elementos de intervenção no que uma determinada sociedade toma como a representação *natural* dos seus signos e símbolos, interferindo, assim, na identidade, bem como na memória social.

Dito isso, importa observar que a construção de uma identidade social não requer a indistinção entre o indivíduo e o grupo, ao contrário, o próprio indivíduo poderá, muitas vezes, representar uma espécie de identidade grupal no processo de construção das representações. Contudo, o grupo jamais existirá sem a existência de uma contraparte; em outras palavras, não pode haver um grupo em um vazio social. Como bem destacou Henri Tajfel, “um grupo não é uma ilha, da mesma maneira que o indivíduo também não é uma ilha” (Tajfel, 1982: 24).

Tomando por base a afirmação acima, conclui-se que os resultados dos sentimentos de pertença a um grupo não se desvinculam da inserção desse num sistema — cognitivo ou prático — de relações intergrupais. É através desse complexo de relações que se desenvolve o entendimento de identidade social de um indivíduo, seja ele inter ou intragrupal. Desse modo, uma vez que tal identidade “está ligada ao reconhecimento de [...] pertença a certos grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença” (Tajfel, 1972: 292), bem como às relações constituídas com outros grupos, pode-se afirmar que tal identidade pode ser tão mutável quanto o processo de representações que a justifica.

A partir desse conceito podemos entender o processo de construção de uma narrativa que, pautada nas representações sociais próprias daquele momento histórico, pode justificar certas identidades em detrimento de outras. Para entender tais identidades, é necessário compreender as representações sociais que as sustentam, o que pode ser o caminho mais curto para entender a participação de determinados indivíduos ou grupos na construção da História.

Acerca das representações coletivas e das representações sociais

Muitas décadas antes de Serge Moscovici desenvolver o conceito de representações sociais, Émile Durkheim já havia convencionado a existência de determinadas representações, demarcadas pelo que chamou de “entidades espirituais” (Durkheim, 1970: 37). Para Durkheim, seriam essas representações os elementos constituidores tanto da elaboração mental individual, quanto da construção coletiva social. Neste caso, as representações individuais teriam origem no exercício da fisiologia cerebral e, mais ainda, constituiriam uma espécie de entidade autônoma. O mesmo raciocínio se aplica às representações coletivas, oriundas do processo de acordo e concorrência entre as consciências individuais, cujo resultado constitui outra coisa que não a mistura delas.

O que Durkheim apresenta como representações coletivas são fenômenos sociais anteriores ao indivíduo e, portanto, externos e independentes dele. Consequentemente, as regulamentações legais ou mesmo os signos e símbolos mais importantes da vivência coletiva e seus conjuntos de manifestações, como as regras morais, a religião e outras convenções sociais, possuem um caráter impositivo ao próprio indivíduo, e não o contrário, o que estabelece sua origem em uma *entidade moral* que o transcende. Portanto, dentro da concepção durkheimiana, não pode haver separação entre o social e o mental. Ambos se constituem pelo todo e não por cada parte que os compõe.

Em observação às concepções de Durkheim, admite-se um caráter progressivo para a formação das representações coletivas. Em outras palavras, ao se mesclarem dentro do processo histórico, elas vão ganhando força, complexidade e autonomia. É também por essa observação que se pode supor que o maior grau de originalidade residia no primeiro conjunto de representações que, dada a impossibilidade de mesclagem e concorrência, conservou unidade com o ambiente social em que se desenvolveu, bem como com os indivíduos que o formavam. Contudo, uma vez rompido esse primeiro conjunto, a possibilidade de interação tornou-se uma constante e as representações coletivas acabaram transformadas em entidades autônomas que cada vez mais se desvinculavam do ambiente social e da mentalidade individual e passavam a depender mais das representações que as antecederam do que da estrutura social contemporânea.

Partindo desses conceitos, na tentativa de definir os pressupostos para o desenvolvimento da sociologia como um campo de estudo autônomo, buscou-se estabelecer com exatidão os campos de estudos entre essa e a psicologia. Para Durkheim, a primeira deveria se ocupar dos eventos sociais, considerando-os originais, autônomos e compulsórios, de forma a se impor ao todo, abrangendo, assim, todos os indivíduos intencionados por uma determinada mentalidade social; já a segunda deveria ser dedicada ao indivíduo. Contudo, o próprio Durkheim reconhece haver uma lacuna a ser preenchida na relação

entre esse indivíduo e o corpo social em que ele se insere. Trata-se de um novo campo de estudo que, segundo o autor, poderia ser atendido pela abordagem de uma “sociologia psicológica” (Durkheim, 2007: 42).

É a partir desse novo campo que as representações passam a receber um novo olhar pela ciência. Invertendo a ordem das palavras de Durkheim, Moscovici¹ lançou as bases para o estudo das representações sociais no plano da psicologia social. Pode-se dizer que essa abordagem do tema parte especialmente de duas inquietações do autor, quais sejam: como se formam e se estruturam as relações sociais no domínio da psicologia social e como se opera esse sistema que, em última instância, é elemento constituidor da memória social.

Portanto, é exatamente naquele campo intermediário para o qual Durkheim chamou atenção que a abordagem proposta por Moscovici tratava de atuar, ou seja, na relação indivíduo-sociedade. Para tanto, o ponto de partida para a construção teórica do autor foram os seguintes questionamentos: que papel desempenha o social na formação do pensamento (individual)? De que maneira as representações e a memória (processo psíquico individual) podem ser estudadas em articulação à conjunção social?

A fim de possibilitar respostas a esses processos, Moscovici buscou estabelecer com rigor teórico o que seriam as tais representações sociais. Ao empreender a ideia, definiu método e flexibilizou o conceito de representação em relação a Durkheim. Foi então possível contemporizá-los, adaptando-os para pensamentos além do contexto histórico em que foram desenvolvidos, desvinculando-os, portanto, da coexistência única com os saberes tradicionais.

A partir dessa nova metodologia, que permite a abordagem de conceitos mais amplos, como processos ideológicos e o conhecimento verificado, ou científico, foi possível estudar as representações sociais nos distintos níveis de sua atuação, tanto individual quanto coletivo. Moscovici argumentou que as representações sociais são, em grande medida, construídas pelos exercícios do processo de comunicação desenvolvidos entre os indivíduos, nos grupos e na sociedade como um todo. Alicerçado em seus pressupostos metodológicos, o autor buscou a elaboração de um arcabouço que sustentasse em teoria a construção de uma psicologia social do conhecimento (Moscovici; Marková, 1998).

O conceito de representações sociais foi definido por Moscovici como uma “forma de conhecimento particular” (Moscovici, 2012: 29). Para o autor, a função exata de tal conhecimento “é elaborar comportamentos e permitir a comunicação entre indivíduos” (*Ibidem*: 29), contrapondo-se, assim, à ideia de representações coletivas defendida por

1 Trata-se da tese publicada por Serge Moscovici em 1961, com o título **La Psychanalyse: son image et son public**. Contudo, aqui usamos a versão traduzida para o português (Moscovici 2012).

Durkheim, como fenômenos externos aos indivíduos, independentes e anteriores a eles (Durkheim, 2007: 74-75). Portanto, o que marca a separação entre os pressupostos metodológicos dos dois autores é a origem das representações, e não exatamente o que ela representa ou a sua categoria (Moscovici, 2001).

A conclusão a que se pode chegar a partir dessa diferenciação é que o olhar de Moscovici para as representações está mais para os processos que as compõem — ou seja, o produto das interações humanas (interindividuais ou coletivas) que, a partir de determinados valores e regras compartilhadas, constituem uma realidade que se adequa ao ambiente social determinante — do que para o exato conteúdo de tais representações. Desse modo, embora o autor não negue a natureza coletiva das representações, o mais importante são os processos em que elas são originadas, processos que Moscovici apresenta como sendo elementos de construção da realidade social.

Essa observação permite suscitar mais um ponto de diferenciação para a questão das representações coletivas e sociais. Enquanto a primeira só se originaria a partir dos grandes eventos coletivos e em produtos da interação social, a segunda, para além dessas circunstâncias geradoras, estaria também vinculada aos pormenores diários da vida individual, tais como a forma de se comunicar, as relações interindividuais, ou ainda a forma em que se enxerga a própria realidade individual.

É a partir dessa concepção que a ideia de teorias ingênuas da realidade proposta por Moscovici se apresenta como um elemento plausível para a elaboração das representações sociais tomadas por cada indivíduo como uma realidade natural. Para o autor, essas teorias ingênuas são, na verdade, artifícios desenvolvidos individualmente por cada membro de uma determinada sociedade para interpretar mais facilmente a conjuntura social em que está inserido (Moscovici, 2012). A necessidade desses artifícios, na concepção teórica do autor, está especialmente apresentada pela complexidade estabelecida pela urbanização, pelo avanço tecnológico e, especialmente, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação.

É nesse ponto que a teoria das representações atende aos objetivos propostos para este trabalho. Entendemos que a complexidade apresentada, especialmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, oferece a possibilidade de intervenção na construção das representações, ainda que, alegadamente, o indivíduo goze de determinada liberdade. É necessário, ao trazer a lume a questão de como são construídas as representações individualmente, atentarmos para uma segunda questão que se impõe, qual seja, o que se apresenta como sujeito e objeto dessa representação? Em outras palavras, há a representação de quem e do quê?

A partir desses questionamentos, as respostas poderão aparecer em forma de novas dúvidas. Uma vez que a profundidade da questão está relacionada à complexidade ofere-

cida pela informação, há que se questionar se o processo de origem das chamadas teorias ingênuas ocorreu de forma espontânea e individual ou se foi interferido pela propaganda, gerando o que propomos entender como *teorias ingênuas coletivamente compostas*.

Uma vez que o ponto de partida da concepção teórica de Moscovici está em como são elaboradas as representações pelos sujeitos, a partir dos eventos experimentados bem como da interação social, importa observar suas vinculações e posição ocupada na estrutura social, bem como seu nível cultural e educacional. Desse modo, compreende-se que é a partir da junção entre elementos da individualidade (subjetividade) e o conjunto de conhecimentos e convicções herdadas do corpo social que o sujeito elabora suas teorias para compreender o mundo a sua volta, em outras palavras, suas representações da realidade (ancoragem).

Dessa forma, observa-se que, embora as representações possuam origem nas ações individuais, elas carregam traços de representativos que as antecedem no corpo social, gerando o que podemos caracterizar como círculos formativos das representações sociais que, em última instância, é onde se vinculam os aspectos coletivos e individuais elementares para a formação das representações sociais. O estabelecimento desse vínculo entre o individual e o coletivo permite estudar de que modo se dá a manifestação dos reflexos do social na formação das representações individuais quotidianas, tal como seu partilhamento e, por consequência, sua perpetuação.

É correto afirmar que seriam nesses círculos onde se originam e se modificam as representações, contudo são também eles o campo propício para a atuação da propaganda. Assim sendo, o campo de origem das representações sociais é também o campo que as coloca suscetíveis às interferências.

Pela propaganda, veiculada principalmente pela imprensa, apresenta-se a possibilidade de processar as representações no plano ideológico. O elemento definidor para o conceito de representação a ser propagado, nesse caso, “está ligado às filiações políticas, religiosas, econômicas ou sociais de cada veículo” (Moscovici, 2012: 97-98). Nesse caso, entende-se uma limitação às representações sociais, tornando-as menos ligadas ao indivíduo e mais entendidas como um produto das instituições. Encarar as representações como um produto das instituições é também a possibilidade de as encarar como passíveis de manipulação. Embora isso possa sugerir uma aproximação entre representações coletivas e sociais, a duração e a naturalização do processo, e das próprias representações, continuam diferenciando-as.

À vista do exposto, há que se considerar, além das condições já mencionadas de cada veículo, a unicidade do assunto na imprensa, sua antecedência e duração no tempo, os interesses que as movem, a que grupos sociais tais representações estão identificadas e, especialmente, a que fenômenos estão ligadas. São esses elementos que poderão servir

como marcadores para a identificação de interferência na elaboração dos conceitos de representatividade do indivíduo.

Embora para a Teoria das Representações Sociais (TRS) o indivíduo seja um portador dos modelos representativos do grupo social no qual se insere, tal teoria reserva ao sujeito algum grau de flexibilidade nesse processo. Ao poder optar por determinados meios de informação em detrimento de outros, como veículos de imprensa, livros ou mesmo eventos artísticos, o indivíduo conservaria para si alguma independência na elaboração das suas próprias representações. Portanto, as representações individuais se apresentariam como o resultado do caldeamento de distintos conhecimentos próprios, refletindo, além das marcas da sociedade, a expressão do próprio sujeito.

Há que se considerar nesse caso que o que se pode tomar como expressão do sujeito é a exata bagagem adquirida em sua vida pregressa e a relação dela com o social, uma vez que, em termos antropológicos, o homem é incapaz de produzir seus próprios códigos interpretativos. Como afirma Clifford Geertz, “o homem não pode formular sistemas mentais, sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, pois esses modelos são os elementos essenciais com que ele percebe o mundo” (Geertz, 1989: 322). Se as representações particulares de um indivíduo são orientadas por modelos públicos e simbólicos, há que se questionar a amplitude do grau de flexibilidade do sujeito na elaboração das suas representações.

Portanto, para a construção racional do trabalho do historiador, em observação aos eventos históricos correspondentes, se faz necessária a seguinte questão: em uma sociedade em que há décadas determinados termos foram continuamente conceitualizados de forma planificada, qual a real condição do indivíduo em relativizar tais termos e elaborar uma representação genuína? Em outras palavras, para o sujeito que teve toda sua formação intelectual, cultural e educacional no seio dessa sociedade, qual seria o seu grau de flexibilidade? Trata-se, nesse caso, de uma verdadeira disputa do controle da narrativa, da tentativa de manipulação daqueles *modelos de orientação públicos e simbólicos*.

Essas são questões que se apresentam no exato momento em que a TRS transita entre o individual e o social, ou seja, quando, pela incorporação de elementos das representações coletivas — como discursos, comemorações, conhecimentos etc. —, o indivíduo se volta para o coletivo, seja de forma prática ou opinativa. É precisamente a partir desse movimento circular que são formadas as representações individuais, que permitem ao sujeito formular sua própria interpretação do real, pela qual se apresentará sobre as mais diversas questões do ambiente social.

O movimento circular da formação das representações não se restringe ao conteúdo, mas está presente principalmente no seu desenvolvimento por meio de processos descritos por Moscovici como objetivação e ancoragem. A objetivação está relacionada ao

processo de materialização das ideias, partindo do abstrato e relacionando-as aos próprios conhecimentos, conceitos e convenções incorporados do coletivo. Quanto à ancoragem, trata-se do processo de interpretação de cada novo elemento pelo sujeito, que se dará dentro de uma grade referencial anteriormente incorporada junto a organizações ou grupos sociais em que esteja inserido.

Desse modo, dentro da concepção da TRS, tudo é rigorosamente interpretado obedecendo a referências anteriores; portanto, reafirma-se a ideia de permanência e não de rupturas em relação às concepções e interpretações pré-estabelecidas. Consequentemente, essa estrutura mental que concebe a interpretação tende a eliminar a dicotomia desconhecido/conhecido, uma vez que busca aproximar o primeiro do segundo, ou seja, para o novo serão formulados conceitos baseados em velhas premissas herdadas das convenções sociais.

Contudo, essa circularidade da formação das representações, que parece acontecer de forma natural e inexpugnável, a depender dos acontecimentos, pode ser quebrada. Ou seja, quando o novo se aproxima do que convencionalmente se rejeita, ameaçando a ordem das coisas, exige-se uma reestruturação das concepções e juízos para que tal elemento seja interpretado por representações anteriormente convencionadas. É a partir desse momento que as representações sociais podem ser encaradas como um campo passível de manipulação e, portanto, uma ferramenta política.

Com a ressignificação de determinados termos, mediante a saturação propagandística e a perpetuação desse sistema no tempo, os conceitos tomados ao social para a interpretação do real pelo indivíduo tendem a ficar comprometidos e, por consequência, os círculos de formação das representações também. Assim sendo, o domínio da narrativa confere o poder de ressignificar conceitos que, por sua vez, podem ressignificar representações. Desse modo, infere-se que quem controla a narrativa controla — em certa medida — a maneira como determinados indivíduos, grupos sociais, ações ou pensamentos políticos irão ser interpretados em uma sociedade, podendo levá-los à laudação ou à execração pelo conjunto social que absorve tais representações.

A história, o historiador, e a Teoria das Representações Sociais

Há que se notar que toda disputa em torno da validação de uma dada identidade representa em exatidão a disputa pela legitimação dos ideais de um determinado grupo. Portanto, a forma como tais grupos representam a história é primacial para a construção da identidade que desejam para si. Trata-se nesse caso de um recurso comparativo, uma vez que a história de cada coletivo social se estabelece a partir das relações com os demais. Pode-se dizer que a interpretação do passado, e não o passado em si, irá determinar como

cada grupo se posiciona no presente e como orienta suas estratégias para o futuro. Essas estratégias irão definir, além das relações dentro do próprio grupo, a sua relação com os demais. O passado, nesse caso, nada mais é que um produto da interação entre ele próprio e as representações sociais vigentes no momento histórico em questão, ao contrário daquele passado imperativo, categórico e imutável, que dita o presente por meio das representações coletivas.

Tal dinâmica, a depender do processo histórico, pode conduzir a rupturas ou permanências, a antagonismos ou ajustamentos, à demarcação de novas representações ou à manutenção das já estabelecidas. Portanto, não se trata unicamente de “entender a tradição, mas a inovação, nem a vida social já feita, mas o curso da sua construção” (Moscovici, 2003: 26). Isso implica, inevitavelmente, por parte do historiador, uma necessidade de renúncia. Há que se renunciar à história tradicional, à história das personalidades e à história totalizante (Chartier, 1991), que, de modo geral, é subsidiada pelas representações coletivas, portadoras de uma suposta irrefutabilidade da verdade histórica do passado, em outras palavras, da confusão entre passado e história.

Embora o passado alimente o presente, ele não é uma verdade atingível pelo historiador. Exceto o fato de que o passado é passado, todo o mais são representações, e não uma realidade concreta (Plumb, 1969). Dizer isso significa dizer que a busca pelo entendimento do passado leva, de fato, ao entendimento do presente. Tal passado é, na verdade, nada mais que o desejo oculto de um indivíduo, ou do grupo ao qual se insere, por algo que nunca existiu. O passado real, aquele inatingível, não interessa. Ele não justifica o presente. As representações dele sim. Portanto, não se pode dar o passado como algo concluído, encerrado em si mesmo, uma vez que as representações sobre ele podem ser modificadas.

A essa altura poderá questionar-se o leitor sobre a possibilidade de uma construção histórica factível que não seja para uma história do presente. Se o passado é inatingível, então é impossível fazer história? A resposta é: Não! Cada tempo histórico é um produto das suas próprias representações, que podem ser acessadas nas fontes e averiguadas por meio das suas relações com o seu próprio passado (Ankersmit, 1988).

Logicamente, temos grandes crônicas que detalham a vida de um rei, e pode não haver uma página sequer sobre a vida de um santeiro, ou de um pintor que retratava esse mesmo rei. Contudo, a grande crônica da vida de um rei é mais mentirosa do que as fontes que não existem sobre a vida dos outros dois. Certamente, a trincha do pintor e o cinzel do escultor terão muito mais a dizer sobre tal rei — e a sociedade por ele representada — que a sua própria crônica.

Aqui está o ponto de virada para uma história a partir das representações sociais. Ao tomar a vida do indivíduo anônimo como objeto histórico, abre-se uma nova janela de

possibilidades. Opera-se o abandono da personalidade. Não será mais a personalidade a explicar o todo, mas, sim, ela será explicada pelo todo. A própria personalidade, o evento histórico, devem ser encarados como parte do todo, despidos, portanto, do seu caráter de oficialidade (*Ibidem*, 211). A história feita a partir de fontes que não foram feitas para serem fontes é mais honesta e mais isenta do que aquelas produzidas a partir das fontes que foram feitas com essa finalidade.

A história interpretada a partir das representações sociais requer, em última instância, a inclusão do indivíduo. Não serão mais as grandes personalidades, as grandes pinturas dos artistas clássicos ou mesmo os grandes discursos que darão conta de representar toda uma sociedade. As fontes históricas oficiais são destronadas desse lugar sagrado pela arte do efêmero. Deixa-se a oficialidade em vista da rua. Deixa-se a oficialidade em benefício do indivíduo, do conjunto. Aos documentos oficiais são somadas as manifestações espontâneas. São grafites, panfletos comerciais, elementos da propaganda, objetos de consumo e qualquer outro meio que possa expressar o sentimento de uma sociedade sobre ela mesma, bem como as suas próprias representações acerca de uma determinada realidade.

Passa a ser importante para a compreensão da sociedade aquilo que até então não era. É uma história pautada no contexto (Holsinger, 2011). Saem as grandes narrativas; entram o que delas o indivíduo pode representar, e mais, o que disso foi *transversal ao conjunto de uma sociedade*.

É importante destacar que, embora coletividade e individualidade interajam fortemente, elas não são, de forma alguma, produtos ou produtoras de representações pré-determinadas. São elas fruto de uma gama diversa de representações singulares acerca de um fenômeno histórico. A existência das representações de cada indivíduo é uma síntese de múltiplas interferências, individuais ou coletivas, que foram absorvidas pelas suas próprias experiências. Nesse sentido, o sucesso em se conseguir captar nesse processo de multirrepresentações aquelas que são transversais à sociedade pode significar o entendimento de um processo histórico.

É o estudo do que até então era objeto de desprezo pela história que permitirá essas análises fundamentais, sem as quais não se compreende a própria disciplina História. *Importam as representações feitas pela sociedade de cada elemento do seu cotidiano, do privado, que é onde opera sua dimensão fundamental, a separação entre personalidade e objeto*. É uma história que trabalha as questões de gênero, as relações parentais, as questões de poder e opressão — o político —, as expressões de cultura popular, entre tantas outras. Trabalha, sobretudo, com o universo das representações.

A interpretação da história através das representações sociais nos leva a um conceito novo e dinâmico sobre a realidade. Se por um lado podemos dizer que é uma história de regresso ao indivíduo, ao acontecimento, por outro, esse retorno é separado da

personalidade, isto é, da importância valorativa que ambos possam eventualmente ter. Em outras palavras, é o retorno ao acontecimento e ao indivíduo anônimos, cujo significado é uma nova chave, diferente, para se interpretar a totalidade histórica.

O olhar do historiador não só ao dito, mas principalmente ao interdito, àquilo que foi dito sem querer dizer, ao que foi dito subliminarmente, é o que permite sair do simples e acessar o complexo na interpretação da História. Podemos dizer que a história que se pode construir por meio das representações do indivíduo que não é uma personalidade (Ankersmit, 1988: 214), uma vez desligada do objeto, a história que trabalha acontecimentos, e não eventos, é uma porta de entrada para compreender a complexidade da realidade histórica. Ao historiador é mais fácil acessar essa complexidade por meio de uma análise, ainda que quase exclusivamente contextual, da vida de um indivíduo perfeitamente anônimo do que de uma série de dados e números oficiais que se referem à totalidade. É muito mais realista e profunda a percepção da realidade a partir das representações das individualidades que a compõem do que aquela tomada a partir de dados que, em sua superficialidade, homogeneiza e se constrói pelo que é comum.

Tomamos por exemplo um fato comum à maioria dos indivíduos de quase qualquer sociedade ocidental nas últimas décadas. Trata-se do indivíduo que contraiu empréstimos para compra de carro, moradia etc., e que vê os preços aumentarem continuamente. É evidente que preços e juros têm importância real na vida desse indivíduo, até porque parte das opções de vida dele acaba sendo definida pelas prestações que ele precisa pagar ao fim do mês. Nesse sentido, a análise dos preços, dos juros, e as séries econômicas são importantes, mas é muito mais importante a análise da sua vida cotidiana, de modo a perceber de que forma, nas suas opções, esses elementos fizeram com que sua vida fora de uma forma e não de outra. Aí está tudo o que ele pode representar da sua realidade.

A história a partir das representações, do estudo do indivíduo que não é personalidade, permite aceder a dramas que são muito mais transversais a uma sociedade do que a série econômica com todos os seus números. Ao trabalhar o indivíduo pelas suas manifestações, seja em um blog, redes sociais, diários pessoais etc., ou ainda pela representação da totalidade na individualidade, como em grafites, panfletos, cartazes, protestos etc., se tem acesso muito mais claro aos dramas de muitas famílias do que simplesmente pela série econômica que mostra a elevação das insolvências dessas famílias em um determinado período.

Embora seja importante saber desse aumento em X%, é muito mais valioso entender os dramas pessoais que estiveram por trás de cada indivíduo escondido naquele valor percentual, cuja reação é nada menos que a externalização de resultados da sua representação do fato. Ainda que tal representação seja fruto da relação entre o momento em questão e o seu passado, ou seja, das experiências pregressas de cada indivíduo, tal representação é

a mais clara a que se pode chegar.

Para se entender um protesto contra um poder instituído, o que pode ser mais importante: os documentos oficiais, o que disse a imprensa sobre ele, ou os dizeres, os cartazes e as faixas dos próprios protestantes? Será que uma religião com milhares de fiéis pelo mundo, em diferentes culturas, é representada por cada um deles de forma única? Pode se supor que não. Então, onde se pode ter a mais clara representação de tal religião: nos seus manuais e códigos escritos, ou na manifestação espontânea de cada fiel? Será que a religião interfere em cada cultura, ou ocorre mais o contrário? Se olharmos para o cristianismo, deixando de lado a iconografia dos santos, que tende ao infinito, o que poderia justificar um Cristo judeu palestino com fisionomia europeia? E esse *mesmo* Cristo com rosto chinês (Reis, 2019)² em Macau? E o Cristo negro esculpido por escravizados no vice-reino do Peru? (Reis; Bonzatto, 2020)

Qualquer fato da vida cotidiana está sujeito à ressignificação, a ser nova e continuamente representado (Ankersmit, 2012). Quando um perigo iminente é noticiado pela imprensa, seja uma catástrofe natural, uma epidemia, uma ameaça de guerra, uma ameaça de golpe político ou uma crise econômica, todos nós já temos uma representação perfeitamente pronta para defini-lo. Mas essa perfeição só dura até a chegada do novo fato (Lippmann, 2010). Nenhuma catástrofe é igual. O que sabemos e o que nos é acrescentado por cada acontecimento é que nos fornecerá elementos para a formação de novas representações que nos moldarão à ação. A soma delas não define o social, mas a interação entre elas, entre cada indivíduo; isso é que definirá a representação social do fato. Mas afinal, existe o fato? Sim, ele existe. Existe o tanto quanto é efêmero. O fato está contido em si mesmo e seu fim é a sua morte. O que sobrevive dele são unicamente representações (Plumb, 1969: 145).

A análise do fato histórico pelas suas representações só é possível por meio do processo que podemos entender conceitualmente como *anástrofe das fontes*, isto é, a transformação do que não importava, do que era desprezível, em elemento principal para a concepção da história, na representação concebida por cada indivíduo. Não se trata de elaborar uma história micro, que partirá da agregação de vários micros para entender o macro, mas de compreender como cada representação, cada acontecimento histórico, por cada indivíduo, foi transversal à totalidade. Não importa determinar o fato, mas sua representação, que nos permite acessar determinadas realidades apenas acessíveis pela vivência do indivíduo. Embora essa realidade a que se chega seja individual e, em certa medida, intransmissível, certamente é transversal a milhares e milhares de indivíduos, seja por submissão ao mesmo fato histórico, seja por experiências históricas e culturais.

2 Algumas dessas imagens (não temos conhecimento se intencionalmente ou não) terminaram por compor altares até mesmo no Brasil.

Ao deixar aquela sequência fria de números a fim de buscar entender as consequências do que ela expõe, seja por meio de comportamentos, decisões, conquistas ou renúncias, o historiador chega, na verdade, à compreensão das representações sociais daquele determinado fato histórico, ainda que limitadas àquele pequeno grupo de indivíduos. Contudo, é a comparação entre essas representações e outras, concebidas por outros grupos sociais submetidos ao mesmo fato histórico, que nos permitirá chegar o mais perto possível da realidade histórica.

É por meio dessa comparação que se pode chegar aos *evocadores* (Hakoköngäs, E.; Sakki, I. 2016), ou seja, termos comuns e desencadeadores de determinados comportamentos, possibilitando, assim, uma análise do macro. Se um documento governamental, um jornal, ou qualquer outra fonte da oficialidade têm/tiveram por objetivo macular a imagem de alguém, de algum personagem histórico, muito mais do que o conjunto do discurso, interessam os evocadores presentes neles. Palavras detonadoras de crítica, como medo, morte, escravidão, assalto, fome, peste, praga, trevas, verme, corrupção, desonestidade, subversão, extremismo, traição etc.; ou palavras laudatórias, como honra, honestidade, virtude, trabalho, caridade, fraternidade, futuro, Deus, riqueza etc. São, portanto, esses termos evocadores as chaves para se entender como e por quais razões uma determinada sociedade decidiu reagir de uma forma e não de outra a um acontecimento, a um discurso ou personagem político, ou mesmo a uma contingência da vida financeira. Assim também são criados os heróis e, por que não?, os vilões.

Imaginemos o escritor mais importante de algum século passado da nossa história. O simples fato de assim o fazermos já é uma representação. Seria ele, realmente, o mais importante de sua época? Era o mais lido? Pode-se afirmar quase que certamente não. O fato de determinadas personalidades ou eventos serem considerados unanimidades são oficialidades, escolhas deliberadas a fim de definir o passado para significar o presente (*Ibidem*: 648). Certamente, nessas escolhas o não erudito, o popular, passou ao largo. Ele não interessa à oficialidade.

Outros autores com produções que não passaram pelo crivo das grandes editoras, como o cordel, os contos populares etc., sem dúvidas eram muito mais acessíveis e lidos que tal autor que hoje supostamente representa aquele passado. Portanto, seu poder de influência na sociedade de então era, indubitavelmente, maior que qualquer autor que hoje se supõe ser o maior de algum tempo.

É essa literatura popular que mais se pode aproximar das representações daqueles leitores. O autor que hoje tomamos por mais importante, na verdade, era a expressão das representações de um dos muitos grupos sociais que compunham o grande universo daquela sociedade, mas que, por razões próprias, sobreviveu ao tempo e entrou para a oficialidade. Será que todos os gregos leram Heródoto, que todos liam Cícero na antiga

Roma? Será que todos os portugueses da década de 1570 leram *Os Lusíadas*? É possível que um pequeno fado, escrito e cantado nos meios populares, fosse composto por muito mais representações da sociedade portuguesa de então e a representasse mais que a obra prima de Camões.

É nesse conjunto de fontes produzidas pelos indivíduos, na sua universalidade, que podemos encontrar o conjunto daqueles termos evocadores, que em suas épocas foram dotados dos extremos significados que compunham as representações daquela sociedade. Dizer isso é dizer que daqui a cinquenta ou cem anos poderá um historiador ter acesso muito mais claro às representações da nossa sociedade analisando um *funk*, composto e apreciado pela parcela periférica da nossa sociedade atual, que por qualquer outro gênero musical da nossa erudição social. Tais evocadores são as chaves que permitem o escrutínio das fontes, inclusive as oficiais.

Se, para uma história do presente, esses evocadores podem ser oferecidos ao indivíduo, a fim de colher diretamente sua representação, obviamente, para o passado, essa opção inexistente. Cabe ao historiador, portanto, interpretá-los pela sua origem. Se a antropologia nos afirma ser o homem incapaz de criar seus próprios signos, só poderá estar, portanto, nas suas experiências pregressas a origem das suas representações. É nesse ponto que as fontes oficiais retornam à história, não como tal, mas como parte do conjunto de representações que compõem o universo da sociedade.

É verdade que as fontes oficiais reclamam para si, em qualquer tempo, o monopólio da verdade histórica, mas também que, em nenhum tempo, foram senhoras de toda a interpretação sobre si (Ankersmit, 2012), ainda menos das representações a que tal interpretação fora submetida. Em outras palavras, as fontes oficiais são construções narrativas que buscam orientar uma determinada sociedade, contudo, para ter bom êxito, precisam ser objeto, de acordo com as representações sociais que moldam a mentalidade dessa mesma sociedade. Antes de ser construída para o historiador do futuro, ela é para a sociedade do momento.

Seus prazeres ou suas aversões, suas angústias ou suas alegrias, seus medos ou suas confianças, o que ameaça ou o que protege, o bem ou o mal, entre outros elementos socialmente representados, são evocadores identificáveis naquelas fontes feitas para serem fontes. Nos discursos, nas notas oficiais, nas expressões de um monumento, no texto das leis, na narrativa da imprensa etc., tudo é voltado para as representações já significadas, para o objeto da construção da oficialidade, ou seja, o indivíduo. Por mais que se queira evocar a tal oficialidade, o que passará à história, no fundo, não será a vontade contida em tal fonte, mas a representação que o seu receptor for capaz dela retirar.

Os evocadores são, portanto, carregados de representações. Cabe ao historiador decifrá-las. Onde estão elas? Em seus próprios passados. O que pode ter significado esca-

vidão para um brasileiro de 1900? Certamente não a mesma coisa que para um de 2000. E para quem não viveu em um país onde nem existiu escravidão? O que significa fome para quem nasceu em uma classe abastada? Obviamente, não tem o mesmo sentido para quem nasceu na pobreza. Será que peste teve o mesmo significado para um europeu do século XIV e para um do XXI? Ainda se pode ir além. Será que Deus teve o mesmo significado para todas as pessoas, em qualquer tempo? O comunismo que um brasileiro tem representado será o mesmo que para um chinês, um russo? Mesmo para o brasileiro, foi o mesmo durante todo o último século? Terão tido esses evocadores a mesma carga simbólica para indivíduos de diferentes posições sociais dentro de uma mesma sociedade? Entender a carga de significado que cada termo evocador portou em um determinado tempo significa entender as representações a ele correspondentes. Entender essas representações significa entender a história daquela sociedade naquele tempo.

O entendimento do processo de construção das representações do mundo pelo indivíduo passa pelo escrutínio acerca do sujeito e do objeto dessas representações, ou seja, a quem e o que se representa? Cabe acrescentar ainda: quem e de que lugar social se representa? As respostas a essas perguntas, no seu conjunto, serão a chave para se entender como determinados evocadores foram representados pelos seus sujeitos. Ao fim e ao cabo, a história será dita mais pela representação e menos pela intenção por trás de um termo evocador.

Definitivamente, para a construção da história, importa menos o objetivo do produtor de um determinado documento, de um evento, e mais a forma como cada indivíduo o representou e como isso, de alguma forma, fez mudar os posicionamentos políticos, os hábitos, os costumes e os gostos. No limite, qualquer documento é um filho órfão. E para cada indivíduo ele será um novo documento, totalmente aberto a novas representações que, em última instância, serão reflexos das suas experiências e de seus conhecimentos.

Esta é a máxima capacidade interpretativa que conseguimos conceber, em termos epistemológicos, como dada a um indivíduo. Cada indivíduo é uma realidade (Lorenz, 2015). Cada indivíduo é a sua representação e o seu documento. Seja em sentido estrito, pelo evocador que lhe foi oferecido, seja em sentido lato, para forma em que ele constrói e interpreta a sua própria narrativa de vida.

Considerações finais

A esta altura, após tantos devaneios, inevitavelmente uma pergunta vem à tona: e como a História fica aqui? Como a história fica nesta realidade que, em primeiro lugar, abraça o indivíduo, que antes não interessava porque não era personalidade, não era portador dos documentos históricos, e, em segundo, passa a afirmar que cada indivíduo, em

última instância, é soberano de suas próprias representações? E mais, em uma concepção que cada uma delas é uma representação perfeitamente legítima e importante para a construção da leitura acerca de uma determinada realidade? Portanto, onde fica a história, onde ficam as Ciências Sociais?

A História inevitavelmente se refugia na excepcionalidade. A luz da epistemologia, uma história centrada no indivíduo, sendo ele levado ao limite de ter suas próprias leituras e representações acerca da realidade, da totalidade, não poderia ser alcançada através da soma de todos os indivíduos, mas de todas as suas perspectivas. É como se a realidade analisada pudesse ser presa, tornada estática, e que para cada uma tivéssemos infinitas perspectivas em cada círculo a sua volta. Poderíamos dizer, então, que nenhuma representação é válida, mas que todas são válidas; nenhuma é a verdade, e todas são verdade.

Devemos, portanto, nos perguntar: a que interessa isso? Interessa, sobretudo no campo da historiografia, para compreender, na complexidade dos indivíduos, os casos exemplares, a excepcionalidade que nos revela a realidade, mas principalmente para nos mostrar a fragilidade da tentativa de encontrar conhecimentos absolutos, ou, por assim dizer, conhecimentos verdadeiros.

Este é o grande paradoxo de uma história pelas representações sociais, pois ela não é a soma de representações unidas pelas similaridades, mas é a realidade contida nas diferenças que as transversalizam, de forma a torná-las similares. Se colocarmos à análise um grupo social reunido por um credo, obviamente seremos tentados a buscar a convergência, o que lhe é comum. Seremos tentados a imaginar que esse é o universo da verdade acerca de tal credo. Contudo, tal análise é certamente insuficiente para denotar a complexidade que está por trás de cada membro de tal grupo. Tais complexidades são, em última instância, o mais próximo do universo da verdade histórica a que podemos chegar, e o mais longe da oficialidade em que podemos nos manter.

Serão essas complexidades, ou seja, a forma com que cada realidade particular agiu sobre cada indivíduo, a base para formulações de diferentes representações por diferentes indivíduos, acerca do mesmo objeto. Somente por meio das representações, do que as difere e, ao mesmo tempo, as aproxima, é que se poderá chegar a uma realidade subjetiva, o ponto mais próximo da realidade histórica, tanto em relação ao grupo, quanto ao credo. Na relação entre história e representação social, a diferença que une nos leva ao mundo exterior, enquanto a igualdade que limita mantém-nos preso ao fundo da caverna.

Recebido em 13 de junho de 2025

Aprovado para publicação em 05 de junho de 2026

Referências

ANKERSMIT, F. R. Historical Representation. **History and Theory**, n. 27 v. 3, pp. 205–228, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/2504918>.

ANKERSMIT, F. R. **Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation**. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, n. 5, v. 11, pp. 173–191, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HAKOKÖNGÄS, E., & SAKKI, I. The Naturalized Nation: Anchoring, Objectification and Naturalized Social Representations of History. **Journal of Social and Political Psychology**, n. 4, v. 2, pp. 646–669. Doi: <https://doi.org/10.5964/jspp.v4i2.664>.

HOLSINGER, B. “Historical Context” in Historical Context: Surface, Depth, and the Making of the Text. **New Literary History**, n. 42, v. 4, pp. 593–614, 2011. DOI: <https://doi.org/10.2307/2504918>.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2ª Ed. Coleção Clássicos da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LORENZ, C. History: Representation Within and Functions of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. v. 1, n.1, pp. 6836–6842, 2015. DOI: 10.1016/B978-0-08-097086-8.62140-2

MOSCOVICI, S. Das Representações Sociais às Representações Coletivas: elementos para uma história. In: JODELET, D. (org.) **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45–66.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3 Ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting Social Representations: a conversation. **Culture and Psychology**. v. 4, ed. 3, p. 371-410, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354067X9800400305>.

PLUMB, J. H. **The death of the past**. London: Macmillan, 1969.

REIS, L. G.; BONZATTO, E. O Cristo negro e a invisibilidade dos afro-peruanos. **Jornal GGN**, maio de 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/o-cristo-negro-e-a-invisibilidade-dos-afro-peruanos-por-luis-gustavo-reis-e-eduardo-bonzatto/>. Acesso em: 15/01/2024.

REIS, S. O toque chinês que influenciou a literatura e a arquitetura do Brasil colonial. **Revista Macau**. Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.revistamacau.com.mo/2019/10/04/o-toque-chines-que-influenciou-a-literatura-e-a-arquitetura-do-brasil-colonial/>. Acesso em: 02/03/2024.

TAJFEL, H. La catégorisation sociale. In: MOSCOVICI, S. (org.) **Introduction à la Psychologie Sociale**, vol. 1. Paris: Larousse Université, 1972. p. 272-302.

TAJFEL, H. Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In.: BARROSO, A. F. *et al* (orgs.). **Mudança Social e Psicologia Social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 13-24.

REFLEXÕES AUTOETNOGRÁFICAS SOBRE O LUGAR DO PESQUISADOR E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Autoethnographic Reflections on the Researcher's Position and the Production of Knowledge

Francisco Jomário Pereira

Doutor em Sociologia e professor da Educação Básica e Superior.

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões oriundas de pesquisa desenvolvida entre 2016 e 2020, que investigou a construção identitária de homens gays no contexto do espiritismo em Campina Grande (PB). Assumindo a autoetnografia como abordagem metodológica, o estudo problematiza a possibilidade de o pesquisador ser, simultaneamente, sujeito e objeto da investigação, destacando os deslocamentos, afetações e tensões produzidos por essa condição. A análise incorpora experiências pessoais, observações intermitentes e entrevistas, articulando-as a referenciais teóricos que discutem neutralidade, reflexividade e afetação nas Ciências Sociais. Longe de comprometer o rigor científico, a inserção biográfica é compreendida como recurso epistemológico para explicitar as condições situadas da produção do conhecimento. O texto evidencia as estratégias de silenciamento da homossexualidade em espaços espíritas e discute implicações dessa abordagem para as pesquisas sobre religião, gênero e sexualidade.

Palavras-chave: autoetnografia; espiritismo; gênero e sexualidade; afetação

Abstract

This paper presents reflections derived from research conducted between 2016 and 2020, which examined the identity construction of gay men within the context of Spiritism in Campina Grande, Brazil. Adopting autoethnography as a methodological approach, the study explores the possibility of the researcher being both subject and object of investigation, highlighting the shifts, affections, and tensions arising from this position. The analysis combines personal experiences, intermittent observations, and interviews, framed by theoretical perspectives that discuss neutrality, reflexivity, and affect in the Social Sciences. Rather than compromising scientific rigor, the inclusion of biographical elements is understood as an epistemological resource to make explicit the situated conditions of knowledge production. The text reveals strategies of silencing sexuality in Spiritist spaces and discusses the implications of this approach for research on religion, gender, and sexuality.

Keywords: autoethnography; spiritism; gender and sexuality; affect

Introdução

Você lembra qual a sensação ou sentimento teve ao entrar pela primeira vez em uma igreja, um Terreiro de Umbanda ou Candomblé, um Centro espírita ou qualquer outro templo religioso? Você conseguiria descrever a sensação de ter encontrado um lugar que te acolhesse e entendesse quem você é? Você consegue pensar em um espaço religioso que possa aceitar toda e qualquer diferença entre seus membros frequentadores, que não julga, que não orienta a “melhor forma” de viver sua vida afetiva sexual, sua vida escolar ou qualquer outra área da sua vida?

Por muito tempo acreditei ter encontrado um refúgio seguro, um lugar onde não havia julgamentos e onde eu podia simplesmente ser, sem precisar ajustar nada em mim. Vivi essa ilusão como quem sonha acordado, até que, em algum momento, decidi olhar com mais cuidado. Ajustei as lentes, refinei o olhar e comecei a enxergar além da superfície. Voltei-me para dentro da bolha que me envolvia e, nesse movimento, algo começou a se romper. Esta pesquisa que empreendi nasce justamente desse rompimento — não apenas em relação ao campo religioso, mas também de outros aspectos da minha vida.

Todo o processo de análise e escrita que deu origem a este texto foi marcado por mudanças e deslocamentos internos, sendo fruto de um movimento contínuo de ideias e sentimentos que, por ora, consegui organizar e registrar. Por isso, as reflexões aqui apresentadas são datadas, situadas e não pretendem ser definitivas. A partir da minha experiência pessoal e acadêmica, proponho as questões a seguir para provocar uma reflexão sobre a possibilidade de utilizar elementos biográficos em uma pesquisa autoetnográfica.

É possível o pesquisador ser objeto de estudo da sua própria pesquisa? Essa questão orienta a reflexão que apresento neste texto. Ao longo da minha trajetória acadêmica, percebi que investigar aquilo que me é familiar traz desafios que vão muito além do domínio teórico e metodológico. Tais desafios dizem respeito, principalmente, ao lugar que ocupo na pesquisa e ao modo como esse lugar afeta e é afetado pelo processo de investigação antropológica.

Nas Ciências Sociais, a busca por neutralidade e objetividade sempre ocupou posição central, Durkheim nas Regras do Método Sociológico (2004) buscou não apenas distinguir e estabelecer o que é o Fato Social, mas sobretudo como proceder na coleta e na análise de tais Fatos Sociais, reforçando a necessidade da objetividade no fazer sociológico. A partir do ideal positivista se instalou a busca incansável por atingir a neutralidade, colocando o pesquisador em posição de observador isento de valores morais e ideológicos. Essa exigência de distanciamento, como afirma DaMatta (1978), faz parte de uma tradição que entende ser necessário “transformar o familiar em exótico”, de modo a reduzir possíveis interferências subjetivas no processo analítico.

No entanto, autores como Goldman (2003) e Favret-Saada (2005) problematizam essa possibilidade, Favret-Saada afirma que sempre pensou “que ser etnógrafa consistia em se deixar afetar pelas questões do próprio momento cultural” (Jeanne Favret-Saada *apud* Vieira; Mello e Flaksman 2022, p. 02) destacando que o pesquisador, ao se inserir no campo, não sai ileso, ele é afetado, ao mesmo tempo em que afeta. Vieira afirma que aprendeu com Favret-Saada, que “no campo, fazer da participação um instrumento de conhecimento significou deixar-me afetar pelas ondas de intensidades específicas – os “afetos” – que atravessam e irradiam através das pessoas, eventos e obras de arte com quem me relacionei” (Vieira; Mello e Flaksman 2022, p. 06). Nesse sentido, assumir a própria experiência como parte constitutiva da pesquisa deixa de ser um problema e se torna um recurso epistemológico.

Foi a partir dessa compreensão que adotei a autoetnografia como metodologia durante o meu processo de doutoramento. Escolhi falar a partir de mim mesmo porque compreendi que minha experiência com a doutrina espírita e minha identidade como homem gay não poderiam ser ignoradas. Pelo contrário, eram elementos que atravessavam as perguntas que eu fazia, as escolhas que realizei e os caminhos que percorri durante o trabalho de campo e de escrita da tese. Não se trata de um exercício meramente autobiográfico, mas de um esforço reflexivo para compreender como as subjetividades se constituem na intersecção entre religião, gênero e sexualidade, tomando minhas experiências como referências e ponto de análise.

Meu primeiro contato com o espiritismo ocorreu há cerca de vinte anos, quando uma tia trouxe romances psicografados por Zíbia Gasparetto¹ em sua bagagem de férias. Esse encontro inicial despertou minha curiosidade e, anos depois, ao me mudar em 2007 para Campina Grande - PB, vindo de uma cidade de 6 mil habitantes no interior da Paraíba, adentrei na doutrina espírita. Comecei a ler os livros do Pentateuco, frequentar palestras públicas, tomar passes magnéticos e beber água fluidificada. Esse ritual prático me fez sentir pertencente a uma religião, como quem comunga em uma missa.

A descoberta da doutrina espírita coincidiu com descobertas pessoais, a cidade

1 Arrisco dizer que foi por meio de romances populares psicografados e publicados, não pela FEB, que o espiritismo voou mais alto. É o exemplo de Zíbia Gasparetto que tem enorme responsabilidade e mérito na propagação da concepção reencarnacionista. Pode até não ser considerada uma espírita tradicional ou doutrinariamente pura (Pereira, 2020), já que verteu para a corrente espiritualista, mas seus livros com linguagem popular e de fácil entendimento e interpretação, sempre baseados na lógica da reencarnação como forma de resgate, levou a muitos a primeira mensagem espírita, inclusive eu. Uma diferença clara observada: os livros publicados pela FEB, bem como os de Chico e Divaldo, trazem uma linguagem mais rebuscada, tradicional, até difícil para alguns que possuem um baixo grau de escolaridade. A produção de Zíbia verteu para outro lado, mais popular, romanesco e novelesco.

nova, os espaços de sociabilidade, as amizades e, sobretudo, minha sexualidade. Recém-chegado, conheci bares, boates gays e praças, enquanto ainda me considerava hétero, apesar do desejo por homens. Corroboro com Foucault (1981), para quem ser gay não é adotar máscaras, mas construir um modo de vida. Judith Butler (2016) aprofunda essa reflexão ao mostrar que a distinção entre sexo e gênero é ilusória, já que ambos são constructos sociais. Essa compreensão tensionava minhas experiências religiosas muito ligadas ao catolicismo na época. Este texto, portanto, é um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida entre 2016 e 2020, cujo objetivo central foi compreender a construção identitária de homens gays no contexto religioso espírita em Campina Grande, Paraíba.

Somente agora consegui organizar de modo satisfatório, mas nem tanto, as ideias que me parecem fugir. Para responder às questões e provocações aqui postas, organizo este texto em quatro partes: inicialmente, apresento o referencial teórico que sustenta esta reflexão, discutindo conceitos como neutralidade, reflexividade e afetação; em seguida, descrevo as escolhas metodológicas, a adoção da autoetnografia e o conceito e interpretação da homossexualidade adotadas pelo kardecismo; depois, analiso situações e implicações decorrentes da minha posição como pesquisador e pesquisado; por fim, nas considerações finais, retomo os principais achados e busco apresentar contribuições e limites desta abordagem, baseadas no meu processo.

Reflexividade, afetação e conhecimento situado

O debate sobre objetividade e neutralidade na pesquisa social atravessa a história das Ciências Sociais. Desde Weber, a preocupação em separar fatos e valores orienta a busca por um ideal de ciência capaz de descrever a realidade de maneira “pura”, isenta de interferências subjetivas. Para Fonseca é “praticamente impossível negar que uma investigação empírica esteja isenta dos fatores históricos, mas deve ser da responsabilidade do homem de ciência ter o compromisso, como pretendia Weber, de chegar a uma determinação objetiva” (1997, p. 27). Essa tensão entre objetividade e valores atravessa qualquer processo de pesquisa, mas torna-se ainda mais evidente quando o pesquisador ocupa posição de dupla inserção: sujeito e objeto.

A tentativa de atingir uma ciência “pura”, como lembra Oliveira (2008), é um produto histórico. O conceito ocidental de ciência é fruto de um processo histórico de separação de fatos e valores, do qual resultou o caráter factual da ciência moderna. Essa lógica resultou na tendência de apagamento do sujeito nos discursos científicos, prática que Versiani (2005, p. 19) identifica como:

[...] tendência ao apagamento da presença do sujeito nos discursos produtores de conhecimento considerado “formal”, aquele que surge em espaços institu-

cionalizados de saber, algo que remonta à separação entre os discursos científicos e não científicos e que, no século XX, chegou ao ápice com a teoria estruturalista, teoria esta que esteve presente no contexto teórico a partir do qual se formou o pós-estruturalismo francês. (Versiani, 2005, p. 19).

Esse ideal com o objetivo de aproximar-se de um ideal científico neutro é ilusório. Contemporaneamente, Goldman (2003) questiona se é realmente possível assumir um olhar distanciado em relação a algo tão central para o observador. E nós reforçamos, é possível que o pesquisador se desnude dos seus sentimentos ou de sua posição de defesa de uma fé que professava ou professa, de uma posição política ou, até mesmo, ética? É necessária a reflexão se a mera condição de não pertencimento garantiria um nível de compreensão mais profundo do objeto, argumentando que a relação entre pesquisador e objeto é sempre atravessada por marcas subjetivas. Assim, tanto a proximidade quanto a distância trazem implicações epistemológicas que devem ser levadas em conta. Favret-Saada (2005) reforça essa crítica ao introduzir o conceito de afetação, ao afirmar que estar no campo de pesquisa antropológica significa ser afetado:

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (Favret-Saada, 2005, p. 160).

A afetação não é um acidente, mas uma condição do trabalho etnográfico: as emoções, crenças e posições sociais do pesquisador não podem ser simplesmente neutralizadas. Pelo contrário, elas se tornam elementos constitutivos da experiência e da interpretação antropológicas. Essa perspectiva rompe com a pretensão da neutralidade e exige um exercício contínuo de reflexividade.

A reflexividade, por sua vez, é definida por Santos (2017) como a “constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação” (p. 218). Esse movimento não se limita a reconhecer que o pesquisador tem uma história, mas implica explicitar como essa história interfere no processo de produção do conhecimento. Em outras palavras, a reflexividade transforma a subjetividade do pesquisador em dado analítico, sendo parte imprescindível do processo de pesquisa de campo.

É nesse horizonte que a autoetnografia se coloca como alternativa metodológica e epistemológica. Versiani (2002) compreende a escrita autoetnográfica como um “empe-

nho teórico em enfatizar alternativas discursivas nas quais a subjetividade é compreendida como construção dialógica em processos interpessoais que ocorreram em contextos multiculturais” (p. 58). Essa abordagem combina elementos autobiográficos e etnográficos, propondo que a experiência pessoal seja incorporada de forma sistemática à análise, sem abrir mão do rigor teórico-metodológico.

Chang (2008) e Santos (2017) indicam que a autoetnografia se apoia em três orientações centrais: (i) metodológica, ancorada na observação etnográfica; (ii) cultural, voltada à interpretação das interações entre pesquisador e interlocutores; e (iii) autobiográfica, que integra memória e reflexividade crítica. Realizar um trabalho autoetnográfico é demarcar posicionalidade, aqui, um homem branco cis gay, filho de pais pobres, um motorista e uma costureira, que reconheceu durante o seu processo de doutoramento que seria impossível não incluir as suas experiências enquanto sujeito pesquisador/pesquisado, Ana Clara Damásio (2022) ao não fazer uma autoetnografia reforça:

por exemplo, não é possível fazer ciência sem o próprio corpo! Sabemos que não é possível fazer ciência sem posição. Percebemos o mundo, mas também somos percebidos. A ciência é feita com inúmeros marcadores sociais das diferenças, assim como nossos textos, escolhas teóricas e metodológicas. A ciência tem classe, endereço, gênero, raça e sexualidade [...] Não há como separar sujeito conhecedor, do sujeito a ser conhecido - o “Outro” sou Eu (Damásio, 2022, p. 06).

Portanto, longe de comprometer a validade da pesquisa, a etnografia quanto a autoetnografia revela a impossibilidade de um apagamento total do sujeito e legitima a perspectiva situada do conhecimento. Incorporar a experiência do pesquisador é um movimento que amplia as possibilidades interpretativas, especialmente quando o objeto de estudo se inscreve em experiências vividas pelo pesquisador, como no caso da religião e da sexualidade.

A escolha metodológica não é uma simples prerrogativa do pesquisador ou do campo científico ao qual se inscreve, é um processo muito mais denso e profundo do que uma mera narrativa de métodos e técnicas escolhidas, logo, se filiar a uma metodologia pode representar em determinados momentos uma violência, como ocorreu com Damásio ao ser impelida violentamente a ser inscrita na autoetnografia, mesmo tendo reiteradas vezes deixado explícito que não era a sua escolha.

Estariamos nós, antropólogos-etnógrafos-pesquisadores que pesquisamos-dialogamos-etnografamos nossas próprias famílias, aldeias, comunidades, mistificados por nós mesmos? Essa é uma pergunta que não será respondida por mim aqui, pois ela não poderia ser considerada sem colocar a elite intelectual branca

da antropologia também em perspectiva. Estariam esses intelectuais mistificados ainda pelos pressupostos (mesmo que inconscientes) de que é a distância que constrói conhecimento? Ou é puro racismo epistêmico que delimita quem são os “verdadeiros” produtores de conhecimento e os reprodutores de experiências? Como Grada Kilomba (2015) abriu o presente artigo, não vivemos na antropologia brasileira uma “coexistência pacífica de palavras”, muito pelo contrário. Ainda lidamos com uma “hierarquia violenta, que define quem pode falar e quem pode produzir conhecimentos” e como ele pode-deve ser produzido. Como pondera Abdias Nascimento em entrevista ao site Desinformonon (MONCAU; PIMENTEL 2010), costumam descrever o racismo “como sutil, mas isso é um equívoco. Ele não é nada sutil, pelo contrário, para quem não quer se iludir ele fica escancarado ao olhar casual e superficial” (Damásio, 2022, p. 09)

O inverso ocorre comigo, sempre me coloquei nesse lugar autoetnográfico. Não conseguiria, de forma alguma, escrever sobre sexualidade e espiritismo sem me colocar antes mesmo dos meus interlocutores, homens gays espíritas. Tudo o que aqui se condensa enquanto pesquisa nasce e se desenvolve de um processo de alteridade profunda entre o eu — homem cis gay, espírita e pesquisador — e eles.

Autoetnografia e escolhas metodológicas e desdobramentos

A escolha metodológica desta pesquisa está diretamente relacionada ao lugar que ocupo no objeto investigado. Estudar a relação entre homossexualidade e espiritismo significou lidar com um universo que não me era estranho. Pelo contrário, antes de se tornar objeto, ele havia sido espaço de experiência, pertencimento e afetação. Essa condição me afastava do ideal clássico de neutralidade, mas também me aproximava de dimensões que dificilmente seriam acessíveis a um pesquisador externo. Reconhecer essa ambiguidade foi decisivo para a definição do método.

A autoetnografia apresentou-se, nesse sentido, não como uma opção secundária, mas como necessidade epistemológica. Como afirma Santos (2017, p. 219) “o que caracteriza a especificidade do método autoetnográfico é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa”. Assumir essa perspectiva implicou transformar minha biografia em lente analítica e não apenas em pano de fundo. A pesquisa, portanto, se construiu em diálogo entre memórias, observações intermitentes e narrativas de outros sujeitos, compondo uma rede que articula experiência individual e dimensão coletiva.

Minha presença nos centros espíritas a partir da construção do objeto de pesquisa ocorreu de modo intermitente, durante reuniões públicas, sem envolvimento nas ativida-

des administrativas ou nos trabalhos internos dos centros, porém, presente em todas as atividades públicas. Essa escolha não decorreu apenas de uma limitação prática, mas da própria posição que ocupava, alguém que já havia frequentado esses espaços por quase uma década como fiel, e que agora o olhar não era mais de um simples fiel frequentador, mas como pesquisador marcado por experiências anteriores. O campo, para mim, não era novidade; era uma espécie de familiar reconfigurado (DaMatta, 1978).

Essa diferença metodológica exige uma explicação mais detalhada. Quando estive presente nos centros, minhas anotações não se limitaram a descrever a sequência ritual. Elas buscavam registrar o ambiente, os sons, as sensações e, sobretudo, minhas reações diante do que via. Recordo a impressão que tive ao entrar na União Fraternal Espírita (UFE), um espaço amplo, com paredes brancas, bancos de madeira alinhados, o silêncio e a formalidade do púlpito contrastando com minha expectativa de um lugar mais acolhedor. Lembro também das reuniões na Fraternidade Espírita Caminho da Luz, cuja simplicidade me causava conforto; uma sala iluminada por lâmpadas amareladas, ventiladores desligados pelo barulho excessivo e cadeiras dispostas de maneira improvisada. Esses detalhes, aparentemente banais, são importantes porque me levaram a perceber como cada configuração física e ambiental comunicava valores e normas, visto que a ordem rígida da UFE evocava tradição, enquanto a informalidade da Caminho da Luz sugeria maior flexibilidade, ainda que, no plano discursivo, ambas compartilhassem a mesma moral cisheteronormativa.

Esse olhar, atravessado pela minha própria história, fez com que a observação não fosse apenas externa, mas reflexiva. Ao assistir às palestras, não me limitava ao conteúdo doutrinário; atentava para quem falava, quem ocupava posições de prestígio, quais vozes permaneciam silenciadas. A ausência de palestrantes assumidamente gays, por exemplo, tornou-se um dado significativo, não por eu ter lido isso em algum texto, mas por ter esperado durante anos ver essa presença e nunca tê-la encontrado. Essa constatação, fruto da vivência, orientou decisões posteriores, como a análise documental sobre os discursos oficiais da Federação Espírita Brasileira e de lideranças como Divaldo Franco e Chico Xavier.

Além das observações, realizei entrevistas semiestruturadas com cinco homens homossexuais que frequentavam ou haviam frequentado centros espíritas em Campina Grande. As entrevistas, realizadas entre 2018 e 2019, foram longas e densas, abordando a trajetória de vida, a descoberta da sexualidade, as experiências religiosas e os conflitos vividos entre fé e desejo. O acesso a esses interlocutores foi uma das etapas mais desafiadoras da pesquisa. As recusas reiteradas e as negociações prolongadas — como a que durou quase um ano com um participante, aqui denominado Paulo — revelaram não apenas dificuldades logísticas, mas também a presença de um regime de silêncio em torno da sexualidade no espiritismo. Esse silêncio, que inicialmente percebi como obstáculo,

tornou-se dado analítico, pois, ele denuncia os mecanismos de preservação de uma certa imagem e a necessidade de controlar informações que poderiam desestabilizar identidades hegemônicas em contextos religiosos.

Para contornar essas barreiras, recorri à técnica snowball (bola de neve), que consiste em construir a rede de participantes a partir de indicações sucessivas. Esse processo, no entanto, não foi neutro. Cada indicação carregava um “fiador moral”, uma forma de legitimação que assegurava aos entrevistados² que eu não trairia a confiança do grupo. Essa rede de confiança evidenciou a vulnerabilidade do tema e reforçou a pertinência da autoetnografia, pois minha identidade como pesquisador e como homem gay foi decisiva para conquistar acesso, mesmo que a um número restrito de interlocutores, e garantir a continuidade das entrevistas. Pude observar que a minha identificação como espírita mais afastava do que abria portas entre os possíveis entrevistados. Esse padrão acabou por corroborar a lógica de disciplinamento do discurso sobre a sexualidade, mais especificamente sobre a homossexualidade masculina nos centros espíritas e na doutrina kardecista.

Por fim, vale destacar que, embora a pesquisa tenha incorporado elementos de observação, memórias e entrevistas, seu eixo estruturante foi a escrita autoetnográfica. Essa escrita buscou, como sugere Versiani (2002), situar o sujeito pesquisador dentro da narrativa, não como figura decorativa, mas como componente ativo da construção analítica. Desse modo, a metodologia adotada não se limitou a descrever práticas religiosas, mas procurou compreender como a posição que ocupo — atravessada por experiências, afetos e deslocamentos — se articula à produção de conhecimento, revelando tensões entre objetividade, subjetividade e rigor científico.

Sinto ser necessário apresentar a concepção espírita a respeito da homossexualidade, para em seguida (próxima seção) refletir como tais concepções e conceitos doutrinários afetaram a mim e meus interlocutores. O espiritismo tem sua doutrina constituída com base em cinco livros, o que denomino de pentateuco espírita, são eles, o Livro dos Espíritos, dos Médiuns, o Evangelho Segundo o Espiritismo, O Céu e O Inferno e por fim a Gênese. Essa é a base chamada codificação kardecista, pois foi codificado e escrito por Allan Kardec, o fundador do espiritismo. Não se encontra debate ou conceituação a respeito da homossexualidade nessa base doutrinária, todo o debate é desenvolvido posteriormente por médiuns intelectuais doutrinadores, no Brasil temos como referências principais Chico Xavier que pouco escreveu sobre sexualidade, porém, foi por décadas o lastro moral e espiritual do espiritismo brasileiro, e Divaldo Franco³, que desenvolveu o

2 Entrevistados: Simão, 42 anos, professor e ator profissional. Filipe de 27 anos é médico. Pedro, 30 anos, formado em Pedagogia. Paulo, 32 anos, arquiteto. Mateus, 43 anos, educador físico.

3 Divaldo se tornou a referência após a morte de Chico Xavier, tornando-se o doutrinador principal do kardecismo, desencarnou em 13 de maio de 2025 aos 98 anos, deixando um vácuo na liderança espírita

tema com maior profundidade, mesmo não tendo feito de forma direta e explícita, porém, podemos afirmar que Divaldo fez escola (Pereira, 2023).

Após iniciarmos a busca conceitual e nos deparamos com um silêncio sobre o tema no principal órgão de divulgação da federação espírita no Brasil, a revista O Reformador, descobrimos que nas publicações datadas de 1883 até 2016⁴, que totalizam 1.632 edições, apenas uma capa traz como tema o sexo, junho de 2016 intitulado Sexo e Espiritismo, de forma geral constatamos 32 registros em todo o acervo, envolvendo artigos e recomendações bibliográficas, nem uma capa sobre sexualidade e homossexualidade, e apenas três registros sobre o tema sexualidade, e duas indicações sobre homoafetividade, mediante esses dados, decidimos focar em outras fontes (Chico Xavier⁵ e Divaldo Franco), já que o pouco conteúdo relacionado diretamente com os temas aqui tratados, sexo, sexualidade e homossexualidade, são insípidos em informações.

Divaldo Pereira Franco publicou mais de 250 livros, entre eles, um em específico, que tem por tema/título o Sexo e obsessão. Além disso, publicou diversos textos que gravitam em torno dos temas sexualidade e homossexualidade, transversalmente. Assim, encontramos os demais textos sobre os temas publicados em formato de artigo em duas coletâneas intituladas *Sexo e Consciência* (2016) e *Amor e Sexualidade – a Conquista da Alma* (2018), além de *Divaldo Franco Responde vol. 2* (2013).

O líder espírita, Divaldo Franco, juntamente com a sua mentora, Joanna de Angelis, apresentam visões que conduzem a uma representação sobre a sexualidade e o sexo, basicamente ancorada em conceitos biológicos. Quando convém, lançam mão de conceitos da psicologia, diretamente relacionados à concepção de Carl Gustav Jung, associados a termos próprios do espiritismo; porém, especificamente, herdados de Chico Xavier.

Em suas abordagens, tanto Divaldo Franco quanto Chico Xavier concluem que, na perspectiva espírita, a energia sexual deve ser direcionada para o ato de criar. Até esse ponto, tal perspectiva corrobora com a ideia católica de criação da vida. Porém, o espiritismo expande essa ideia, podendo criar outros aspectos, atrelando o ato sexual a um projeto de vida, em que ocorra a sublimação deste, ou direcionando essa energia para as artes, a música, a literatura ou o trabalho.

No entender de Divaldo, a homossexualidade seria uma condição, não seria uma opção nascer gay, mas um fato que ocorre devido a fatores anteriores ao nascimento, podendo ou não, posteriormente ao nascimento, vivenciar as experiências da homossexua-

brasileira, sem sucessor aparente.

4 As edições posteriores só estão disponíveis para assinantes, e não constam na plataforma de pesquisa disponibilizado pela FEB, dificultando a pesquisa do conteúdo interno das edições, mas nem uma capa sobre os temas foi publicada até maio de 2019.

5 Vida e Sexo pelo espírito Emmanuel, publicado em 1968, Sexo e Destino pelo espírito André Luiz, publicado em 1963, contou com a ajuda do médium Waldo Vieira.

lidade. Os fatos anteriores ao nascimento derivam de uma programação ou reencarnação não tão bem-sucedida; os posteriores estão atrelados às condições morais do indivíduo e da sociedade, especialmente, em sua educação, assim Divaldo Franco psicografou:

Face aos processos evolutivos, muitos espíritos transitam na condição homossexual, o que lhes permite comportamentos viciosos, estando previsto para o futuro, um número tão expressivo que chamará a atenção dos psicólogos, sociólogos, pedagogos que deverão investir melhores e mais amplos estudos em torno dos hábitos humanos e da sua conduta sexual. (Miranda, 2011, p. 115)

Na obra *Divaldo Responde*, volume 2 (2013), organizada por Claudia Saegusa, Divaldo busca responder questionamentos sobre diversos assuntos, entre eles, sexualidade, homossexualidade, desigualdades sociais, aborto, entre outros temas. Ao focar no capítulo sobre a homossexualidade, observamos que texto trata das causas e efeitos da existência da homossexualidade. O que faz uma pessoa ter comportamentos homossexuais? Nessa questão, encontramos os termos: genética, convivência familiar, doença ou influência do meio social. Divaldo, então, inicia a resposta, citando a Organização Mundial da Saúde e o processo de retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças – CID. Segundo Divaldo, esse processo ocorreu em decorrência dos estudos da psicologia comportamental, que mostraram que a homossexualidade não era um problema psiquiátrico, mas, sim, opção, mas deixa claro e reforça que a homossexualidade é uma “tendência que tem origem na vida espiritual” (2013, p. 119).

Durante a pesquisa, observamos e analisamos que o médium recorre ao discurso de autoridade para justificar a sua resposta. O médium faz um adendo, para explicar o uso do termo opção pessoal, deixando claro que essa opção é somente em se tratando do comportamento sexual e afirma que amar alguém do mesmo sexo é perfeitamente normal.

No entanto, a opção da conduta sexual, o ato sexual com alguém do mesmo sexo, são questões pertinentes ao livre-arbítrio. “Mas não consideramos que se trate de uma patologia, nem que signifique um distúrbio de comportamento, ou uma conduta de natureza reprovável” (Franco 2013, p. 120). Aqui, nesse fragmento, o que nos chama atenção é a lógica de separação, efetuada por Divaldo Franco. Ele separa amor/afeição do sexo; amar é possível e até aceito, mas a prática sexual entre duas pessoas do mesmo sexo é reprochável, essa deve ser sublimada.

Na obra *Sexo e Consciência* (2016), ele tratar o tema de forma mais específica e contundente:

É importante que o indivíduo que opta por se relacionar com pessoas do mesmo sexo evite posturas de confronto com aqueles que o não compreende ou não aceitem. Será inútil uma explosão de amargura ou atitude autodestrutiva, na

ânsia de ferir e dar uma resposta incisiva à sociedade que o oprime. São posturas absolutamente injustificáveis, haja vista que nenhum desafio existencial será revolucionado por intermédio de exibição agressiva de nossos dramas íntimos. O respeito ao grupo social é fator preponderante. Ninguém deve impor sua orientação sexual como se ela fosse um comportamento que todos devem reproduzir. (Franco, 2016, p. 206)

Percebemos que Divaldo parte da noção de uma heteronormatividade natural, dada, estruturalmente aceita e incontestável. Esquece-se de que a sexualidade é um constructo social, regulado por normas, valores cristãos ou não, cultura, política, uma economia da sexualidade, sendo, assim, passível de transformações. Divaldo ainda abre para a possibilidade de uma readequação sexual do indivíduo homossexual, aconselhando procurar um terapeuta, para que este seja auxiliado:

Se ele acredita possuir uma estrutura psicológica para exercer a sua sexualidade dentro da orientação convencional, que contempla a função biológica da reprodução seria recomendável o apoio de um terapeuta que o auxilie a tentar um trabalho de autoconhecimento. Com o recurso da terapia ele poderá autodescobrir-se, verificando se consegue ultrapassar barreiras inerentes as suas dificuldades afetivas. Mas isso terá que ser feito de uma forma muito criteriosa, para que não se configure uma situação forçada e artificial que só trará consequências negativas, contribuindo para a infelicidade do indivíduo. (Franco, 2016, p. 207)

Nesse momento, é importante destacar que não intentamos colocar a ideia proferida por Divaldo Franco em pé de igualdade com a lógica da cura gay, bem como tratamentos oferecidos por determinadas denominações religiosas, que buscam a conversão do homossexual em heterossexual. Porém, devemos nos questionar por qual motivo Divaldo Franco insiste na adoção de uma sexualidade convencional, como ele afirma, se esse médium salienta e explica a existência de quatro tipos de orientações sexuais (2016, p. 191): a heterossexual, assexual, homo e a bissexualidade.

Divaldo Franco consegue se desresponsabilizar pelo que afirma, quando, inicialmente, nos diz que “desde que estejamos reencarnados na masculinidade, cabe-nos o dever e o direito de manter a dignidade masculina, o que não quer dizer que aquele que opta pela homossexualidade seja indigno” (2013, p. 128). Ao frisar a frase “manter a dignidade”, surgem algumas indagações: o que podemos entender por manter a dignidade? É indigno ser homossexual? Cremos que Divaldo Franco comente contradição, já que ele sempre coloca que a questão em si não é ser homossexual. Na sua concepção, seria devidamente normal ser homossexual, o problema existe no ato, na prática sexual homossexual, que diverge da norma heterossexual estabelecida, como já posto. Dessa forma, reforçamos que

Divaldo fez escola, e influenciou outros médiuns a debaterem o tema a partir do viés da heterossexualidade como a natural.

Já o doutrinador Alírio Cerqueira Filho exorta o combate ao incentivo do “homossexualismo”, reforçando a necessidade de se combater a disseminação dessa prática, que gera vícios, a partir da repetição dos mesmos erros, reencarnação após reencarnação. Esse pensamento reforça estereótipos que colocam a prática sexual homossexual como problema, lembrando o período em que era considerada doença, transtorno mental e de comportamento.

Estudiosos do comportamento humano que estimulam seus pacientes à prática do homossexualismo não compreendem ainda a função do Espírito imortal na matéria. Mantêm-se aferrados às ideias materialistas, que se fundamentam nas teorias da libido. Acredita-se, com base nessas ideias, que os problemas humanos devam ser solucionados e sanados somente com base nos parâmetros estudados pelos teóricos da matéria. [...] a ideia de estimulá-lo a essa prática em nada corresponde com o movimento saudável, porquanto não é a prática homossexual que vai fazer com que ele se sinta pleno e realizado, tanto quanto não é a prática heterossexual que faz alguém feliz. O que faz o indivíduo feliz é a entrega afetiva, a prática afetiva em si mesmo, ao outro, e em relação à vida. (Cerqueira Filho, 2014, p.57)

Para compreendermos a distinção entre homossexual e homossexualismo, que Alírio Cerqueira Filho nos impõe, é necessário perceber que seu discurso se insere ou faz parte de complexas relações exercidas por uma organização social, que considera a heterossexualidade monogâmica como ideal no plano afetivo e sexual (Borrillo, 2015).

Dessa forma, o homossexualismo pode ser visto como uma transgressão à conduta moral proposta, como defendem Alírio Cerqueira Filho e Roberto Lúcio Vieira de Souza (2003). Em um artigo publicado na Revista da Associação Médico-Espírita do Brasil, intitulado *A visão Espírita da Homossexualidade: Quais os fatores que levam uma pessoa a sentir atração por outra do mesmo sexo? Como lidar com o homossexual?* O médium informa que seu texto tem a finalidade de “que nossa pesquisa e nossas proposições sirvam como alavanca para outros profissionais da área de saúde e companheiros de ideal espírita, objetivando auxiliar verdadeiramente aqueles que passam pela provação do desvio sexual” (2003, p. 40).

Podemos observar que, inicialmente, o texto de Roberto Lúcio Vieira de Souza (2003) nos oferece duas afirmações sobre a homossexualidade: uma implícita, de que a homossexualidade seria algo “natural”, ou seja, o sujeito não teria condições de escolher ser ou não homossexual, mas poderia escolher como vivenciar sua orientação sexual.

Deve-se salientar que a literatura espírita, em alguns casos – nos quais podemos

inserir Chico Xavier, Divaldo Franco e Alírio Cerqueira Filho – concebe a homossexualidade como missão, ou seja, o espírito solicita para nascer nessa condição específica, não sendo essa a regra, o correto é ter o psiquismo em plena harmonia com o corpo biológico.

A segunda afirmação é explícita: ser homossexual é uma provação (*idem*, p. 40). O sujeito homossexual será testado ao ser convidado a manter sua conduta sexual de forma adequada ao corpo biológico que adotou ao nascer. Essa conduta será vista como correta se ele não cair na prática do homossexualismo, conseguindo abstrair sua sexualidade a partir do padrão vigente estabelecido como correto, no caso, o heterossexual. Assim,

A homossexualidade é a condição do indivíduo na qual sua preferência sexual, tanto afetiva como genital, está direcionada para parceiros do mesmo sexo, sendo que essa preferência pode ser exclusiva ou predominantemente homossexual. Alguns estudiosos tentam diferenciar a homossexualidade do homossexualismo, entendendo a primeira como simples atração sexual e o segundo como a vivência desta, ou seja, uma seria a tendência e o outro, a prática. (Vieira de Souza, 2003, p. 40)

Roberto Lúcio Vieira de Souza (2003) usa as mesmas definições de Alírio (2014). Ou seria o contrário, tendo em vista que o texto de Alírio é posterior ao de Roberto? Enfim, as perspectivas convergem, pois ambos fazem a distinção entre homossexualidade e homossexualismo. Entretanto, nas obras analisadas, de autoria de Divaldo Franco, o uso do termo homossexualismo não foi detectado. O autor não faz distinção entre os termos. Ele argumenta que a homossexualidade deixou de ser entendida como doença, mas reforça que é uma opção a prática entre pessoas do mesmo sexo, sendo o mais viável sublimar.

Essas concepções doutrinárias interpelaram a mim e a todos os meus entrevistados, elas não apenas nos fizeram questionar a religiosidade, mas também a vivência da sexualidade e a identidade que carregamos, assim sendo, passemos a essas análises.

Reflexividade e afetação no campo

Assumir a autoetnografia como caminho metodológico implicou reconhecer, desde o início, que minha inserção no campo não seria neutra. O espiritismo, antes de ser objeto de investigação, havia sido uma experiência de vida. Durante oito anos, frequentei reuniões públicas, absorvi ensinamentos doutrinários, participei de rituais como o passe magnético e me identifiquei como espírita. Minha trajetória religiosa se entrelaça, portanto, à minha trajetória acadêmica. Não há fronteira nítida entre ambas. Essa constatação, no entanto, não foi imediata. Em um primeiro momento, tentei seguir o roteiro clássico da pesquisa socioantropológica: distanciamento, neutralidade, transformação do familiar em exótico, como sugere DaMatta (1978). Mas logo percebi que essa expectativa era ilusória.

A familiaridade não desaparecia; ela insistia, reconfigurando minhas perguntas e minhas estratégias de observação.

Lembro do primeiro impacto dessa tensão. Enquanto elaborava o projeto de pesquisa, percebia a necessidade de “tirar a mim mesmo da história”, como se isso fosse condição para a legitimidade científica. Evitava falar do meu vínculo com o espiritismo, temendo críticas sobre falta de objetividade. Essa tentativa de apagamento, entretanto, gerou um bloqueio na escrita. Eu não conseguia começar o texto. Qualquer frase que ensaiava nascia incompleta, artificial. Foi só quando me permiti assumir minha posição, incorporando minha trajetória ao problema, que a escrita fluiu. Esse movimento não foi apenas um recurso estilístico; ele expressou uma virada epistemológica. Deixei de negar o lugar que ocupava para transformá-lo em ferramenta analítica.

Essa decisão revelou outro aspecto fundamental: a pesquisa não afetou apenas meus métodos, mas também meu modo de estar no campo. Minha relação com as casas espíritas, por exemplo, mudou ao longo do processo. Em um primeiro momento, retomei a frequência às reuniões públicas com a justificativa da pesquisa, acreditando que esse retorno seria simples.

Mas não foi. Cada palestra, cada oração, cada passe trazia lembranças da época em que eu acreditava ter encontrado um espaço acolhedor, livre de julgamentos. O campo, que eu julgava conhecer, começou a se apresentar de outra forma. À medida que minhas leituras sobre gênero e sexualidade avançavam, os discursos que antes me pareciam inofensivos começaram a soar excludentes. Passei a perceber como a homossexualidade permanecia silenciada, confinada ao não-dito ou enquadrada em categorias como “prova” ou “expição”, conforme a lógica doutrinária. Esse estranhamento é o que Goldman (2003) chama de deslocamento necessário, um “desnudar” que não significa abandono, mas a reinvenção do olhar.

As entrevistas também foram atravessadas por esse jogo de proximidade e distância. Eu supunha que meu pertencimento à rede espírita e minha identidade como homem gay facilitariam o acesso aos interlocutores. Mas o que encontrei foi o contrário: resistências, adiamentos e silêncios. Amigos e conhecidos recusavam-se a falar, justificando falta de tempo, desconforto ou simples evasivas. A negociação com um dos participantes, que chamo de Paulo, durou quase um ano. Ele temia “travar” diante das perguntas, queria saber se a entrevista seria gravada, pois receava se expor. Cada negativa ou adiamento produzia em mim um misto de frustração e inquietação teórica. Por que esse silêncio todo? Que medos ele revela? Aos poucos compreendi que o silêncio não era ausência de dado, mas um dado em si, um enunciado carregado de sentidos gritantes. Ele sinalizava as tensões entre identidade sexual e pertencimento religioso, mas também denunciava as estratégias de preservação de imagem e reputação individual num meio onde a moralidade

tem forte peso simbólico e coletivo.

A própria forma de acessar os entrevistados revelou essas barreiras. Sem conseguir contatos diretos, recorri à técnica snowball, apoiando-me em indicações sucessivas. Essa escolha, embora metodologicamente justificada (Vinuto, 2014), foi também produto de minha condição situada no campo. Um exemplo disso ocorreu quando, após entrevistar Pedro, ele me apresentou a Paulo, e este, a Mateus. Em cada indicação, havia uma espécie de “endosso moral”, uma garantia de que eu não exporia demais. Essa rede de confiança não é apenas técnica; é política. Ela revela que, para falar sobre sexualidade, os espíritas homossexuais precisam sentir-se protegidos.

Ao mesmo tempo, as interações com esses interlocutores me afetaram profundamente. Recordo a entrevista com Simão, talvez a mais intensa de todas. Sua narrativa percorria a infância, a vida adulta, a descoberta da sexualidade e as experiências no espiritismo com uma franqueza que me desarmou.

Simão: Não, hoje em dia, eu... eu me classifico... Eu tava conversando isso hoje com um amigo meu: durante muito tempo, eu achei que eu era bissexual, porque eu tive esse contato... é... mas depois eu nunca tive vontade... sabe, assim...? (risos) Minha iniciação sexual sempre foi com as primas... todas as primas... acho que... eu comi todas as primas (risos) Mas... depois disso, na fase de adolescência tudo, eu não me senti mais bi. Mas, eu me senti muito gay, tanto que assim, hoje em dia, eu tenho uma curiosidade enorme com homem trans e, lógico, que ele tem uma vagina, né? Então, e eu fico pensando assim que seria maravilhoso... rsrs não sei, acho legal, acho massa essa coisa da... vagina, né?... Então, e eu fico pensando assim que seria maravilhoso... rsrs não sei, acho legal, acho massa essa coisa da...

Havia momentos em que eu esquecia meu papel de pesquisador e me via tomado por lembranças minhas, por perguntas que nunca formulei em voz alta, e interações que iam além do roteiro estabelecido.

Pesquisador: É. Eu, eu andei conversando com um boy (trans), mas não rolou não.

Simão: Foi, daqui de Campina não?

Pesquisador: Sim, tem dois aqui em Campina.

Tem dois é... mas um... fulano né...

É. No caso são três. Tem fulano, tem...

Tem o sicrano.

Simão: E quem é o outro?

Pesquisador: E... esse eu não sei o nome, porque esse tá no aplicativo.

Simão: Ah... não... sicrano é do aplicativo. É. sicrano, é do aplicativo. Que ele mora aqui pertinho eu acho. O branquinho, que ele até falou pra mim que tava

no aplicativo.

Pesquisador: Ah, então é porque o outro que eu conheci, eu conheci ele no Tinder.

Essa experiência confirma o que Favret-Saada (1990) descreve como condição inevitável do trabalho de campo, o ser afetado. Não se trata de uma emoção passageira, mas de um deslocamento epistemológico. Ser afetado implica permitir que o outro nos atravesse, que nossas certezas sejam abaladas e que, a partir disso, produzamos interpretações mais densas.

Esses deslocamentos não ficaram restritos ao campo; atingiram também meu vínculo com a doutrina espírita. Durante os primeiros anos da pesquisa, tentei manter a frequência nas reuniões, mas, pouco a pouco, as contradições entre discurso e prática me afastaram. Se antes eu acreditava no ideal de acolhimento universal, a pesquisa revelou fissuras, hierarquias internas, posições excludentes e um regime discursivo que, ao tentar disciplinar o discurso sobre a homossexualidade, reafirma uma ordem moral cishetero-normativa.

Pesquisador: É... mudou alguma coisa na sua orientação sexual a partir do momento que você ingressou no espiritismo? Já que...

Paulo: Me ajudou a me entender melhor. Mas mudar não. Eu entendi que foi um planejamento que eu fiz, é uma prova que eu preciso passar, é uma situação que eu... que foi um livre arbítrio meu, escolher. Então eu tenho que...

Pesquisador: E como é... digamos assim... como é que você seria aprovado nesse teste?

Paulo: Ai é que tá... eu não sei. Rsrtrs. O que eu sei é que eu preciso seguir o evangelho de Jesus, então não é o fato que eu sou homossexual que eu tenho que ser depravado, que eu tenho que ser sexual 24hs por dia, não.

Pesquisador: Mas isso é típico do... da homossexualidade?

Paulo: Exato. Não, tem muita gente que é assim, e muita gente não. Meus amigos não são assim.

Pesquisador: Mas isso é porque seriam espíritas?

Paulo: Não sei, eu acho que cada... vai de cada um lidar com a sua sexualidade. Eu tento ser uma pessoa como qualquer outra, apenas com o desejo por uma pessoa do mesmo sexo. Não é... eu não sou depravado, eu não saio ficando com qualquer um. Eu tento ser uma pessoa que segue as leis de Deus. Claro, que a gente erra muito e muito feio, bastante.

Pesquisador: O que seria pra você algo tido como normal? Por exemplo? É o que seria fazer sexo, por exemplo no espiritismo, ou enquanto homossexual pra... é tido pra você como normal?

Paulo: Deus condena... pelo menos pra mim, Deus condena qualquer tipo de excesso. Qualquer... o pecado... não... Deus não condena por exemplo, a bebida, Deus não condena o sexo, Deus não... ele condena os excessos.

[...] Pesquisador: Então excesso pra você seria, por exemplo, trocar...

Paulo: Uma pessoa... com várias pessoas diferentes, de vários dias... quase todo dia uma pessoa diferente. Pra mim isso é um pecado.

Durante muito tempo busquei regular a minha sexualidade a partir da mesma concepção de Paulo, aprendi a partir dos romances espíritas, e posteriormente nos centros, que o problema existia no excesso, e não no ato, essa lógica é corroborada por autores como Divaldo e Chico, porém, quando diretamente relacionada à sexualidade, essa lógica é levada ao extremo, pois, somos impelidos de forma quase imperceptível, homeopática (Pereira, 2023), a nos abster da prática sexual, e mergulhar na caridade e no trabalho ao próximo e pelo próximo, contornando e sublimando a energia sexual na busca pela evolução moral e espiritual.

Observei que ocorria o processo de dissolução do discurso ou debate sobre a sexualidade e homossexualidade a partir ou dentro de outros temas, tais como família, amor, traição e evolução espiritual. Porém, nunca o tema sexualidade ou homossexualidade de modo exclusivo.

Pesquisador: Certo. Deixa eu ver aqui... Você disse que nos sermões, é... que você via, comparava a homossexualidade a drogas.

Pesquisador: Existe algo semelhante, dentro do espiritismo?

Felipe: Existe. Existe sim, é... existem palestrantes que falam do erro que é a homossexualidade. Eu já fui pra uma palestra... inclusive no Centro que tu frequentava, que é ali na Liberdade...

Pesquisador: Caminho da Luz?

Felipe: É... que a palestrante dizia que...

Pesquisador: Lembra quem é a palestrante?

Felipe: Lembro, mas não vou citar nomes aqui...

Pesquisador: Não, mas não vai sair. Nem o seu, nem o dela (risos)

Felipe: É... acho que era (ele cita o nome de uma palestrante).

Pesquisador: A dirigente?

Felipe: A palestra dela era sobre família e ela comentava que as famílias estavam, é... sobre risco, porque tavam sendo muito atacadas e tal, muitos perigos no mundo, entre eles a homossexualidade, o uso de drogas, e não sei o que... e aí nesse momento eu travei o que eu tava escutando, e enfim... chega. Não preciso de mais nada, depois disso... (risos)

Pesquisador: E no Centro que você frequenta já ouviu algo semelhante?

Felipe: Sim, tem muitas pessoas preconceituosas. Eu lembro de um filtro que tinha no Facebook, um filtro que era da, do Dia Internacional Contra a Homofobia, que era um filtro do Arco Íris, e aí quando eu coloquei na minha foto do perfil, uma das pessoas do Centro veio comentar embaixo, acho que eu até deixei lá... nem apaguei, acho que eu deixei o comentário dele, é... Arco íris não (apelido de Felipe)... (risos)

Pesquisador: (risos) Arco Íris não?! (risos)
 Felipe: É.
 Pesquisador: Quer coisa mais bonita do que um Arco Íris... cores né...
 Felipe: Pois é. Mas tem, tem muito preconceito. E engraçado porque, lá na SEJA tem muito homossexual né, tem gay, lésbica...
 Pesquisador: Eu não consigo ver as lésbicas....
 Felipe: Não?
 Pesquisador: Não. Eu não consigo ver as lésbicas.
 Felipe: Mas os gays, consegue ver?
 Pesquisador: Alguns sim, alguns sim... Por exemplo, eu nunca tinha visto você.
 Felipe: É, porque eu não tô tão frequente né. Tu vai mais nas quartas né?
 Pesquisador: Não, ia mais aos sábados, e aí, com o curso eu passei a frequentar as quartas. Mas eu ia aos sábados. Se bem que... você é gay? Você se considera o que hétero, bi, homo... trans.... (risos)?
 Felipe: Ah, eu sou um hétero curioso...
 Pesquisador: Ah você é um hétero curioso é... (risos)
 Felipe: É. (risos)
 Felipe: Sou gaysíssimo.
 Pesquisador: Gaysíssimo?
 Felipe: É. (risos)

Quanto à sexualidade, tanto Simão quanto Felipe, em algum momento de suas trajetórias, também se viram diante do questionamento sobre quem eram e do que desejavam — movimento que eu e os demais entrevistados igualmente atravessamos. Essa recorrência me fez perceber um percurso comum: primeiro, a tentativa de nos ajustar a uma heterossexualidade compulsória; depois, o caminho gradual da descoberta sexual. No meu caso, esse processo ocorreu simultaneamente ao vínculo que eu estabelecia com o espiritismo e às novas relações sociais construídas em Campina Grande. Foi uma experiência de deslocamento e encontro com outros espaços, pessoas e formas de viver a religiosidade — algo que, de modo semelhante, também atravessou a história de Pedro.

Pesquisador: Vamos fazer uma seção de análise aqui. Por que assim, você colocou aí um elemento novo, que você já tinha sentido algo por um homem, já tinha se relacionado com um homem, mas só veio perceber que você era gay quando chegou em Campina Grande fazendo essa autorreflexão. Você lembra de alguma coisa que, além do sentimento....
 Pedro: Na verdade, eu não tinha maturidade pra entender, era maturidade que eu não tinha. Eu sabia que sentia, eu sabia que tive, eu sabia que gostava, mas eu não entendia o porquê.
 Pesquisador: E o que foi que levou você a amadurecer nesse sentido?
 Pedro: Eu não sei, acho que foi mesmo a autorreflexão e perceber que realmente eu nunca ia satisfazer a sociedade gostando ou me casando ou tendo uma família tradicional. A mulher e filhinhos.

Pesquisador: Você acha que esse deslocamento físico, geográfico, de uma cidade do interior para uma cidade como Campina Grande possa ter influenciado?

Pedro: Muito, muito, muito...

Pesquisador: Em que sentido?

Pedro: Porque assim, não tinha a supervisão dos meus pais em relação a isso principalmente. E minha irmã também, ela tinha uma outra visão, apesar de, voltando né, apesar de eu ter liberdade, eu não tinha ainda a maturidade de assumir o que eu sentia para os meus pais. E aqui eu tive mais coragem de me assumir, e assumir isso depois pra eles, que ainda era um tabuzinho, e minha irmã me deu também super força nisso.

Pedro descreve, em grande parte, aquilo que eu havia vivido na minha cidade natal. Por volta dos 16/17 anos, quando tive minha primeira experiência sexual com outro homem, já sabia que não era igual aos demais homens ao meu redor. No entanto, naquele contexto, não havia possibilidade de vivenciar o desejo que emergia. Era necessário partir, deixar aquele lugar e começar em outro. E foi exatamente isso que acabou acontecendo.

Encerrar esta reflexão exige reconhecer que a experiência no campo não se limitou a produzir dados, mas também a produzir deslocamentos — alguns sutis, outros profundamente desestabilizadores. A reflexividade, entendida aqui não como técnica adicional, mas como condição da própria investigação, tornou possível identificar que cada silêncio observado, cada recusa de entrevista, cada desconforto diante dos discursos doutrinários sobre sexualidade e cada lembrança evocada durante as idas aos centros espíritas constituíram não obstáculos, mas parte do próprio percurso analítico.

Assumir que fui afetado — nos termos de Favret-Saada — significou admitir que o campo não se deixou capturar por completo e que, em muitos momentos, escapou pelas brechas entre o que eu esperava encontrar e o que efetivamente se revelava. Essas fissuras, porém, tornaram-se férteis. Permitiram-me perceber como o pertencimento religioso e a identidade sexual, longe de se anularem, se reconfiguravam mutuamente à medida que avançava na pesquisa. Se, por um lado, minha trajetória espírita abriu caminhos de acesso e reconhecimento, por outro, também me colocava diante de tensões que exigiam reposicionar o olhar, ajustando permanentemente o modo de ver e interpretar.

Os encontros com meus interlocutores — marcados por risos, hesitações, confissões inesperadas ou pausas carregadas de sentido — reafirmaram que o conhecimento produzido é sempre situado e atravessado por afetos. Não se trata de transformar a experiência pessoal em medida de verdade, mas de explicitar como ela compõe o processo de investigação e, ao fazê-lo, amplia suas possibilidades interpretativas.

Assim, ao final desta seção, reafirmo que a reflexividade não operou como ferramenta para controlar minhas implicações, mas como dispositivo que permitiu tornar visível a trama de relações, expectativas e deslocamentos que atravessou todo o trabalho. Ser

afetado não fragilizou a pesquisa; ao contrário, revelou dimensões que somente emergem quando o pesquisador reconhece que também é parte do campo que investiga. É nesse movimento — ao mesmo tempo analítico e existencial — que esta seção se encerra, pois é justamente nas fronteiras entre pertencimento, crítica e afetação que este estudo encontra sua força e sua razão de ser.

Incorporar essa dimensão significa admitir que, no campo, nunca estamos sozinhos: carregamos conosco memórias, afetos e posições que, longe de serem obstáculos, podem se tornar ferramentas analíticas quando assumidas com consciência crítica.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que investigar a homossexualidade no espiritismo, especialmente a partir de uma abordagem autoetnográfica, implica reconhecer que o conhecimento produzido é sempre atravessado por posições, afetos e histórias que não podem — e não devem — ser apagadas. Ao mobilizar autores que problematizam a neutralidade e a objetividade, tornou-se possível compreender que a reflexividade não é um adendo metodológico, mas o eixo que sustenta a própria possibilidade de investigação quando o pesquisador ocupa simultaneamente o lugar de sujeito e objeto.

Os relatos dos entrevistados, marcados por silêncios, hesitações, deslocamentos e reconhecimentos tardios de si, revelam trajetórias atravessadas por tensões entre desejo, moral religiosa e expectativas sociais. A insistência doutrinária em enquadrar a homossexualidade no registro de “prova”, “tendência”, “erro passado” ou “excesso” produz efeitos concretos nas formas como esses homens compreendem suas experiências e regulam seus corpos e afetos. Nesse sentido, os discursos espíritas — ainda que revestidos de linguagem moralizante suave — operam como dispositivos que silenciam, disciplinam e delimitam modos possíveis de existir.

Ao revisitar minha própria história no campo, percebi que os caminhos que percorri não eram exceção, mas parte de uma experiência compartilhada: a tentativa inicial de adequação a uma heterossexualidade compulsória, seguida pelo processo gradual de reconhecimento e vivência da sexualidade. A coincidência entre esse percurso e o de interlocutores como Pedro, Simão e Felipe não indica mera semelhança biográfica, mas exprime a força das normas que atravessam as sociabilidades espíritas e moldam subjetividades.

A autoetnografia, nesse contexto, mostrou-se não apenas uma escolha metodológica, mas um recurso epistemológico capaz de tornar visíveis camadas de sentido que permaneceriam ocultas sob metodologias que privilegiam o distanciamento. Ser afetado

— conforme descreve Favret-Saada — não significou dissolver o rigor, mas admitir que o conhecimento nasce justamente nos pontos em que o pesquisador é desestabilizado pelo campo. As minhas próprias rupturas, afastamentos, retornos e reconfigurações diante da doutrina espírita constituíram parte indissociável da análise e evidenciaram como o campo não é um cenário fixo, mas um território em constante movimento.

Diante disso, este estudo revela que a homossexualidade, no espiritismo, não é apenas um tema ausente ou silenciado: é um território de conflito, onde discursos moralizantes, experiências vividas e estratégias individuais de manejo se entrecruzam. A ausência de debates explícitos, a separação entre “amor” e “prática”, as noções de sublimação e a insistência na heteronormatividade como ideal não apenas configuram a moral doutrinária, mas impactam profundamente aqueles que tentam conciliar fé e desejo.

Assim, a conclusão que se impõe é que não há como compreender a relação entre homossexualidade e espiritismo sem considerar as dimensões afetivas, biográficas e situadas que atravessam tanto o pesquisador quanto os interlocutores. A reflexividade permitiu reconhecer que os dados não são apenas coletados: são vividos, sentidos e elaborados no entrecruzamento de trajetórias. E é exatamente nesse encontro entre teoria, análise e experiência encarnada que esta pesquisa encontra sua força explicativa.

Se a neutralidade é impossível, como apontam os autores mobilizados, então assumir o lugar de fala e de afetação não fragiliza a investigação: legitima-a. O que permanece, ao fim, é a constatação de que produzir conhecimento sobre temas como religião e sexualidade exige coragem para enfrentar silêncios, desnaturalizar discursos e reconhecer que toda ciência é, inevitavelmente, situada. É nesse gesto — ao mesmo tempo crítico e profundamente implicado — que esta pesquisa se encerra, abrindo espaço para que outras narrativas, outras experiências e outros olhares possam, no futuro, ampliar e tensionar ainda mais esse debate.

Recebido em 23 de julho de 2025

Aprovado para publicação em 11 de dezembro de 2025

Referências

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia. **Mediações – Revista de Ciências**

Sociais, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-14, set./dez. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46479>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, E. O. (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Tradução de Paula Siqueira. Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Être affecté. Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie**, n. 8, p. 3-9, 1990. Disponível em: <https://shre.ink/DtH3>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FONSECA, Ailton Siqueira de Souza; BRAZ, Emanuel Pereira. Considerações a respeito da neutralidade axiológica em Max Weber. **Revista Expressão**, Mossoró, v. 1, n. 1, 1997.

FOUCAULT, Michel. **De l'amitié comme mode de vie. Gai Pied**, n. 25, p. 38-39, abr. 1981. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: www.filoesco.unb.br/foucault. Acesso em: 10 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MxJlV>. Acesso em: 10 nov. 2025.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane S.; BOZON, Michel; GRUPO GRAVAD et al. Gênero e carreiras sexuais e reprodutivas de jovens brasileiros. In: **XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 2006, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ABEP, 2006.

KARDEC, Allan. **O evangelho segundo o espiritismo**. São Paulo: Petit, 1997.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. São Paulo: Petit, 1997.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns**. São Paulo: Petit, 1997.

LOPES, Luiz Fernando (org.). **Amor e sexualidade: a conquista da alma**. Salvador: Editora Leal, 2018.

LOPES, Luiz Fernando (org.). **Sexo e consciência**. Salvador: Editora Leal, 2016.

LUIS, André. **Sexo e destino**. Psicografia de Waldo Vieira e Francisco Xavier. Brasília: FEB, s.d.

MANOEL (Espírito). **Sexo e obsessão**. Psicografia de Divaldo Pereira Franco. Salvador: Editora Leal, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EHtag>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SAEGUSA, Claudia (org.). **Divaldo Franco responde**. v. 2. São Paulo: IntelÍtera, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, dez. 2002. Disponível em: <https://encurtador.com.br/W90s3>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VIEIRA, Suzane de Alencar; MELLO, Cecília Campello do Amaral; FLAKSMAN, Clara. A caixa de ferramentas de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, v. 31, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/204447>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AAsAV>. Acesso em: 10 nov. 2025.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2006. v. 1, p. 139-198.

LIBERALISMO POLÍTICO: QUAL A NEUTRALIDADE POSSÍVEL?

Political Liberalism: what kind of neutrality is possible?

Robson Vitor Freitas Reis

Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, graduado em Direito pela Faculdade de Direito da UFJF. Servidor Público no Campus de Varginha da UNIFAL e advogado registrado pelo Conselho Seccional de Minas Gerais da OAB.

Resumo

Este artigo discute o conceito de neutralidade política no contexto do liberalismo, analisando especialmente as contribuições de Joseph Raz, Alasdair MacIntyre, Ronald Dworkin e, com destaque, John Rawls. Explora-se a distinção fundamental entre neutralidade de justificação e neutralidade de resultados, enfatizando-se que, embora uma neutralidade absoluta seja impossível e até indesejável, é viável uma neutralidade liberal centrada na justificativa política, que respeite o pluralismo moral e garanta um campo justo para diferentes concepções de vida boa. Conclui-se que a abordagem rawlsiana, ao utilizar a neutralidade de justificação (imparcialidade moral de segunda ordem), oferece uma solução prática e politicamente legítima para lidar com a diversidade de doutrinas abrangentes nas sociedades democráticas contemporâneas.

Palavras-chave: liberalismo político; neutralidade política; John Rawls; neutralidade de justificação; pluralismo moral

Abstract

This paper discusses the concept of political neutrality within liberalism, specifically analyzing the contributions of Joseph Raz, Alasdair MacIntyre, Ronald Dworkin, and particularly John Rawls. It examines the crucial distinction between neutrality of justification and neutrality of outcomes, arguing that although absolute neutrality is impossible and even undesirable, liberal neutrality focusing on political justification is feasible, respecting moral pluralism and ensuring a fair field for competing conceptions of the good life. The paper concludes that Rawls's approach, based on neutrality of justification (second-order moral impartiality), provides a practical and politically legitimate solution for addressing the diversity of comprehensive doctrines within contemporary democratic societies.

Keywords: political liberalism; political neutrality; John Rawls; neutrality of justification; moral pluralism

Introdução

Primeiramente é preciso esclarecer que a metodologia aplicada no presente trabalho é a metodologia usual de uma pesquisa teórica de cunho político-normativo. 1) Leitura estrutural dos textos. 2) Comparação analítica dos autores, conceitos e teorias, almejando descortinar a teia que interliga esses autores, haja vista que, por tratarem de uma mesma questão, grande parte deles já naturalmente se referenciam, sendo preciso aclarar essas conexões. 3) Reflexão teórica com aplicação dos procedimentos de individualismo ético e universalismo moral que são próprios do princípio de legitimidade liberal (Rawls, 1993), onde a argumentação racional (pensada em termos de racionalidade prática) se dá pela busca de argumentos aceitos por pessoas que se concebem como livres e iguais, e dotadas de capacidades morais. 4) Equilíbrio reflexivo, isto é, o cotejamento constante entre princípios gerais e normas específicas. E, uma vez esclarecida nossa metodologia, passemos agora a explicar o que pretendemos analisar no presente trabalho.

O conceito de neutralidade política tem sido amplamente debatido no contexto do liberalismo, especialmente quando se trata de questões sobre a imposição de concepções de vida boa pelo Estado. Um dos maiores desafios enfrentados por teorias liberais contemporâneas é a tentativa de conciliar a liberdade individual com a igualdade, preservando ao mesmo tempo uma postura neutra diante das diferentes concepções do bem. Este desafio é discutido por pensadores como Joseph Raz, Ronald Dworkin, John Rawls e Alasdair MacIntyre, cada um oferecendo diferentes perspectivas sobre o papel do Estado na promoção de ideais de vida e como a neutralidade se encaixa nessa equação.

Um importante pano de fundo dessa discussão é o princípio antiperfeccionista que sustenta que o governo não deve promover ou implementar ideais de vida boa, mesmo que esses ideais sejam amplamente considerados valiosos. O liberalismo político, em suas várias vertentes, adota formas diversas de neutralidade para implementar este princípio, mas como veremos ao longo deste texto, essa neutralidade é frequentemente alvo de críticas e desafios. Joseph Raz, por exemplo, argumenta que a neutralidade é uma forma de restrição política que limita as ações do governo com base em concepções abrangentes do bem, enquanto Alasdair MacIntyre levanta dúvidas sobre a possibilidade de o liberalismo realmente manter-se neutro.

Neste artigo, analisaremos como esses autores, e em especial John Rawls, abordam a questão da neutralidade política. Discutiremos, por exemplo, as diferentes formas de neutralidade (desde a neutralidade intencional versus neutralidade como subproduto em Raz até a crítica de MacIntyre ao liberalismo como uma tradição moral disfarçada de neutralidade). Também examinaremos como Dworkin, ao longo de suas obras, revisou sua concepção de neutralidade, inicialmente rejeitando-a em favor da promoção da igualdade

e, mais tarde, abraçando uma postura de neutralidade ética em relação às concepções de vida boa. E, de posse de todo esse arcabouço, chegaremos ao cerne do nosso trabalho, qual seja, falar sobre a neutralidade em John Rawls, onde exploraremos as distinções fundamentais entre neutralidade de objetivo/justificação e neutralidade de influência/resultado, fundamentais para a defesa do liberalismo igualitário rawlsiano.

O Antiperfeccionismo na visão de Joseph Raz

No tópico *Antiperfeccionismo* do livro *The Morality of Freedom* de Joseph Raz (1988) o autor afirma que liberais, igualitários e libertários, em grande medida concordam com essa ideia de neutralidade, embora a interpretem de formas diferentes. O princípio antiperfeccionista afirma que promover e implementar ideais de vida boa, mesmo que sejam valiosos, não é uma tarefa legítima do governo. A doutrina da neutralidade política visa concretizar esse princípio por meio de uma política que exige que as ações do governo sejam neutras em relação a diferentes concepções de vida boa. Sendo esse tipo de doutrina conhecido como uma doutrina de restrição, isto é, uma doutrina que ou nega ao governo o direito de perseguir certos objetivos considerados valiosos ou o obrigam a manter o *status quo*, mesmo que pudesse melhorá-lo (*Ibidem*, p. 110). Para Raz, muitas teorias liberais de liberdade política se baseiam em um princípio de restrição, sendo a ideia de neutralidade importante ponto nessas teorias. Esses princípios limitam a busca por objetivos bons ou valiosos, excluindo a ação por motivos válidos ou recomendáveis, ou exigindo que o governo preserve um estado de coisas que poderia ser alterado por boas razões. Assim, para Raz, a doutrina da neutralidade política é uma doutrina de restrição porque defende a neutralidade entre diferentes visões de vida boa.

Ele, no entanto, destaca a importância de se distinguir entre duas formas de neutralidade política: uma mais moderada (A), que se concentra em garantir que todos tenham chances iguais de implementar seus ideais do bem, e outra mais radical (B), que se estende também à neutralidade sobre a probabilidade de adoção de uma concepção de bem em detrimento de outra (*Ibidem*, p. 112).

Raz escolhe focar na versão mais radical, a neutralidade B, pois ela representa uma aplicação mais rigorosa do princípio antiperfeccionista. Em seguida, ele levanta outra questão importante: o escopo da neutralidade política. A neutralidade deve ser aplicada à política como um todo, ou apenas à constituição de um país? A primeira abordagem, mais estrita, defende que indivíduos podem buscar realizar seus ideais pessoais, mas apenas através de meios não políticos, como fundar associações voluntárias ou criar restrições para propriedades privadas. No entanto, as leis e regulamentações que facilitam a implementação de uma concepção do bem em detrimento de outra não devem ser permitidas.

Já a segunda doutrina, menos rígida, permite que a política participe da busca de ideais, mas dentro de um quadro constitucional que garanta igualdade de chances para todos.

Outro aspecto que Raz examina é a distinção entre neutralidade como um princípio intencional e neutralidade como um subproduto de ações. Neutralidade intencional, ou “neutralidade por princípio” (*principled neutrality*), ocorre quando uma pessoa ou instituição deliberadamente age de modo a não favorecer nenhum lado em um conflito de interesses ou concepções do bem. Já a “neutralidade como subproduto” (*byproduct neutrality*) pode ocorrer quando uma ação afeta diferentes partes de forma igual, sem que essa neutralidade tenha sido o objetivo inicial da ação. Raz argumenta que a neutralidade política deve ser entendida como um princípio intencional, onde o governo age conscientemente para não favorecer ou prejudicar nenhuma concepção de bem.

Raz também problematiza a ideia comum de que agir de forma neutra é necessariamente justo. Ele apresenta o exemplo dado por Montefiore, em que um pai decide não intervir em uma disputa entre dois filhos, o que acaba favorecendo o mais forte. Esse exemplo demonstraria que a neutralidade, em certas circunstâncias, pode ser injusta, pois não leva em conta as diferenças naturais de poder entre as partes. No entanto, isso não significa que a neutralidade como princípio seja inerentemente errada, apenas que, em algumas situações agir de maneira neutra poderia não ser a melhor escolha moral.

MacIntyre e o Liberalismo como Tradição

Tendo essa proposta do Joseph Raz como pano de fundo, passemos agora a analisar um outro trabalho. No capítulo *Liberalism Transformed into a Tradition* do livro *Whose Justice? Which Rationality?* de Alasdair MacIntyre (1988, p. 326-348), o autor examina como o liberalismo, em sua interpretação, que começou como uma filosofia rejeitando teorias abrangentes do bem em favor de uma estrutura racional e neutra, evoluiu para se tornar uma tradição com suas próprias suposições e preceitos. Ou seja, inicialmente, o liberalismo se apresentava como uma alternativa neutra às tradições, propondo princípios universais de justiça que seriam aceitos por qualquer pessoa racional, independentemente de suas concepções particulares de bem. A promessa era de que, ao focar na neutralidade, o liberalismo poderia evitar os conflitos que surgem das diversas tradições sobre o que constituiria uma vida boa. Contudo, MacIntyre argumenta que essa pretensão de neutralidade seria ilusória, pois, com o tempo, o liberalismo teria desenvolvido suas próprias normas, textos fundacionais e debates internos, assumindo assim as características de uma tradição. Essa transformação refletiria o reconhecimento de que os princípios liberais não são neutros, mas estão enraizados em uma visão específica da racionalidade e da justiça. A neutralidade do liberalismo seria, portanto, questionada por MacIntyre, que apontaria

que ele, ao tentar ser neutro, na verdade imporia sua própria concepção de bem e justiça. Portanto, para o autor, apesar de suas alegações, o liberalismo favoreceria certas formas de vida e valores sobre outros, não conseguindo escapar de suas próprias preferências culturais e históricas. O que contradizeria a promessa original de neutralidade. Assim, o liberalismo, em sua tentativa de ser uma estrutura política neutra, acabaria por se transformar em mais uma tradição que compete com outras tradições por legitimidade e autoridade. As próprias instituições liberais acabam demandando lealdade e adesão a seus princípios, da mesma forma que outras tradições, revelando que a neutralidade é, na prática, um ideal inatingível dentro do contexto liberal. E, seguindo essa linha argumentativa, conclui que o liberalismo, como qualquer outra tradição, possuiria padrões internos de justificativa e enfrentaria problemas específicos, não podendo evitar a parcialidade inerente a qualquer tradição cultural e histórica. Dessa forma, o liberalismo seria apenas mais uma tradição entre muitas, incapaz de ser verdadeiramente neutro.

E, diante dessas afirmações, nos questionamos: MacIntyre estaria certo? Ou seja, teria o liberalismo se transformado em apenas mais uma tradição entre muitas, incapaz de ser verdadeiramente neutro? E a nossa hipótese, tendo em vista o liberalismo político igualitário de John Rawls, é que afirmar que a neutralidade política é impossível em qualquer forma absoluta não significa que o princípio liberal de neutralidade seja inviável. Passemos agora explicar nosso ponto.

Ronald Dworkin e sua Mudança de Posicionamento

Com nos esclarece Álvaro de Vita (2009, p. 77), essa interpretação da neutralidade liberal (ligada a ideia de neutralidade de resultado/influência e não de justificação/objetivo, como mais a frente explicaremos melhor) colocada por MacIntyre está claramente expressa no capítulo 8 do livro *A Matter of Principle*, de Ronald Dworkin (1985, p. 181-204).

Neste capítulo, Ronald Dworkin examina a questão da neutralidade estatal dentro do liberalismo, contrapondo-a à concepção de igualdade. Ele critica a vertente do liberalismo que defende a neutralidade moral do Estado, ou seja, a ideia de que o governo não deve interferir em questões morais, devendo se manter neutro em relação a concepções de vida boa. Para muitos liberais contemporâneos, essa neutralidade é central, pois impede que o Estado favoreça determinadas visões morais ou religiosas sobre outras, preservando assim a liberdade individual. Dworkin, porém, discorda dessa perspectiva de neutralidade moral absoluta, argumentando que o governo, ao tratar todos os cidadãos como iguais, inevitavelmente precisa tomar decisões que têm implicações morais. Nesse diapasão, a verdadeira essência do liberalismo, para Dworkin, não está na neutralidade em relação a questões morais, mas na promoção da igualdade. Isso significa que o governo, para ele,

deveria intervir em questões morais quando elas afetam o tratamento igualitário dos cidadãos. Por exemplo, em temas como os direitos das minorias sexuais ou raciais, o governo não pode ser neutro se o objetivo é garantir que todos os cidadãos sejam tratados com igual respeito. Nesse sentido, Dworkin sugere que o Estado deve adotar uma postura ativa para proteger os direitos desses grupos, rejeitando o argumento de que o não envolvimento do Estado em tais questões seria uma forma de respeito à liberdade individual. Para ele, a neutralidade moral poderia, com isso, perpetuar a desigualdade ao permitir que normas discriminatórias continuem operando sob a fachada de “neutralidade”.

Além disso, Dworkin argumenta que o princípio da igualdade no liberalismo exigiria que o governo intervenha em certas questões morais para evitar que a liberdade de uns comprometa a igualdade de outros. Ele ilustra isso com exemplos como a discriminação, onde o Estado deve agir para impedir que certos indivíduos ou grupos imponham suas concepções morais a outros, limitando assim seus direitos. Portanto, o foco de Dworkin é mostrar que, em sua concepção, o liberalismo verdadeiro não pode se limitar a uma postura de neutralidade moral. O Estado deve tomar posições morais quando necessário para assegurar que os direitos individuais sejam respeitados de maneira igualitária. Assim, podemos concluir através desse capítulo que, em resumo, Dworkin sustenta que a neutralidade estrita implicaria que nenhuma política poderia ser justificada se privilegiasse qualquer concepção específica de boa vida, o que faz com que ele não siga esse caminho. Tendo em vista essa interpretação de neutralidade, até mesmo uma política de tolerância religiosa não poderia ser justificada. Políticas que restringem a liberdade negativa, seriam consideradas moralmente ilegítimas se baseadas em concepções específicas de boa vida, pois favoreceriam aqueles que aderem a essas concepções em detrimento dos que têm convicções diferentes.

Contudo, Vita (*Opus citatum*, p. 77) nos esclarece que Dworkin posteriormente no livro *Sovereign Virtue: the theory and practice of equality* (2000, p. 237-284) abandonou essa posição de neutralidade estrita. No Capítulo 6 da obra, Ronald Dworkin explora a relação entre a igualdade liberal e o conceito de uma vida boa, respondendo às críticas que sugerem que o liberalismo negligencia a importância de uma vida plena ao se concentrar exclusivamente na justiça e na igualdade formal. Essas críticas que, segundo ele, são frequentemente levantadas por românticos, marxistas e conservadores, argumentam que o liberalismo falha em proporcionar uma base sólida para que as pessoas vivam de maneira significativa e rica, uma vez que sua prioridade seria apenas a justiça distributiva.

Dworkin, no entanto, rejeita essa visão, argumentando que a igualdade liberal é essencial para permitir que todos possam buscar sua própria concepção de uma vida boa. Ele propõe o “modelo de desafio” (*challenge model*), no qual a vida boa não é medida por resultados externos, como riqueza ou poder, mas pela forma como cada pessoa enfrenta

os desafios que surgem ao longo de sua vida. Nesse modelo, o valor da vida reside no processo de responder a esses desafios, e não necessariamente em atingir determinados resultados que sejam considerados valiosos por padrões externos. Diferentemente do que ele afirmou em *A Matter of Principle*, Dworkin aqui passa a defender o princípio da neutralidade ética. Ou seja, em *Sovereign Virtue*, para Dworkin o Estado não deveria impor ou favorecer uma concepção específica do que constitui uma vida boa. E essa neutralidade seria crucial para garantir a igualdade, pois permite que cada indivíduo defina e busque sua própria visão do que significa viver bem, sem interferências externas. Neste contexto, o governo deveria fornecer um campo justo de oportunidades e recursos, mas não interferir nas escolhas pessoais dos indivíduos sobre como viver suas vidas. Ao evitar o paternalismo, o liberalismo respeita a autonomia dos cidadãos, garantindo que eles possam perseguir seus próprios valores e ideais de vida.

Dworkin enfatiza que a neutralidade ética não significa indiferença à vida boa. Pelo contrário, ele argumenta que a neutralidade é a melhor maneira de permitir que as pessoas busquem uma vida plena e significativa por conta própria. O Estado, ao ser neutro em relação às concepções de bem, cria condições em que todos possam desenvolver suas próprias ideias sobre o que constitui uma vida boa. Ele não dita o que é valioso, mas assegura que cada indivíduo tenha os meios para perseguir aquilo que considera importante. No “modelo de desafio” proposto por Dworkin, viver bem é definido como enfrentar os desafios que a vida apresenta, de acordo com as circunstâncias e capacidades de cada um. O sucesso de uma vida, nessa perspectiva, não pode ser medido de forma uniforme, pois os desafios variam de pessoa para pessoa. Enquanto algumas pessoas podem ver o valor de suas vidas na criação de obras de arte, outras podem encontrar sentido em formar uma família ou lutar por justiça social. O ponto crucial é que o valor de uma vida reside na autenticidade com que os indivíduos enfrentam os desafios que consideram significativos.

Dworkin argumenta que a igualdade liberal, ao garantir que todos tenham os recursos e as oportunidades necessárias para enfrentar seus desafios, não apenas promove a justiça, mas também facilita o florescimento humano. Ele responde à crítica de que o liberalismo seria neutro demais ao afirmar que essa neutralidade, em vez de ser uma fraqueza, é o que possibilita que cada indivíduo busque a vida boa em seus próprios termos. A justiça e a igualdade, assim, são vistas como condições necessárias para que todos possam desenvolver suas próprias concepções de uma vida valiosa, sem a imposição de um padrão externo ou de um ideal dominante sobre o que é viver bem. Portanto, o governo, em vez de ser um tutor moral que define o que constitui uma vida boa, deve ser um facilitador que assegura condições igualitárias para que cada pessoa possa enfrentar os desafios da vida de forma justa e digna. Dworkin critica abordagens que veem a igualdade como uma tentativa de nivelar as diferenças ou garantir os mesmos resultados para todos.

Ele enfatiza que o mais importante é assegurar que todos tenham os meios para viver suas vidas de acordo com suas próprias escolhas e enfrentar os desafios que definem o que é viver bem para eles. Em sua visão, a vida boa é um desafio que cada indivíduo deve enfrentar com base em suas próprias capacidades, interesses e circunstâncias. O governo, por sua vez, deve garantir que todos tenham uma oportunidade justa de enfrentar esses desafios, assegurando a igualdade de recursos. Valendo esclarecer que a concepção de igualdade de Dworkin não se trata apenas de distribuir bens materiais, mas de fornecer uma estrutura justa em que todos possam exercer sua liberdade e responsabilidade pessoal.

Em resumo, Dworkin defende que o liberalismo, ao garantir a neutralidade ética e promover a igualdade, oferece a base para que cada indivíduo busque sua própria concepção de vida boa. O “modelo de desafio” coloca a responsabilidade pelo valor da vida nas mãos dos próprios indivíduos, enquanto a igualdade liberal cria as condições para que todos possam perseguir esse valor de acordo com seus próprios termos. A justiça, portanto, não é apenas uma questão de distribuição, mas um pré-requisito para que todos possam viver de forma plena e significativa.

Chegado a esse ponto, vale a pena ressaltar que ainda que essa “concepção do bem como desafio” proposta por Dworkin possa não diferir essencialmente da imparcialidade moral de segunda ordem que é central à justificação da tolerância liberal (Vita, *opus citatum*, p. 77), é fundamental entender que a neutralidade de justificação/objetivo (em oposição a neutralidade de resultados/influência) permite a coexistência de diversas concepções de bem dentro de uma estrutura política.

John Rawls e a Neutralidade de Objetivo/Justificação

As noções de imparcialidade moral de primeira ordem e de segunda ordem (ou imparcialidade de ordem superior) referem-se a diferentes níveis de justificação moral em questões políticas e sociais (Barry, 1995; Vita, *opus citatum*). A imparcialidade moral de primeira ordem envolve a aplicação direta de princípios éticos ou morais derivados de uma doutrina abrangente do bem. Em outras palavras, considera as convicções morais profundas e abrangentes de um indivíduo ou grupo ao formular políticas ou tomar decisões. Essas convicções podem estar associadas a religiões, filosofias de vida ou ideologias específicas que oferecem uma visão completa sobre o que constitui a vida boa para os seres humanos.

A imparcialidade moral de segunda ordem, por outro lado, diz respeito à justificação do uso da coerção coletiva com base em razões que podem ser aceitas por todos os cidadãos, independentemente de suas convicções abrangentes do bem. Esta forma de imparcialidade busca uma posição de neutralidade em relação a diferentes doutrinas éticas

e religiosas, focando em razões que são acessíveis a todos em uma sociedade pluralista e que podem justificar a intervenção do Estado ou a aplicação de políticas públicas. A distinção essencial é que a imparcialidade de segunda ordem evita basear-se em convicções específicas de uma doutrina abrangente ao justificar políticas públicas, promovendo assim a tolerância e o respeito mútuo em uma sociedade diversificada. De Vita aborda a imparcialidade moral de segunda ordem no contexto da tolerância liberal, onde um estado justo não deve impor uma doutrina abrangente do bem aos seus cidadãos. Ele argumenta que essa forma de imparcialidade é crucial para lidar com o pluralismo normativo profundo e promover uma sociedade justa onde diferentes concepções do bem possam coexistir sem que uma seja imposta coercitivamente sobre as outras. Em resumo, enquanto a imparcialidade de primeira ordem se baseia em convicções éticas específicas, a imparcialidade de segunda ordem busca uma base comum para justificar políticas públicas em uma sociedade pluralista, promovendo a neutralidade e a tolerância.

Feitos esses esclarecimentos, e levando eles consideração, passemos agora a tratar sobre o que John Rawls (1993, p. 190-195) especificamente afirmou acerca dessa questão. Ele reconhece que a ideia de neutralidade é complexa e pode ser definida de várias maneiras. Uma dessas definições seria a neutralidade procedimental, que estabelece um procedimento para garantir que os resultados sejam neutros. No entanto, Rawls não considera sua teoria da justiça como neutra nesse sentido. Para ele, seus princípios de justiça vão além de meros valores procedimentais e possuem um significado substantivo.

Uma outra maneira de definir neutralidade é considerar os objetivos das instituições fundamentais e das políticas públicas em relação às doutrinas abrangentes e às ideias de bem associadas a elas. Neste contexto, a neutralidade de objetivo, em contraste com a neutralidade de procedimento, significa que essas instituições e políticas são neutras no sentido de que podem ser apoiadas pelos cidadãos em geral dentro de uma concepção política pública. Assim, a neutralidade poderia significar:

- a. que o Estado deve assegurar a todos os cidadãos oportunidades iguais de promover qualquer concepção do bem que professem livremente; b. que o Estado nada fará que tenha como propósito favorecer ou promover qualquer doutrina do bem em particular, nem dar auxílio maior àqueles que a professam;
- c. que o Estado nada fará que facilite a aceitação, por parte dos indivíduos, de dada concepção em detrimento de outra, a menos que sejam tomadas medidas para cancelar ou compensar os efeitos das políticas que façam tal coisa (*Idem*, 2023, p. 310).

Rawls exclui a primeira situação ao determinar que apenas concepções permissíveis do bem, aquelas que respeitam os princípios da justiça, devem ser perseguidas. Contudo, essa primeira situação poderia ser ajustada para abraçar esse ponto; e, com essa

alteração, o estado deveria garantir igualdade de oportunidades para promover apenas qualquer concepção permissível. Neste caso, a justiça como equidade poderia ser neutra em relação aos objetivos. Quanto à segunda situação, suas exigências são atendidas desde que a estrutura básica seja regulada por uma visão que priorize o justo, sem favorecer nenhuma doutrina abrangente. No entanto, a terceira situação é mais problemática, pois é impossível que a estrutura básica de um regime constitucional justo não influencie quais doutrinas abrangentes irão perdurar e ganhar adeptos ao longo do tempo. Tentar anular esses efeitos seria inútil.

Como dito anteriormente, a objeção de MacIntyre sugere que a neutralidade liberal é um ideal político inalcançável. Nesse contexto, para responder a essa objeção, é importante diferenciar entre neutralidade de objetivos e neutralidade de influência, ou como Álvaro de Vita (*Opus citatum*, 2007) denomina, neutralidade de justificação e neutralidade de resultados. A neutralidade de justificação, essencial para o princípio liberal de legitimidade, significa que as decisões políticas devem ser justificadas de maneira que todas as pessoas razoáveis possam aceitar, independentemente de suas concepções do bem. Isso não significa que os resultados das políticas sejam neutros ou que não favoreçam nenhuma doutrina específica do bem. Por outro lado, a neutralidade de resultados implica que as políticas de um Estado liberal só seriam justificadas se não privilegiassem nenhuma doutrina específica do bem, o que é considerado impossível e indesejável, pois conflituaria com o valor de uma política democrática vigorosa e competitiva.

Portanto, no âmbito da ideia de neutralidade de resultados MacIntyre teria razão, já que, se praticado, entraria em conflito com uma política democrática robusta. Não obstante, é sim possível pensar em uma norma de neutralidade de justificação que se aplica apenas à justificação dos fundamentos constitucionais e das decisões políticas fundamentais, permitindo que as divergências sobre elementos constitucionais essenciais e questões de justiça básica sejam debatidas com base em valores políticos que todos possam aceitar. As críticas à tolerância do liberalismo igualitário frequentemente confundem essas duas formas distintas de neutralidade. A neutralidade de justificação é uma moralidade política que deve ser defendida contra a imposição de convicções morais específicas. Assim, apesar de uma neutralidade absoluta ser impossível e até mesmo indesejável (Vita, *opus citatum*, p. 81), um Estado liberal justo deve adotar e fazer cumprir a doutrina da tolerância liberal para impedir que os intolerantes imponham suas convicções, sem violar a norma de neutralidade de justificação, ou seja, garantir uma imparcialidade de segunda ordem.

Considerações finais

Assim, ao longo deste trabalho, examinamos as discussões sobre a neutralidade política no liberalismo, com ênfase nas contribuições de pensadores como Joseph Raz, Alasdair MacIntyre, Ronald Dworkin e, especialmente, John Rawls. A partir dessas abordagens, vimos como a neutralidade é um conceito multifacetado, capaz de ser interpretado e aplicado de maneiras distintas, especialmente no contexto da teoria política liberal. Contudo, o foco central da análise foi a compreensão da neutralidade em John Rawls, particularmente no que diz respeito à sua teoria da justiça e à neutralidade de objetivos.

John Rawls, ao propor sua concepção de justiça como equidade, rejeita a ideia de neutralidade estrita, reconhecendo que é impossível para o Estado não influenciar quais concepções de vida boa prosperarão. No entanto, ele sustenta que a neutralidade de objetivos, isto é, a justificativa das políticas públicas com base em razões que possam ser aceitas por todos os cidadãos razoáveis, é fundamental para garantir um ambiente de pluralismo e respeito mútuo. Nesse sentido, a neutralidade liberal rawlsiana não busca evitar todos os efeitos de políticas públicas nas diferentes concepções de bem, mas sim assegurar que essas políticas sejam justificadas por razões acessíveis a uma diversidade de visões morais, sem impor uma concepção abrangente de vida boa.

Conforme argumentado ao longo deste trabalho, a crítica de MacIntyre, que vê o liberalismo como mais uma tradição entre outras, incapaz de ser verdadeiramente neutra, subestima a distinção entre as noções de imparcialidade moral de primeira ordem e de segunda ordem acima explicada. Sendo justamente essa distinção que torna o liberalismo rawlsiano viável em uma sociedade pluralista. A neutralidade de objetivos/justificação permite que o Estado se abstenha de privilegiar uma doutrina abrangente, enquanto garante um campo justo de oportunidades para que cada cidadão busque sua própria concepção de vida boa dentro dos limites da justiça. Sendo essa a neutralidade política possível.

Assim, concluímos que, embora a neutralidade absoluta seja inatingível e até mesmo indesejável, o modelo rawlsiano oferece uma solução politicamente viável para lidar com o pluralismo profundo das sociedades. A neutralidade de justificação de Rawls, ao se concentrar na base comum que todos os cidadãos podem aceitar dentro do âmbito dos elementos constitucionais essenciais e questões de justiça básica, preserva a imparcialidade essencial à justiça, sem abrir mão da importância de uma política pública robusta que promova igualdade e respeito mútuo e uma política democrática vigorosa e competitiva.

Recebido em 27 de julho de 2025

Aprovado para publicação em 18 de setembro de 2025

Referências

- BARRY, Brian. **Justice As Impartiality**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- DWORKIN, Ronald. **A Matter of Principle**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1985.
- DWORKIN, Ronald. **Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2000.
- MACINTYRE, Alasdair. **Whose Justice? Which Rationality?** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1988.
- RAWLS, John. **Political Liberalism**. New York: Columbia University Press, 1993.
- RAWLS, John. **O Liberalismo Político [livro eletrônico]**. São Paulo: Martins Fontes, 2023.
- RAZ, Joseph. **The Morality of Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- VITA, Álvaro De. Sociedade democrática e tolerância liberal. **Novos Estudos - CE-BRAP**, n. 84, p. 61–81, 2009.
- VITA, Álvaro de. **A Justiça Igualitária e seus Críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PARTIDOS POLÍTICOS E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA DE MASSAS: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Political Parties and the Consolidation of Mass Democracy: A Theoretical Analysis

Thaiza Siqueira da Silva

Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), onde também obteve o título de mestre em Ciência Política. Bolsista da CAPES, é pesquisadora do Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Eleições (MAPE) e do Observatório dos Legislativos Estaduais (OLE). Desenvolve pesquisa sobre relações Executivo-Legislativo no plano subnacional, com ênfase nas mudanças institucionais das assembleias legislativas estaduais brasileiras.

Resumo

Este artigo discute o papel dos partidos políticos na consolidação da democracia de massas por meio de uma perspectiva teórica e histórica. A partir da crítica às concepções clássicas de democracia e da análise do surgimento e fortalecimento dos partidos políticos no contexto da revolução industrial, argumenta-se que tais organizações se tornaram elementos imprescindíveis à prática democrática moderna. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica de autores clássicos da teoria democrática. Conclui-se que, apesar das críticas contemporâneas à representação e às tendências oligárquicas dos partidos, estes seguem sendo peças centrais da engrenagem democrática.

Palavras-chave: democracia representativa; partidos políticos; competição eleitoral; ação coletiva; instituições políticas

Abstract

This article examines the role of political parties in the development and consolidation of mass democracy from a theoretical and historical perspective. Starting with critiques of classical democratic theories and analyzing the emergence and institutionalization of parties during the Industrial Revolution, the paper argues that political parties have become essential to the functioning of modern democracy. The study adopts a qualitative approach based on bibliographic review of classical democratic theory. Despite ongoing criticisms concerning representation and oligarchic tendencies, parties remain a central component of democratic systems.

Keywords: representative democracy; political parties; electoral competition; collective action; political institutions

Introdução¹

O conceito de democracia ocupa posição central nas discussões político-científicas contemporâneas, permeando tanto o debate público quanto a produção acadêmica especializada. Trata-se de um conceito em permanente disputa, frequentemente submetido a reducionismos e idealizações que comprometem sua precisão analítica.

No campo das ciências sociais, identificam-se ao menos duas grandes tradições interpretativas. A primeira associa democracia à ideia de participação direta, nos moldes da concepção aristotélica (Aristóteles, 384-322 a.C) ou do modelo rousseauiano do contrato social (Rousseau, 1762). A segunda vincula a legitimidade democrática à igualdade social, condicionando a existência da democracia à ausência de assimetrias socioeconômicas. Esta última perspectiva é especialmente recorrente em abordagens de matriz normativista, predominantes em certas vertentes do pensamento jurídico-constitucional, e encontra seus fundamentos na teoria clássica da democracia, tal como reconstruída e criticada por Schumpeter (1942), razões que serão exploradas ao longo deste trabalho.

Embora definições não constituam critérios de verdade, sendo necessariamente arbitrárias e vinculadas às premissas teóricas que as orientam, há implicações analíticas significativas na adoção de determinados conceitos. A equiparação entre igualdade social e democracia como condição necessária tende a tornar o conceito empiricamente inaplicável, reduzindo-o a um horizonte normativo de difícil ou impossível realização.

Em contrapartida, a Ciência Política tem privilegiado definições de caráter mais pragmático e realista. Nesse sentido, Dahl (1971)² estabelece que a presença de competição eleitoral efetiva e de alternância de poder com participação constitui o núcleo operacional do conceito democrático, indicando que a democratização amplia as oportunidades de participação e de contestação política, aumentando o número de indivíduos e grupos cujas preferências passam a ser consideradas no processo decisório.

Do ponto de vista histórico, a transição do século XIX para o século XX constitui um período de transformações decisivas nesse sentido: as mudanças sociais engendradas pela Revolução Industrial criaram as condições materiais e institucionais para o surgimento da democracia representativa, na medida em que as classes operárias passaram a

1 A inteligência artificial generativa Claude foi utilizada como ferramenta de apoio à revisão sintática e à fluidez textual do manuscrito. O conteúdo e as interpretações são de inteira responsabilidade da autora.

2 Importa notar que Dahl (1971) não emprega o termo “democracia” para descrever os sistemas políticos reais. Ele os denomina poliarquias, reconhecendo que nenhum regime existente realiza plenamente o ideal democrático. A poliarquia é caracterizada por dois eixos: a competição política efetiva e a participação inclusiva. Essa distinção situa Dahl em uma tradição pluralista que recusa tanto o ideal clássico de soberania popular quanto as definições puramente procedimentais, propondo um conceito operacional capaz de orientar a análise comparada dos regimes políticos.

ocupar uma posição inédita na dinâmica entre Estado e sociedade.

A emergência desse novo arranjo político corresponde ao que Manin (1995) identifica como “democracia de partido”, uma forma histórica específica de governo representativo, organizada em torno dos partidos como instituições mediadoras entre sociedade e Estado, na qual a disciplina partidária substitui o julgamento individual do parlamentar e o eleitorado passa a votar a partir de identificações ideológicas. A democracia de massas, tal como compreendida neste artigo, corresponde a essa forma histórica.

Nesse contexto de reconfiguração sociopolítica, no qual emerge a democracia de massas, os partidos políticos assumem protagonismo crescente. Apesar da percepção negativa e da desconfiança que historicamente os cercam, sua centralidade para o funcionamento democrático é inegável. Schattschneider (1942) sustenta que os partidos políticos foram os criadores da democracia moderna, sendo esta impensável fora de um quadro de competição partidária organizada.

Este artigo é produto de uma investigação de natureza teórica, estruturada a partir de revisão bibliográfica de obras clássicas da teoria democrática e da ciência política institucionalista. A opção por uma abordagem qualitativa e interpretativa justifica-se pelo objetivo de compreender os fundamentos institucionais e os paradoxos das formas contemporâneas de governo democrático, sem pretensões de exaustão do debate. A seleção bibliográfica privilegiou a tradição realista e institucionalista da teoria democrática, representada por autores como Schumpeter (1942), Madison (1993), Aldrich (1995), Dahl (1956; 1971), Cox (1987), Bagehot (2001), Michels (1911), em razão de sua maior aderência ao objetivo analítico do trabalho, o de compreender os partidos como respostas institucionais a problemas estruturais da democracia representativa, e não como desvios de um ideal normativo. A literatura mais recente foi incorporada pontualmente, para atualizar e modular argumentos clássicos, como nos casos de Braga (2012) e Ribeiro (2014), que revisitam a tese de Michels, e de Santos (2023), que reavalia a contribuição do Paradoxo de Condorcet para a análise da escolha social.

Vale destacar que este trabalho não tem pretensões normativas. Pelo contrário, propõe uma abordagem realista e evolucionista da política, distanciando-se de ideais utópicos para apresentar as estruturas políticas tal como se desenvolveram historicamente. Busca-se demonstrar que, tanto do ponto de vista institucional quanto eleitoral, os partidos políticos tornaram-se, progressivamente, elementos imprescindíveis à democracia, seja no desenho das instituições representativas, na solução de problemas inerentes à ação coletiva, ou como componente estruturante dos sistemas políticos modernos.

A complexidade das relações entre partidos, democracia, representação e princípio majoritário suscita questões de grande relevância para o debate da Ciência Política, que fundamentam toda uma tradição de análise institucionalista e empírica. Para abordá-las,

o artigo estrutura-se em três eixos temáticos: o primeiro discute a impossibilidade prática da democracia clássica, a partir dos argumentos de Madison e da crítica schumpeteriana à teoria clássica; o segundo apresenta uma contextualização histórica do surgimento da política democrática de partidos, na virada do século XIX para o XX; e o terceiro analisa os principais desafios e complexidades que a democracia de massas impõe às organizações partidárias.

Democracia clássica x democracia representativa

Schumpeter (1942) traça uma crítica à teoria clássica da democracia do século XVIII, baseada na soberania popular e vontade geral, conforme expressa em “O Contrato Social” de Rousseau, cuja base teórica se encontra no racionalismo utilitário. Desafiando a noção de democracia direta e participativa, amplamente difundida tanto no imaginário popular quanto no discurso oficial dos governos, sustenta o autor que a competição entre as elites políticas é essencial para o funcionamento do sistema democrático.

Um dos principais argumentos que embasa a crítica de Schumpeter (1942) diz respeito às limitações da racionalidade humana e à influência de suas emoções no processo decisório, estando a democracia direta potencialmente sujeita a distorções e decisões irracionais, baseadas em paixões e preconceitos. Além disso, o autor destaca a ignorância do cidadão comum, no sentido de falta de informação, o que facilitaria sua manipulação. Nesse sentido, Schumpeter (1942) argumenta que, quanto mais fracos forem os elementos lógicos nos processos da mentalidade coletiva e quanto mais ausente estiver a crítica racional, maiores serão as oportunidades para grupos que desejem explorar essa fragilidade.

Há algumas circunstâncias que permitiram a sobrevivência da doutrina clássica, não obstante contrária aos fatos, na visão de Schumpeter (1942). Primeiramente, alega que o credo democrático utilitarista foi inspirado em aspectos básicos da fé protestante cristã. Como o cristianismo abriga um forte elemento igualitarista, a visão da democracia, nesses moldes, ganha um *status* de divindade que impede que ela seja discutida racionalmente, tornando-se parte de um sistema ideal de coisas, um símbolo, uma bandeira.

Ademais, em várias nações, as expressões e conceitos relacionados à democracia clássica remetem a eventos históricos que são amplamente celebrados. Um caso emblemático é a redação da Declaração da Independência e da Constituição dos Estados Unidos, que incorporou um discurso amparado nos preceitos fundamentais da democracia clássica, especialmente no que diz respeito aos direitos inalienáveis do ser humano.

Ainda, em algumas situações sociais é possível, efetivamente, que a doutrina clássica realmente se ajuste aos fatos. E, finalmente, Schumpeter (1942) observa que os políticos tendem a valorizar uma retórica que agrada às massas, na medida em que ela oferece

a oportunidade de esquivar-se de responsabilidades e de atacar adversários em nome do povo.

Diferentemente da definição clássica, a democracia não significa que o povo realmente governa, em qualquer dos sentidos tradicionais do termo. A definição proposta por Schumpeter (1942) prevê um resultado mais realista, segundo o qual o método democrático consiste em um sistema institucional de tomada de decisões políticas no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelos votos do eleitorado.

Assim, a teoria da democracia proposta é evidenciada na luta pela liderança, caracterizando-se como uma democracia competitiva. Em metáfora decorrente de sua formação em Economia, Schumpeter (1942) define a democracia como uma forma de concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto livre do eleitorado, sujeita, tal como a esfera econômica, a fraudes, concorrência desleal e restrições à competição.

De igual modo, em relação à democracia clássica, afirma-se também a existência de uma espécie de desconfiança do povo, que embasa toda a necessidade de controle, conforme o argumento de Madison (1993). Na concepção madisoniana, as paixões precisam de controle, e quem está sujeito a elas é o povo. O objetivo é, especificamente, proteger o bem público e os direitos privados de uma maioria que possa sacrificá-los em nome de uma paixão facciosa e, simultaneamente, preservar a forma de governo popular. A ideia central no argumento de Madison é frear os impulsos e as paixões do povo, de forma a desacelerar e moderar sua vontade (Madison; Hamilton; Jay, 1993).

Para a consecução deste objetivo, Madison destaca as vantagens do governo republicano sobre a democracia, sobretudo no que se refere ao controle das facções. Apresentar o conceito de facção é importante para entender como o desenho de engenharia constitucional favoreceria a estabilização da ordem numa democracia representativa. Para Madison, facção corresponde a um agrupamento de cidadãos — majoritário ou minoritário — unidos por algum impulso comum de paixão ou de interesse contrário aos direitos dos demais cidadãos ou aos interesses permanentes da comunidade (Madison; Hamilton; Jay, 1993).

Isso seria possível por meio do esquema de representação, ou seja, da delegação do governo a um pequeno número de cidadãos eleitos pelo restante, em uma república, diferentemente da democracia pura. Madison critica a capacidade de manutenção da ordem na democracia pura, argumentando que tais regimes sempre tenderam à turbulência e à discórdia, posto que seus defensores supuseram equivocadamente que a igualdade de direitos políticos produziria, por si só, uma equalização de bens, opiniões e paixões entre os cidadãos (Madison; Hamilton; Jay, 1993).

Madison refere-se à instabilidade política inerente à democracia clássica, caracte-

rizada por mudanças frequentes em políticas e lideranças, devido a flutuações de opinião pública. A república, com seus processos deliberativos e sistema de pesos e contrapesos, seria um antídoto para a instabilidade. Uma das principais contribuições de Madison em *The Federalist Papers* foi a criação de mecanismos endógenos de controle e limitação do exercício do poder pela maioria, dificultando sua ação e instituindo sistemas contramajoritários para contê-la.

Entretanto, Dahl (1956) aponta uma limitação ao pensamento de Madison, ao sustentar que o desenho institucional não seria a única variável capaz de garantir o sucesso governamental. Os equilíbrios sociais garantidos pelo controle externo seriam uma condição necessária para que não houvesse acumulação de poderes e, conseqüentemente, tirania. A crítica de Dahl (1956) ao argumento madisoniano reside, portanto, na superestimação do desenho institucional da separação de poderes e na subestimação dos controles sociais próprios da sociedade.

Em síntese, a ênfase de Schumpeter na competição eleitoral como a essência da democracia desloca o foco da formulação de uma vontade comum para os mecanismos procedimentais e institucionais que permitem a alternância de poder. Já a visão de Madison contempla mecanismos institucionais, um sistema de engenharia constitucional como salvaguarda contra a tirania e como condição de manutenção da ordem democrática.

Madison, diferentemente de Schumpeter, via com desconfiança os partidos políticos, associando-os às facções, conforme definição anterior. Em sua visão, os partidos são criações indesejadas na história das constituições. Diante da necessidade de um governo popular, deliberativo e que ao mesmo tempo evitasse instabilidade e injustiça, era necessário um sistema de decisão majoritária, resguardado, contudo, contra o risco de que essa maioria se tornasse tirânica sob a influência das facções. Diversos mecanismos foram criados para impedir que os partidos seguissem com seus interesses particularistas.

Vale notar que a desconfiança em relação aos partidos não era exclusividade de Madison. David Hume, em seus ensaios políticos, já identificara os partidos como fontes de instabilidade política (Hume, 1742). Madison aprofundou esse diagnóstico ao incorporá-lo ao desenho constitucional, convertendo a desconfiança filosófica em engenharia institucional. Mas, se os partidos políticos eram indesejados, vistos como um grande mal da república, como permaneceram e se multiplicaram? Esboçaremos algumas possíveis respostas na próxima seção.

O segredo eficiente e o surgimento da política democrática baseada em partidos políticos

Uma breve contextualização histórica é imprescindível para entender as nuances

próprias dos tempos da revolução industrial, não só na política, mas na sociedade britânica como um todo. De acordo com Cox (1987), a sociedade da Grã-Bretanha estava em plena expansão populacional no século XIX e a economia, em crescimento, atravessando mudanças estruturais de distribuição de força de trabalho, em direção à indústria manufatureira e ao transporte, destacando-se, nesse cenário, a expansão do setor de jornais, o alcance da imprensa e o desenvolvimento da ferrovia.

Como desdobramento das mudanças socioeconômicas, o momento foi marcado por importantes transformações institucionais na política. Dentre os acontecimentos de maior impacto nas instituições políticas, destacam-se as três Leis de Reforma, que promoveram uma reestruturação do sistema eleitoral e assinalaram a transição de uma política aristocrática e faccional, predominante nos primeiros anos do século, para uma política democrática e baseada em partidos ao final do século XIX (Cox, 1987).

As mudanças legais no sistema eleitoral promoveram a expansão do eleitorado, a substituição de distritos múltiplos por distritos de um único membro, a introdução do voto secreto e a regulamentação dos gastos de campanha. Do ponto de vista institucional, as modificações impulsionaram o crescimento organizacional dos partidos, o desenvolvimento da votação partidária, tanto no Parlamento quanto no eleitorado, e a evolução do governo de gabinete (Cox, 1987).

Todo este cenário histórico desenhou a gênese do governo de gabinete, que, conforme Bagehot (2001), caracteriza-se pela união estreita entre os poderes executivo e legislativo — e não por sua separação, como preconizava a teoria constitucional tradicional. O gabinete, nessa perspectiva, constitui um comitê do corpo legislativo selecionado para exercer as funções executivas, de modo que a legislatura, formalmente encarregada de fazer leis, encontra sua principal função na formação e sustentação do Executivo (Bagehot, 2001).

O governo inglês, sempre citado como modelo padrão de parlamentarismo democrático, não nasceu com o desenho institucional que conhecemos atualmente. A concentração de poderes nas mãos do gabinete foi resultado, sobretudo, de dois grandes acontecimentos: as transformações decorrentes das reformas eleitorais, que ensejaram a ampliação do eleitorado, e a alteração procedimental no Parlamento ocasionada pelo congestionamento de novas pautas, trazidas ao processo legislativo por força dos problemas resultantes do desenvolvimento econômico, constituindo, assim, um resultado não intencional.

Todos os parlamentares queriam aprovar seus projetos para agradar seu eleitorado, aproveitando-se da cobertura da imprensa interessada nos assuntos do governo, o que ocasionou pressão sobre o tempo escasso disponível para a aprovação de propostas. Além disso, a reação à estratégia de obstrução de pauta da bancada irlandesa reforçou o controle do primeiro-ministro sobre os trabalhos legislativos.

Com relação ao processo decisório, verificou-se uma expressiva erosão nos direitos legislativos individuais dos parlamentares. O poder das minorias foi drasticamente reduzido e, na prática, anulado, pois a maioria passou a governar por meio da delegação ao Gabinete. Cox (1987) aponta dois exemplos ilustrativos dessa reforma processual: a crescente distinção entre os assuntos do governo e os assuntos de iniciativa dos membros privados, e a progressiva supressão dos direitos parlamentares individuais.

É interessante observar o papel da imprensa nessas transformações, reconhecendo-se, entretanto, que o argumento é bidirecional. Com efeito, somente se os parlamentares estivessem preocupados com a reeleição e se os eleitores reagissem ao comportamento de seus representantes, a imprensa teria tido tanto destaque. Isso nos direciona para uma importante constatação: o aumento da demanda por tempo legislativo foi também fruto da política de distritos maiores, que obrigava os deputados a mobilizar a opinião pública para se reelegerem, exigindo um tipo diferente de campanha e, conseqüentemente, maior atividade no Parlamento, diferentemente do que ocorria em distritos menores, onde o suborno, o clientelismo e a influência pessoal eram fatores determinantes e não exigiam ação do plenário (Cox, 1987).

Assim, a centralização da autoridade legislativa no Gabinete tornou-se cada vez mais evidente. Cox (1987) destaca que a célebre formulação de Bagehot, publicada originalmente em 1867 na *Fortnightly Review*, foi a primeira a reconhecer e interpretar, para um público amplo, essa característica nova e cada vez mais relevante do governo inglês: a fusão, e não a separação, entre os poderes executivo e legislativo.

Uma das principais conseqüências da centralização legislativa foi o incremento da coesão partidária. Embora não exista explicação satisfatória para esse fenômeno, alguns fatores contribuem parcialmente para compreendê-lo, como o desejo de obter cargos ministeriais. Além disso, à medida que as matérias em discussão se tornaram mais técnicas e complexas, exigindo decisões rápidas, a orientação do partido passou a ser quase sempre acatada pelos parlamentares, ainda que formalmente livres para votar de forma independente, gerando níveis de coesão partidária sem precedentes.

Outra conseqüência foi a mudança na atitude do eleitorado, que passou a votar para determinar o controle do governo, em vez de escolher o deputado que melhor representava suas preferências políticas. Esse aspecto merece destaque, pois permite compreender quando e por que os eleitores britânicos passaram a votar em partidos, e não em políticos individuais. As Leis de Reforma incorporaram ao eleitorado segmentos sociais mais baixos, menos informados sobre política em geral e sobre as características pessoais dos candidatos, que tendiam a tomar suas decisões com base no rótulo partidário ou nas recomendações da imprensa ligada aos partidos.

Essa transformação do comportamento eleitoral foi identificada por Manin (1995)

como traço estruturante da democracia de partido, uma vez que o eleitorado deixa de votar por confiança pessoal e passa a votar por identificação com uma organização partidária. A estabilidade eleitoral resultante dessa dinâmica é uma consequência direta da nova forma de relação entre representantes e representados que os partidos de massa instituíram.

Além disso, a reconfiguração da relação entre eleitorado e partidos também resultou em uma importante dimensão institucional. Cox (1987) argumenta que, sendo o gabinete o foco efetivo do poder e dispondo os parlamentares individualmente de poucos recursos políticos, com escasso controle sobre as finanças de campanha, limitado poder institucional no Parlamento e equipes reduzidas, os eleitores passaram a utilizar seus votos como instrumento para influenciar o controle partidário sobre o Executivo. As decisões de voto passaram a ser orientadas, predominantemente, pela filiação partidária dos candidatos, e não por suas convicções ou características pessoais, consolidando um eleitorado orientado para o partido, e não para o indivíduo.

Do ponto de vista eleitoral, ficou evidente como as reformas ampliaram a importância e a visibilidade dos partidos políticos. Esse novo eleitorado, de classe social mais baixa e composto sobretudo por trabalhadores no contexto de expansão manufatureira, representava, numericamente, a viabilidade de acesso ao poder. Houve, assim, a necessidade de adaptar retórica, programa político e ideologia aos interesses e demandas dos grupos e segmentos até então excluídos da representação. A ascensão de partidos socialistas e trabalhistas na Europa Ocidental está intimamente ligada à concessão do sufrágio às camadas trabalhadoras urbanas e rurais (Dahl, 1971).

Esse marco histórico alçou os partidos políticos à condição de solução para os problemas de ação coletiva, tornando a mobilização do eleitorado elemento imprescindível para conquista do poder. Vale destacar que um problema de ação coletiva surge quando há interesses compartilhados —fins valorizados coletivamente—, mas não é racionalmente vantajoso para o indivíduo contribuir para sua realização. Partindo do pressuposto de que a participação eleitoral está longe de ser uma decisão espontânea, pode-se concluir que os eleitores são mobilizados por agentes externos, sendo esse um dos papéis mais relevantes dos partidos políticos na democracia representativa.

Nesse sentido, Schumpeter (1942) define o partido como um grupo cujos membros decidem agir de forma coordenada na disputa competitiva pelo poder político, sendo o partido e sua máquina eleitoral uma resposta à incapacidade da massa eleitoral de se organizar autonomamente. O autor reconhece a existência de vontades coletivas autênticas, que, no entanto, tendem a permanecer latentes até que sejam ativadas por alguma liderança capaz de organizá-las, estimulá-las e incorporá-las a um programa de ação com incentivos adequados (Schumpeter, 1942). Esse processo, contudo, é permeado por inú-

meros desafios e tensões, que serão abordados na seção seguinte.

Partidos políticos e os desafios da democracia representativa

A narrativa histórica apresentada na seção anterior evidencia que, ao mesmo tempo em que os partidos responderam a demandas estruturais de coordenação eleitoral e estabilização institucional, tanto no interior do parlamento quanto na relação entre governo e eleitorado, foram progressivamente concentrando poder e autonomizando-se em relação às bases que os originaram. Compreender esse movimento exige analisar os problemas estruturais que os partidos foram chamados a resolver e voltar o olhar para a lógica organizacional interna dessas instituições, sobretudo para identificar as contradições que emergem do processo de sua consolidação.

Os partidos não surgiram na forma como conhecemos hoje, e tampouco carregavam inicialmente qualquer carga normativista. Foram, antes, ganhando espaço e se adaptando ao contexto histórico e às necessidades institucionais e políticas, em uma trajetória de caráter essencialmente evolucionista. Apenas posteriormente a Ciência Política passou a tentar compreender os conflitos que construíram essas importantes organizações democráticas.

Nesse ponto, opera-se uma inflexão interpretativa importante: os partidos passam a ser compreendidos como organizações criadas para superar problemas inerentes à democracia, tais como os debates em torno da ação coletiva, das escolhas sociais e o problema do voto. Um dos esforços mais influentes nesse sentido é o de Michels (1911), cuja análise parte de uma premissa fundamental: a democracia é inconcebível sem organização. De acordo com o autor, a classe social que ostenta distintas demandas na sociedade e almeja a concretização de um conjunto de metas ideológicas baseadas em suas funções econômicas necessita de uma estrutura organizacional. Quer as demandas sejam econômicas ou políticas, a organização emerge como o único meio de formar uma vontade unificada.

Essa organização, fundamentada no princípio do mínimo esforço ou economia máxima de energia, serve como recurso dos menos poderosos em sua batalha contra os mais poderosos. Nessa perspectiva, Michels (1911) define os partidos políticos modernos como organizações metódicas de massas eleitorais, cujos principais campos de atividade consistem na agitação eleitoral e na mobilização direta para a conquista de novos membros.

Na mesma direção, sem participação mínima dos cidadãos, um governo democrático carece de legitimidade. Há a necessidade de motivar eleitores qualificados a comparecerem às urnas, tornando a ideologia partidária um hábito racional para o eleitorado.

Há, também, a necessidade de construir maiorias permanentes, e a formação de partidos maximizaria as chances de se integrar a essa maioria. Santos (2023) observa que, na chamada democracia mínima, os partidos são concebidos como competidores em busca da vitória eleitoral, sendo vencedor aquele que conquistar o apoio majoritário.

Santos (2023) também destaca que a teoria da escolha social tem por objeto teorizar sobre as diferentes formas de agregar preferências individuais em decisões coletivas, argumentando que escolhas políticas tomadas de forma isolada, com base exclusivamente nas preferências individuais, podem produzir resultados coletivamente inferiores aos que seriam alcançados por meio da organização, ainda que cada decisão individual seja racionalmente justificável, posto que mesmo quando os indivíduos agem racionalmente, ainda resta o problema de criar regras que os levem a expressar suas preferências genuínas (Arrow, 1963). Os processos de escolha social, nos quais um conjunto estável de regras pode se converter em instituições, contribuiriam para solucionar os problemas de ação coletiva.

Essa abordagem racional compreende os partidos políticos como instituições criadas para resolver problemas de escolha social, funcionando como mecanismo de redução do número de alternativas concorrentes. Na prática institucional, os partidos operam como instrumentos de estabilização e controle da agenda parlamentar, além de satisfazerem as ambições institucionais de seus membros, sendo o parlamento o *locus* por excelência em que se concentra grande parte do trabalho de escolha racional sobre tomada de decisões.

Essa perspectiva foi desenvolvida e sistematizada por Aldrich (1995), para quem os partidos são respostas institucionais a problemas estruturais inerentes à política democrática. Nessa chave interpretativa, os partidos políticos não são criações arbitrárias, tampouco meros reflexos de clivagens sociais preexistentes. Os partidos emergem porque resolvem problemas que atores políticos individualmente racionais não conseguiriam resolver de forma espontânea e coordenada. Esse argumento tem o mérito de deslocar a explicação da origem dos partidos do terreno histórico-descritivo para o terreno institucional-analítico, complementando a narrativa de Cox (1987) sobre a emergência dos partidos no parlamento com uma teoria mais geral sobre por que partidos existem em qualquer democracia representativa.

Todavia, não obstante a concepção de partidos como solução para problemas inerentes à democracia, outra perspectiva levanta uma questão de ordem acerca da natureza dessas organizações, sobretudo daquelas que respondem ao eleitorado formado pelas massas trabalhadoras. Há algo paradoxal na relação entre partidos políticos e democracia representativa. Michels (1911) alerta para a impossibilidade mecânica e técnica da realização da soberania das massas, argumentando que tanto a impotência da democracia direta quanto o poder da democracia indireta decorrem diretamente da influência do número.

Nos grandes centros industriais, onde os partidos trabalhistas chegavam a reunir dezenas de milhares de filiados, seria inviável conduzir os assuntos de tamanha organização sem um sistema de representação.

Tal representação, necessária à condução dos assuntos organizacionais, implica uma tendência à oligarquia, que se afasta progressivamente dos ideais democráticos, especialmente no que concerne aos partidos políticos socialistas. O autor afirma que embora a era democrática tenha promovido uma extensão gradual dos privilégios de participação política a um número crescente de pessoas, ao se passar da esfera do Estado para a esfera dos partidos, observa-se um movimento de retrocesso: a democracia tende a declinar à medida que a organização avança. Quanto mais sólida a estrutura organizacional do partido, menor o grau de democracia interna efetivamente praticada e menos eficiente o controle exercido pelas bases. Michels (1911) observa, ainda, que o sistema eleitoral indireto, contra o qual os partidos democráticos lutam energicamente na vida pública, infiltra-se em todos os partidos, sendo seus efeitos potencialmente mais deletérios na esfera partidária do que na vida mais ampla do Estado (Michels, 1911).

Diversas críticas ao sistema representativo ganham visibilidade à medida que a sociedade fica mais complexa e heterogênea. A representação permanente equivale ao exercício de domínio dos representantes sobre os representados (Michels, 1911). O autor aponta, ainda, que a organização política conduz ao poder, mas que o poder é, por natureza, conservador, de modo que qualquer influência transformadora tende a ser lenta, sujeita a interrupções e significativamente limitada pela natureza oligárquica das estruturas partidárias.

Retomando outro aspecto dos partidos socialistas, igualmente central no argumento de Michels sobre organização, cabe abordar a competição eleitoral. Cox (2005) entende que a competição eleitoral envolve três atividades fundamentais: a persuasão, que compreende a formação de vontade dos eleitores; a mobilização, que consiste em garantir que os partidários efetivamente compareçam às urnas; e a coordenação, que visa evitar que candidatos sem chances reais de vitória drenem votos.

Ademais, a competição eleitoral é parte da competição política, dimensão estruturante da democracia. Dahl (1971) afirma que a democracia resulta da maximização constante de duas dimensões formadas pela competição política³ e pela participação popular, sendo produto de um cálculo de custos e benefícios realizado por atores políticos em conflito. Ela emerge, portanto, de um equilíbrio de forças, quando nenhum grupo social se encontra em condições de eliminar os demais.

Como observado a partir do que Bagehot denominou segredo eficiente, a partici-

3 O desenvolvimento de um sistema político que permite oposição, rivalidade ou competição entre um governo e seus oponentes é um aspecto importante da democratização (Dahl, 1971).

pação ampliada, combinada com a competição pública, provoca uma mudança na composição da liderança política, particularmente entre os que conquistam cargos públicos através das eleições, especialmente cargos parlamentares, como ocorreu quando as classes trabalhadoras foram emancipadas, sobretudo em países onde os partidos trabalhistas e socialistas conquistaram expressiva parcela dos votos da classe operária (Dahl, 1971).

Entretanto, a competição eleitoral impõe aos partidos socialistas a necessidade de expandir seu eleitorado independentemente do perfil dos novos membros, o que tende a se converter em entrave para a consecução de seus objetivos programáticos originais. Michels (1911) observa que, pressionado pela lógica competitiva, o partido deixa de confrontar seus adversários em termos principiológicos e passa a buscar superá-los eleitoralmente. Os princípios antes bem definidos se diluem, e a disputa dos socialistas contra os partidos das classes dominantes converte-se de uma luta de princípios em uma mera luta de competição. O autor argumenta que o caráter do partido, sempre ávido por novos membros e em busca de maioria absoluta, coopera com sua posição de fragilidade diante do Estado para promover uma substituição gradual do objetivo original de transformação radical pela meta de permear o Estado com os quadros e as ideias do partido.

Essa contradição identificada por Michels a partir da lógica interna das organizações é explicada de forma complementar por Przeworski (1985) para quem a pressão sobre os partidos socialistas deriva da própria aritmética da competição eleitoral. Para o autor, o proletariado nunca constituiu maioria numérica em nenhuma democracia ocidental, o que tornava o êxito eleitoral dependente do apoio de grupos externos à classe operária. Dessa forma, os partidos se deparavam com um dilema entre manter a identidade de classe e aceitar derrotas permanentes ou ampliar a base de apoio e afetar o caráter de classe do partido. A leitura de Przeworski (1985) sugere que a moderação programática resulta de uma pressão externa imposta pela estrutura da competição democrática em sociedades capitalistas, diferentemente do que indica Michels (1911), para quem a moderação programática resulta da degeneração organizacional.

O dilema ganha uma dimensão adicional quando se considera a composição interna dos partidos socialistas. Michels (1911) observa que, devido à origem de classe do programa, uma unidade social evidente é conferida ao partido. Todos os socialistas, independentemente de sua posição econômica individual, reconhecem em teoria a supremacia do proletariado. Os membros não proletários do partido e mesmo aqueles parcialmente inseridos nessa classe adotam a perspectiva proletária e reconhecem sua predominância. Pressupõe-se que os membros que não pertencem à classe representada pelo partido abdicarão de seus interesses particulares sempre que estes conflitarem com os interesses do proletariado (Rodbertus, 1888 *apud* Michels, 1911).

Teoricamente, os elementos provenientes de outras origens sociais se submeterão

à ideia de uma classe à qual não pertencem. Contudo, na prática, a adesão ao programa não elimina os conflitos de interesses entre capital e trabalho. Entre os membros oriundos de estratos mais elevados que ingressam na organização política dos trabalhadores, alguns serão capazes de sacrificar seus interesses em nome do coletivo, enquanto outros se afastarão da classe nos momentos decisivos (Rodbertus, 1888 *apud* Michels, 1911). O autor conclui que, apesar da afinidade ideológica declarada com o proletariado, muitos desses indivíduos, diante de escolhas decisivas, podem revelar que a comunhão externa de ideias com a classe trabalhadora não equivale a uma solidariedade genuína de interesses e valores, sendo os antagonismos econômicos frequentemente mais determinantes do que a superestrutura ideológica.

O conjunto dessas pressões revela uma tensão que atravessa qualquer organização partidária inserida em um sistema de competição eleitoral. A lógica da conquista do poder tende a sobrepor-se à lógica da transformação programática. Reconhecer essa tensão é condição para compreender a democracia representativa com maior precisão analítica. Essa dinâmica é sistematizada por Michels (1911), quando argumenta que o partido, considerado como entidade e como peça de um mecanismo, não é necessariamente identificável com a totalidade de seus membros, e muito menos com a classe que representa. Criado como meio para garantir um fim, o partido tende a tornar-se um fim em si mesmo, de modo que os interesses da burocracia em que ele se personifica passam a prevalecer sobre os interesses das massas que lhe deram origem (Michels, 1911).

Todavia, a lei de ferro da oligarquia não deve ser tomada como uma fatalidade irrefutável. Braga (2012), ao revisitar os microfundamentos da tese de Michels (1911), demonstra que a literatura identificou diversas imprecisões conceituais em seu argumento que comprometem a validade universal da lei, sobretudo na ausência de definições rigorosas dos conceitos de organização e oligarquia.

Autores como Medding (1970) e Panebianco (2005), discutidos por Braga, argumentam que o poder nas organizações partidárias não é monopolizado de forma absoluta por uma elite dirigente, mas se constitui como uma relação de troca assimétrica, na qual os líderes dependem da cooperação e do consentimento da coletividade. Nessa perspectiva, o grau de manifestação da tendência oligárquica varia conforme o contexto institucional e o tipo de partido, sendo mais provável em partidos fechados e menos adaptáveis, e mais limitada naqueles que operam em ambientes competitivos e dependem de amplo recrutamento de filiados (Braga, 2012).

Do mesmo modo, Ribeiro (2014) avança nessa direção ao propor um modelo analítico para o teste empírico da tese de Michels, identificando dois eixos definidores da oligarquização: (1) o grau de renovação das instâncias dirigentes e (2) o divórcio de opiniões entre líderes e liderados. O autor argumenta, com base nesses eixos, que a oligarqui-

zação deve ser tratada como hipótese de trabalho e não como lei de necessidade histórica, na medida em que a concorrência entre organizações partidárias por meio de eleições regulares pode sustentar democracias nacionais ainda que cada partido apresente tendências oligárquicas (Ribeiro, 2014). A oligarquia é, portanto, uma tendência estrutural cujo grau de manifestação varia conforme o contexto institucional e organizacional.

Reconhecer esses limites da lei de ferro da oligarquia, todavia, não é negar a existência de tensões inerentes à democracia representativa. Essas tensões emergem, para além da lógica interna das organizações partidárias, pela própria dinâmica da competição política. Em consonância com essa análise, Schumpeter (1942) reitera que o processo democrático produz legislação e administração apenas como subproduto da luta pelos cargos políticos, destacando que a eficiência do governo democrático tende a ser debilitada pela perda de energia decorrente da luta política incessante dentro e fora do parlamento e pela necessidade constante de adaptar a política às exigências da disputa eleitoral.

Portanto, tanto Michels (1911), quanto Schumpeter (1942) identificam limitações estruturais inerentes aos sistemas democráticos, constatando a inevitabilidade das elites na gestão do poder. Para o primeiro, tal inevitabilidade decorre da estrutura organizacional e das exigências de eficiência administrativa; para o segundo, é resultado natural da competição política. A literatura posterior, representada por Braga (2012) e Ribeiro (2014), modula o diagnóstico ao apontar que a tendência oligárquica é real, porém variável em intensidade, e a concorrência entre partidos pode sustentar democracias mesmo quando cada organização, internamente, apresenta déficits de representação.

Do mesmo modo, a transformação do eleitorado identificada por Manin (1995) sugere que as tensões entre representação e competição eleitoral não são estáticas, mas se reconfiguram historicamente. Importante ressaltar que esta estrutura de poder, que privilegia uma elite e contraria o *ethos* democrático, não desvaloriza a democracia como forma de governo. Ela evidencia a complexidade da representatividade democrática e a necessidade de vigilância constante.

Considerações finais

A trajetória dos partidos políticos, desde sua emergência no contexto das transformações socioeconômicas da Revolução Industrial até sua consolidação como instituições centrais da democracia representativa, revela um processo de caráter essencialmente evolucionista. Ainda que, em suas origens, as organizações partidárias fossem encaradas com desconfiança e associadas a conotações negativas, sendo tratadas, como se viu em Madison, como expressões indesejadas do faccionalismo, sua trajetória histórica demonstrou o oposto. Como evidenciado pela análise de Cox (1987), os partidos foram os protagonistas

do surgimento da democracia de massas ao final do século XIX, consolidando uma nova concepção de governo e uma nova forma de relação entre Estado e sociedade.

Do ponto de vista institucional, as organizações partidárias mostraram-se respostas funcionais a problemas estruturais inerentes à democracia representativa: os desafios da ação coletiva, da mobilização eleitoral e da escolha social encontraram nos partidos mecanismos eficazes de coordenação e estabilização. Contudo, como demonstrado ao longo desta discussão bibliográfica, essa funcionalidade não está isenta de tensões e paradoxos. As tendências oligárquicas identificadas por Michels (1911) e as limitações estruturais apontadas por Schumpeter (1942) revelam que os partidos, ao mesmo tempo em que viabilizam a democracia, carregam em sua própria lógica organizacional elementos que a constroem.

O que se buscou demonstrar, portanto, é que a relação entre partidos políticos e democracia é marcada por uma tensão constitutiva, irreduzível a avaliações unilateralmente positivas ou negativas. Diante dos questionamentos contemporâneos ao funcionamento partidário e das propostas de modelos alternativos de participação direta, a análise aqui empreendida sugere que as estruturas partidárias permanecem indispensáveis ao funcionamento democrático, não apesar de suas contradições, mas porque são capazes de absorvê-las e de se adaptar a elas ao longo do tempo. Os partidos políticos, portanto, seguem ocupando posição central na agenda da Ciência Política e nos estudos sobre democracia, constituindo objeto de análise incontornável para a compreensão das formas modernas de governo representativo.

Recebido em 22 de julho de 2025

Aprovado para publicação em 13 de maio de 2026

Referências

ALDRICH, John H. **Why Parties? The Origin and Transformation of Party Politics in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Edipro, 2009.

ARROW, K. **Social choice and individual values**. New York: Wyley, 1963.

BAGEHOT, Walter. **The English Constitution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Democracia e organização nos partidos políticos:** revisitando os microfundamentos de Michels. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 83-95, nov. 2012.

COX, Gary. **The Efficient Secret:** The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England. Cambridge University Press, 1987.

COX, Gary. Electoral Institutions and Political Competition. In: MENARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Orgs.). **Handbook of New Institutional Economics**. Dordrecht: Springer, 2005, pp. 69-89.

DAHL, Robert. **A preface to Democratic Theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

DAHL, Robert. **Polyarchy:** Participation and Opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

HUME, David. Of Parties in General. In: _____. **Essays, Moral, Political, and Literary**. Indianapolis: Liberty Fund, 1987 [1742].

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os artigos federalistas**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 5-34, out. 1995.

MEDDING, P. Y. A framework for the analysis of power in political parties. **Political Studies**, Malden, v. 18, n. 1, p. 1-17, mar. 1970.

MICHELS, Robert. **Political Parties:** A Sociological Studies of the Oligarchical Tendencies, 2011.

PANEBIANCO, A. **Political Parties:** Organization & Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and Social Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **A lei da oligarquia de Michels**: modos de usar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 179-193, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973 [1762].

SANTOS, F. G. M.. Reavaliando a contribuição do “Paradoxo” de Condorcet para a moderna análise da política. **Revista Sociologia e Política**, 31, 2023.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. **Party Government**. New York: Rinehart, 1942.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Brothers, 1942.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UM MAPEAMENTO DO DEBATE ACADÊMICO

Political gender violence: Mapping the academic debate

Jhennifer Myrla Ribeiro Dos Santos

Concluinte em Ciências Sociais pela UFPA. Integrante do GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade.

Rayza Sarmento

Docente da FACS e do PPGCP/UFPA. Coordena o GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade. Doutora em Ciência Política pela UFMG.

Resumo

Este trabalho realizou um mapeamento bibliográfico sobre violência política de gênero em artigos do Portal Scielo, a fim de identificar como tal problema é abordado na literatura acadêmica. A violência política de gênero é um fenômeno que afasta as mulheres do ambiente público, por meio de ataques físicos, intimidação e assédio, dentre outros. Para a análise, construímos um banco de dados bibliográfico com oito textos, a partir de informações de autoria, ano das publicações, definição da violência, casos analisados, países e legislações de combate. O silêncio e as lacunas envolvendo questões interseccionais foram evidentes nos trabalhos.

Palavras-chave: violência política de gênero; mapeamento da literatura; revisão bibliográfica

Abstract

This work constructed a bibliographic mapping on political gender violence in articles on the Scielo Portal to identify how this problem is addressed in academic literature. Gender-based political violence is a phenomenon that keeps women away from the public environment, through physical attacks, intimidation and harassment, among others. For the analysis, we built a bibliographic database with eight texts, based on authorship information, year of publications, definition of gender political violence, cases analyzed, countries and legislation. The silence and gaps surrounding intersectional issues were evident in the work.

Keywords: gender political violence; literature mapping; literature review

Introdução

Em 18 de abril de 2024, ocorreu a prisão preventiva do ex-deputado federal paraense Wladimir Costa (Solidariedade), em virtude da prática de crimes de violência política contra a deputada federal Renilce Nicodemos (MDB), que sofreu perseguição, ameaças e difamação, por meio de imagens e vídeos em plataformas de redes sociais digitais. Além da prisão, a decisão judicial também ordenou que Costa excluísse as postagens ofensivas à parlamentar. Este foi um dos primeiros casos nacionais em que houve a detenção do acusado, após a promulgação da lei brasileira de combate à violência política contra a mulher. A menção a este ocorrido é para sinalizar apenas um exemplo dentre as dezenas de ocorrências acerca desse tipo de violência no Brasil, que se espalha nas diferentes regiões.

Os dados sobre violência política de gênero ainda são poucos e dispersos, dado que não há uma única instituição responsável por receber este tipo de denúncia. Em levantamento realizado com parlamentares federais da 56ª legislatura (2018-2025), Pinho (2025) identificou que mais de 80% das respondentes sofreram algum tipo de violência política, bem como relatam que essas ocorrências impactam na experiência dos mandatos e nas expectativas do futuro de suas carreiras. Nosso objetivo neste artigo é observar como a literatura acadêmica em periódicos de referência tem abordado a questão. Kuperberg (2018, p. 685) defende que, dada a nomeação recente do fenômeno, ainda não podemos falar exatamente em lacunas sobre a questão, mas de um “território inexplorado”.

Neste texto, buscamos mapear, a partir da revisão de escopo, a produção teórica sobre violência política de gênero (VPG), assim como as terminologias associadas do conceito. Além disso, também identificamos as menções às medidas legais de combate a essa problemática mobilizadas nos trabalhos analisados. O texto se justifica pois a VPG é um fenômeno que afasta as mulheres do ambiente público e configura, em determinado ponto, esse espaço como “perigoso” para esses sujeitos (Albaine, 2018). As mulheres convivem na política com a possibilidade de ataques físicos, intimidação e assédio. Esses ataques também ferem a democracia, uma vez que não é exercida efetivamente a participação de todos/as os/as cidadãos/ãs no âmbito público (Krook, 2017).

De acordo com Piscopo (2017), há pelo menos dois enfoques nessa literatura. O primeiro, cuja pesquisa expoente é de Krook e Sanín (2016), centra diretamente nas mulheres como principais alvos dessa violência, usando a nomenclatura “violência contra a mulher na política”, ou mais comumente no inglês, *violence against women in politics* (VAWIP). O segundo observa como as relações de gênero, de forma mais ampliada, podem ser motivações para essas ocorrências, atingindo também pessoas LGBTQIAPN+ e homens de masculinidade não hegemônica, nos termos propostos por Bardall et. al. (2019). No Brasil e na América Latina, ambos os termos têm sido mobilizados, por autoras

como Biroli (2016; 2018), Matos et.al. (2024) e Souza e Biroli (2023).

A partir da literatura da área, esta violência pode se apresentar de formas distintas e em diferentes graus, chegando ao feminicídio. Krook e Sanín (2016) construíram a seguinte tipologia, enfocando especificamente a violência contra as mulheres na política (VCMP ou WAWIP): a) violência física, que diz respeito às lesões corporais empregadas contra as mulheres políticas e suas famílias, inclusive violência sexual e assassinato; b) psicológica, que consiste em atos que afetam a saúde mental das mulheres por meio de ameaças, assédio e difamação; c) econômica¹, que trata da não acessibilidade a recursos para a atuação na esfera política; e d) simbólica, que implica diferentes tipos de deslegitimação por meio de estereótipos de gênero. A violência pode ocorrer para além do processo eleitoral, durante os mandatos e afetar as mulheres, assim como suas famílias.

Krook e Sanín (2016) defendem também que os meios de comunicação possuem um papel crucial nesse fenômeno ao escolher de que forma as mulheres políticas serão representadas midiaticamente, dada a influência massiva que esse elemento dispõe sobre a coletividade. Posto isso, faz-se imprescindível observar os casos nos quais ocorre a violência e distinguir as formas que ela se apresenta, de modo que as maneiras mais sutis da mesma possam ser identificadas e, conseqüentemente, combatidas. Esse é o argumento de Johnson e Bentancur (2023), sobre a necessidade de observar não apenas as manifestações extremadas de violência, mas aquelas que também ocorrem discursiva e simbolicamente, como atos que também ferem o direito das mulheres à justa participação política nesses espaços de poder e decisão.

Um dos maiores exemplos recentes se deu com a deslegitimação da ex-presidenta Dilma Rousseff, com a veiculação midiática de enquadramentos que a retratavam como uma “mulher desequilibrada” (Biroli, 2016; Pinho, 2020). Ameaças online também promovem violência psicológica, como no caso da vereadora Amanda Gondim (PDT), em 2023, a qual recebeu email sobre “estupro corretivo”². O autor da ameaça afirmou que, desse modo, seria possível promover a “cura” para mulheres lésbicas. Já em 2025, a Ministra Marina Silva foi atacada durante uma sessão na Comissão de Infraestrutura do Senado em 2025, com o senador Marcos Rogério (PL-RO) dizendo que ela deveria “se pôr no seu lugar”, depois de já ter cortado seu microfone.³

1 “A violência econômica na política é definida como atos que buscam controlar o acesso ou o comportamento das mulheres na esfera política, restringindo sistematicamente o acesso a recursos econômicos que, de outra forma, estão disponíveis para os homens. O objetivo é tornar o trabalho político tão difícil ou frustrante que as mulheres sejam levadas a se retirar por conta própria ou a reduzir as chances de que elas possam realizar seu trabalho de maneira eficaz, afetando assim suas futuras carreiras políticas.” (Pinho, 2020, p. 4).

2 Link da notícia: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/34304/vereadora-de-uberlandia-recebe-ameaca-de-estupro-corretivo-por-e-mail>. Acesso em: 18/06/2024.

3 Link da notícia: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-05/marina-silva-deixa-au>

Diante dessa importante questão para a democracia, buscamos observar como a discussão de violência política de gênero foi construída na bibliografia atual. Para isso, o artigo se estruturou da seguinte forma: na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa; posteriormente, apresentamos os achados da revisão de escopo, demonstrando as abordagens presentes na literatura; por fim, discutimos algumas ausências percebidas a partir do levantamento.

Procedimentos metodológicos

A revisão de literatura tem sido adotada como caminho relevante para uma análise mais detida das produções bibliográficas de determinado tema de interesse, assim como para obter informações importantes e diversas em relação ao desenvolvimento de uma discussão acadêmica (Sampaio et al. 2016). Galvão e Ricarte (2020) apontam que o termo “revisão de literatura” pode englobar uma variedade de técnicas, entre elas a revisão sistemática, a narrativa e também a de escopo, adotada neste trabalho. De acordo com Cavalcante e Oliveira (2020, p. 87), a revisão sistemática realiza “uma síntese rigorosa de grande quantidade de estudos primários que tratem do mesmo objeto”. Já a revisão de escopo, nos termos propostos por Arksey e O’Malley (2005), está focada na observação de conceitos e fontes acerca de uma determinada área de estudo e seu grau de profundidade ou amplitude depende dos objetivos da revisão. Esse tipo de técnica também permite a identificação de lacunas na literatura sobre um tema.

Diferentemente de uma revisão sistemática, o estudo de escopo não busca sintetizar evidências ou agregar resultados de diferentes estudos. Embora um estudo de escopo necessite de alguma estrutura analítica ou construção temática para apresentar uma narrativa da literatura existente, não há tentativa de apresentar uma opinião sobre o peso das evidências em relação a intervenções ou políticas específicas. Isso ocorre porque o estudo de escopo não busca avaliar a qualidade das evidências e, conseqüentemente, não pode determinar se estudos específicos fornecem resultados robustos ou generalizáveis. (Arksey e O’Malley, 2005, p.20, tradução nossa)

Arksey e O’Malley (2005) definem cinco passos para a revisão de escopo: a) a construção da questão de pesquisa; b) a identificação de estudos relevantes; c) a seleção dos estudos; d) o mapeamento a partir das categorias definidas e o e) resumo, análise e apresentação dos resultados. Começamos o trabalho a partir do questionamento sobre como a violência política de gênero foi conceituada na literatura publicada nos anos re-

[diencia-apos-ataque-e-ofensas-de-senador](#)

Acesso em: 19/07/2025.

centes, junto da busca pelos casos relatados nos trabalhos. Em seguida, definimos a busca na Plataforma Scielo⁴, escolhida em razão de ser um indexador de prestígio, bem como ser uma das bases consolidadas para este tipo de pesquisa, conforme sinalizam Galvão e Ricarte (2020).

Para a busca de artigos, adotamos os idiomas português e espanhol, na tentativa de centrar a análise de forma mais próxima à América Latina, com a busca realizada em 2024. Para isso, buscamos os seguintes termos: violência política de gênero; violencia política de género; violencia política en razón de género; violência política contra a mulher; violencia contra la mujer na política; violencia política contra las mujeres; violencia contra las mujeres en la política. Foram encontrados oito textos, nos dois idiomas, no período da busca. Posteriormente, procedemos a uma leitura guiada dos artigos, a partir da construção de uma ficha de análise. Foram estabelecidas categorias de análise específicas, como o gênero da autoria; ano de publicação e dos acontecimentos, para evidenciar o período no qual emergiu a discussão; exposição (ou não) de casos, o que materializa o fenômeno e expõe a sua ocorrência; citação (ou não) de movimentos feministas, para compreender a mobilização das mulheres sobre a referida pauta; definição de VPG, com o intuito de entender as formas como ela é conceituada; e os marcos legais em relação ao fenômeno na América Latina, de modo que se apresente a legislação de combate à problemática.

Resultados

A partir da coleta de dados foi possível obter resultados relevantes no que diz respeito à abordagem do que seria a violência política de gênero e suas diversas facetas. Posto isso, foi desenvolvido o quadro a seguir no qual a bibliografia analisada é compilada e apresentada. Um primeiro resultado diz respeito ao retorno a partir das palavras-chaves: apenas o texto de Pinho (2020), no Quadro I, retornou com o resultado “violência contra as mulheres na política”. Todos os oito, inclusive o da autora supracitada, foram encontrados a partir do descritor “violência política de gênero”, nos dois idiomas, o que justifica a abordagem do termo empregada ao longo deste artigo.

As revistas em que os artigos foram publicados são: Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales; Revista Liminar; Revista Hallazgos; Revista La Ventana; Revista Derecho Global. Estudios sobre derecho y justicia; Revista Estudos Feministas; Revista Ex aequo e Revista DADOS.

4 De acordo com Packer et. al. (1998, p.109), a Scielo (Scientific Electronic Library Online) é “uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico”, que surge, a partir do desenvolvimento de uma metodologia de indexação, como “uma resposta à demanda de editores científicos por soluções confiáveis para a publicação eletrônica de seus periódicos compatíveis com as iniciativas internacionais mais importantes; por outro lado, atende a uma antiga demanda referente à operação de bases de dados bibliográficos para não apenas controlar e disseminar a literatura científica, mas também permitir a produção de indicadores para subsidiar estudos de bibliometria, informetria e cienciometria sobre a produção científica nacional relevante”(idem, p. 114).

Quadro 1: Bibliografia analisada a partir do termo “Violência Política de Gênero” em ordem cronológica/ Scielo

Título	Autor(es)	Gênero	Universidade das/es autoras/es	Ano de publicação
Participación política y violencia de género en México	Daniela Cerva Cerna	Feminino	Universidad de Chile	2014
Manifestaciones de la violencia política de género en las contiendas electorales 2015 en el estado de Chiapas. Notas para el análisis	Ramón Abraham Mena; Juan Iván Martínez; Ariadna Martínez	Masculino (2) / Feminino (1)	El Colegio de la Frontera Sur	2017
Entre cuotas y violencia de género: avances y retrocesos en la participación política de las mujeres en México	Karolina M. Gilas; Alma Verónica Méndez Pacheco	Feminino (2)	Universidad Nacional Autónoma de México	2018
Estrategias legales contra la violencia política de género. Las oportunidades de acción	Laura Albaine	Feminino	Universidad de Buenos Aires	2018
Violência política de gênero en la prensa escrita en México 2015	Jorge Luis Castillo Durán; Stephanie Torres Gómez	Masculino (1) / Feminino (1)	Benemérita Universidad Autónoma de Puebla	2019
Debaixo do tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados	Tássia Rabelo de Pinho	Feminino	Universidade Federal da Paraíba	2020
Ladies in Red: Uma análise das medidas legais de combate à violência política de gênero no Brasil e em Portugal	Camila Lamartine; Camila Franco Henriques	Feminino (2)	Universidade Nova de Lisboa / Universidade de Lisboa	2021

¡Leyes Contra la Violencia Política! Actores Críticos, Armonización Legislativa Multinivel y Derechos Políticos- Electores de las Mujeres en México	Flavia Freidenberg; Karolina Gilas	Feminino (2)	Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)	2023
--	--	--------------	---	------

Fonte: Elaboração própria a partir do Scielo.

Nota-se que os artigos foram escritos, majoritariamente, por mulheres, sendo que dois deles possuem participação masculina, em consonância com trabalhos anteriores que mapeiam o campo da produção em gênero e política e atestam que tal interface de pesquisa é majoritariamente liderada e estruturada pela autoria feminina (Matos, 2016). Os países mais citados pelos textos, para além dos que tratam dos marcos legais na América Latina de forma geral, foram Bolívia e México, sendo que o Brasil configura-se como o terceiro mais abordado. A Bolívia foi o primeiro país com lei específica (n. 243/2012) e o México atualizou em 2020 a lei geral que prevê às mulheres uma vida livre de violência (2007), incluindo um capítulo específico sobre violência política. No Brasil, a lei foi promulgada durante o Governo Bolsonaro, mas já havia iniciativas anteriores à normatização, como atestam Souza e Biroli (2023).

Como adiantamos, dois termos aparecem nos textos com frequência, “violência política de gênero” (VPG) e “violência política contra as mulheres” (VPCM)⁵, e entendemos que o segundo pode ser incluído no primeiro, que se trata de um conceito mais abrangente. Contudo, os textos não necessariamente realizam essa diferenciação, sendo que os referidos conceitos se apresentam de forma intercambiada. Outros dois termos que aparecem de forma alternada são assédio (acoso) e violência, que também apontam para uma discussão presente na literatura internacional. Krook e Sanín (2019) discutem como a adoção do termo “violência” pode estar mais próxima de ataques físicos e o “assédio”, de forma “menos custosa” aos agressores, se dá na construção de hostilidade para atuação.

O Quadro 2 apresenta as conceituações ou definições de violência política de gênero e/ou violência política contra as mulheres presente nos artigos analisados.

⁵ O termo violência contra mulheres na política, com a tradução literal do inglês VAWIP, aparece menos, mas entendemos que a inversão dos termos neste caso não gera um comprometimento para a substância do debate, nos termos de Krook e Sanín (2016), sobre a centralidade das mulheres. Agradecemos à pessoa parecerista desta revista que solicitou maior esclarecimento sobre as nomenclaturas.

Quadro 2: Conceituações de VPG e/ou VPCM nos artigos / Portal Scielo

“Así, define al acoso o violencia política como las expresiones, acciones y las prácticas de violencia física, psicológica, sexual, económica y simbólica que enfrentan las mujeres que ejercen representación política, sobre todo en ámbitos locales, para atemorizarlas, presionarlas, desprestigiarlas y obligarlas a actuar en contra de su voluntad.” (Machicao em Cerna, pág.123, 2014)
“Consideramos que el término “violencia política de género” tiene potencia explicativa para dar cuenta de la desigualdad, inequidad y obstáculos que impiden la participación política de las mujeres en condiciones equitativas en las contiendas electorales. (...) De manera preliminar, en este texto se da cuenta de la violencia política de género como un mecanismo sistemático que operativiza la anulación política de las mujeres.” (Mena Farrera et al., 2017, p. 107)
“entendida como todas aquellas acciones, conducta u omisiones cometidas contra una mujer o su familia, para restringir, coartar o anular el pleno ejercicio de sus derechos “político-electorales” (Cerva Cerna, 2014; PAVCM, 2016).” (Gilas e Méndez Pacheco, 2018, p. 198)
“La violencia política de género comprende diversas prácticas que obstaculizan el acceso y permanencia de las mujeres en la arena política; las cuales se expresan en diversas instancias de la competencia político electoral adoptando connotaciones variadas según características específicas del contexto político institucional.” (Albaine, 2018, p. 275)
“A este conjunto de acciones que discriminan, realizan un trato desigual y que incluso llegan a agredir de manera directa o indirecta a las mujeres que pretenden, o bien, que se desarrollan en el ámbito político por razón de género se le denomina violencia política de género.” (Durán et al., 2020, p. 93)
“a violência política de gênero consiste em comportamentos que têm como alvo específico as mulheres que atuam politicamente, em sua condição de mulheres, e visa fazer com que estas abandonem a política ou sejam deslegitimadas aos olhos do público.” (Pinho, 2020, p. 10)
“Impedir mulheres de exercerem o seu direito político de votar e serem votadas por meio de agressões psicológicas, sexuais ou físicas tem nome: violência política de gênero. E deve desfazer-se uma confusão comum: violência de gênero não é apenas um ataque a alguém de um gênero específico, mas sim um ataque motivado pelas expectativas sobre o papel que a vítima deveria desempenhar na sociedade. Em geral, no caso da violência contra as mulheres, seus algozes acreditam que ela não deveria ocupar outro lugar que não o da submissão (...) Dessa forma, o Instituto Update define a violência política de gênero como todas as ações ou omissões, de forma direta ou indireta, que objetivam menosprezar ou anular o reconhecimento dessas mulheres, o exercício e o usufruto dos direitos e prerrogativas de um cargo público. Além disso, também é enquadrada a prática de desestímulo e limitação de mandatos femininos (Instituto Update 2020, 52).” (Lamartine e Henriques, 2021, p. 99)
“La literatura comparada define a la violencia política contra las mujeres en razón de género como comportamientos dirigidos específicamente contra las mujeres por ser mujeres con el propósito de que abandonen la política, presionándolas para que renuncien a ser candidatas o a un cargo público (Krook, 2017; Cerva Cerna, 2014), o como la distribución sexuada de poder y la utilización -consciente o inconsciente- de cualquier medio que se tenga a disposición para preservarla (Bardall, Bjarnegård y Piscopo, 2020:7).” (Freidenberg e Gilas, 2023, p. 9)

Fonte: Elaboração própria.

Ao observar a forma como a literatura define o fenômeno, alguns focos são bastante explicitados: a centralidade da figura das mulheres políticas, mesmo quando há a utilização do termo VPG; a necessidade de observar os distintos graus de violência para além de suas manifestações físicas e consideradas socialmente “mais graves”; a forma como a VPG possui impactos não apenas para a pessoa, de forma individual, mas pela possibilidade de difusão do problema à representação de grupo, o que fica muito evidente nos termos como “obstáculos”, “renúncias”, “desestímulo”; a atenção não apenas aos períodos eleitorais, como é possível supor como de maior ocorrência, mas a importância de olhar para o exercício dos mandatos.

Nossa análise também aponta para a necessidade de um debate interseccional mais profundo sobre o tema, uma vez que a dimensão racial é pouco discutida e configura-se como um elemento de suma relevância para a investigação do fenômeno da violência política. Esta questão foi levantada brevemente no texto escrito por Lamartine e Henriques:

Pertinente se faz o cuidado de tratar, além de questões de gênero, questões de cor, raça ou etnia para proteção de candidatas e mandatárias (Amin 2020).” (Lamartine e Henriques, 2021, p. 106).

Nesse viés, a violência contra as mulheres na política configura-se como um grave fenômeno que vem obstaculizando o acesso das mesmas nos espaços de decisão, assim como sua movimentação na esfera pública, o referido fenômeno pode ser entendido a partir do termo “backlash”, que diz respeito à resistência e à reação violenta daqueles que observam essa “transgressão” das mulheres para esses espaços, a fim de fazê-las desistir do cargo (Krook, 2015; Krook e Restrepo Sanín, 2016). É necessário, de acordo com a literatura analisada, observar o escalonamento da violência, a qual tende a começar com a deslegitimação do papel da mulher na política (violência simbólica), impedimentos para que a mesma exerça seu cargo de forma efetiva (violência econômica), ameaças que possuem o objetivo de fazê-la desistir do cargo (violência psicológica) até desembocar no estopim que é a agressão física e/ou sexual e até mesmo o feminicídio (Krook e Sanín, 2016). Para isso, a pirâmide abaixo expõe essas diferenças e o grau de gravidade das ações.



Fonte: Elaboração própria baseada em Krook e Restrepo Sanín, 2016.

No quadro a seguir, sistematizamos os casos encontrados nos artigos a partir da tipologia apresentada.

Quadro 3: Casos de VPCM/VPD encontrados na literatura analisada a partir da tipologia de Krook e Sanín (2016)

Violência simbólica	Violência econômica	Violência psicológica	Violência física
Fenômeno “Las Juanitas”, no qual as mulheres concorrem a cargos políticos para que os partidos cumpram a cota de gênero estabelecida, mas depois são substituídas por homens (México)	As candidatas brasileiras recebem menos financiamento que os candidatos homens, sistematicamente em todos os partidos, de acordo com os dados do Tribunal Eleitoral Federal (2014) (Brasil)	A deputada federal Maria do Rosário sofreu ameaças de estupro e outras violências após a fala do também deputado federal Jair Bolsonaro que a mesma não merecia ser estuprada por conta da sua aparência (caracterizado como ameaça eletiva) (Brasil)	Assassinato da vereadora Juana Quispe Apaza em 2012 (Bolívia)
Deslegitimação da presidenta Dilma Rousseff enquanto líder estatal, assim como a veiculação midiática na qual a sua representação seria de mulher desequilibrada, além de mobilizar conteúdos de incitação à violência sexual (Brasil)	Candidatas do Panamá explicitam que as regras para acessar os recursos dos partidos são ocultados das mesmas, além de terem seus materiais de campanha destruídos (Panamá)	Alberto Fraga postou em sua conta na rede social Twitter alegações que acusavam a vereadora Marielle Franco de ter sido eleita com apoio de uma facção criminosa, além de ter sido casada com um traficante e que seria usuária de drogas (Brasil)	A Deputada Jandira Feghali teria sido agredida fisicamente pelo Deputado Roberto Freire, o qual agarrou seu braço e a forçou contra o chão, machucando seu pulso de forma violenta (Brasil)

Fonte: FARRERA et al, 2017; KROOK e SANIN, 2016; PINHO, 2020.

Se faz imprescindível observar o caso da vereadora Juana Quispe Apaza, assassinada em 2012 na Bolívia, acontecimento que influenciou a aceleração do processo de implementação da Lei 243/2012 - Contra o Assédio e a Violência Política Contra as Mulheres, tendo como autores institucionais a Comunidade de Direitos Humanos (CDH) e a Asociación de Concejalas y Alcaldesas de Bolivia (Acobol). Sistematizamos os marcos legais específicos que tratam da violência política de gênero nos países citados, conforme o quadro a seguir.

No decorrer da pesquisa também buscamos entender se os movimentos feministas eram citados junto dos casos ou das aprovações de legislação. Em sete dos oito artigos extraídos da plataforma Scielo é abordado o fato de que ocorreram movimentações de grupos feministas em relação à problemática, porém não há citação de movimentos específicos para além da Acobol. Trata-se de uma entidade nacional, criada em 1999, com o objetivo de defender os direitos políticos das mulheres e reivindicar sua participação nessa esfera em condição de equidade, além de desenvolver relatórios que abordam o fenômeno.

Quadro 4: Marcos normativos contra o assédio e/ou a violência política de gênero em países da América Latina citados nos textos.

País	Lei	Ano
México	1 - Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia 2 - Reforma da Lei sobre o Acesso das mulheres a uma Vida Livre de Violência e do Código Federal Eleitoral 3 - Protocolo para Atender la Violência Política de las Mujeres 4 - Decreto	1 - 2007 2 - 2013 3 - 2016 4 - 2020 ⁶
Argentina	1- Lei nº 26.485 / Lei de Proteção Integral para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos onde desenvolvam relações interpessoais 2 - Lei nº 27.533 / Proteção Integral das Mulheres	1 - 2009 2 - 2019
Bolívia	Lei Nº 243 / Lei Contra o Assédio e a Violência Política Contra as Mulheres	2012 - Promulgada 2016 - Regulamentada Decreto Supremo nº 2.935

⁶ O México apresenta o “Decreto que altera e acrescenta várias disposições da Lei Geral de Acesso da Mulher a uma Vida Livre de Violência, da Lei Geral de Instituições e Procedimentos Eleitorais, da Lei Geral do Sistema de Recursos em Matéria Eleitoral, da Lei Geral dos Partidos Políticos, da Lei Geral de Crimes Eleitorais, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral da República, da Lei Orgânica do Judiciário da Federação e da Lei Geral de Responsabilidades Administrativas de 2020” (CAVALCANTE, et al, 2021).

El Salvador	Decreto N° 520 / Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência para as Mulheres	2012
Panamá	Lei n° 82 / Tipifica o Feminicídio e a Violência Contra a Mulher	2013
Paraguai ⁷	Lei n° 5.777 / Lei de Proteção Integral às Mulheres contra todas as formas de Violência	2017
Equador ⁸	Lei n° 175 / Para prevenir e erradicar a violência contra as mulheres	2018
Uruguai	Lei n° 19.580 / Violência de Gênero Contra a Mulher	2018 - Publicada 2019 - Regulamentada Decreto n° 339
Brasil	Lei n° 14.192 / Prevenir, Reprimir e Combater a Violência Política Contra a Mulher	2021
Peru	Lei n° 31.155 / Previne e Pune o Assédio Contra as Mulheres na Vida Política	2021
Costa Rica	Lei n° 10.235 / Prevenir, Atender, Sancionar e Erradicar a Violência Contra Mulher na Política	2022

Fonte: Elaboração própria a partir de ALBAINE, 2017, SITEAL - Unesco <https://siteal.iiep.unesco.org/pt> e Nexo Jornal <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2023/Legisla%C3%A7%C3%B5es-de-enfrentamento-%C3%A0-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-na-Am%C3%A9rica-Latina>

Com base na literatura revisada, entendemos que, mesmo com os avanços, ainda há a necessidade de os estudos acadêmicos explorarem mais as dinâmicas interseccionais na ocorrência de VPG. Quando nos voltamos para o caso brasileiro, é fundamental que a dimensão de raça seja tratada de forma mais central, para se pensar as variadas formas de violência política e as implicações sociais sucedidas a partir delas. Nesse sentido, buscaremos refletir mais criticamente sobre tais pontos no tópico a seguir.

Lacunas e silêncios sobre interseccionalidade na literatura sobre VPG e a contribuição de pesquisas brasileiras

É importante observar alguns eixos menos frequentes presentes nessa discussão quando a interseccionalidade não é considerada como parâmetro analítico no fenômeno da VPG, de acordo com a bibliografia encontrada. As experiências específicas de atrizes

7 IV Plano Nacional de Igualdade (2018 - 2024): aborda sobre a violência política de gênero especificamente.

8 Em 2014 apresentou o Código Orgânico Integral Penal 180, que trata a violência política como um dos crimes contra o direito à igualdade. Além disso, no ano de 2012 foi apresentada uma proposta similar à boliviana, mas foi arquivada por ser considerada redundante em relação à reforma do Código Penal que reconhecia o crime de assédio político, mas sem considerar a dimensão de gênero (Krook; Sanín, 2016 apud Pinho, 2020).

políticas atravessadas pela raça e de outros marcadores, para além do gênero, carecem de análises que envolvam tal aspecto de forma mais aprofundada. Na literatura revisada, como apontamos, não há uma preocupação mais explícita a atravessar os trabalhos com as diferentes inserções sociais das mulheres, o que pode invisibilizar as vivências sobretudo de mulheres negras, que já são minorias dentro dos espaços de poder e decisão. Nessa perspectiva, é necessário que o conceito de interseccionalidade seja observado nesse debate, de modo que a análise do fenômeno se torne mais abrangente. Para isso, Crenshaw entende que

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (Crenshaw, 2002, p. 3).

Como já exposto neste artigo, o caso de Marielle Franco (1970 - 2018) exemplifica a materialização da VPG em seu estopim que é o assassinato político. Marielle foi assassinada em um contexto no qual sua participação política era ativa enquanto defensora dos direitos de mulheres negras e LGBTQ's, além de criticar veementemente a violência policial. A vereadora era uma mulher negra, periférica e bissexual, com uma identidade política multisituada. No Brasil, a morte de Marielle é o grande exemplo do escalonamento da violência política, que pode começar no constrangimento à atuação chegando ao aniquilamento físico de uma parlamentar. A violência sofrida por ela desencadeou ações políticas de combate que auxiliam a entrada e permanência de mulheres como Marielle nesses espaços, como a iniciativa do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do qual ela era filiada, a partir de uma ação coordenada de protocolar um Projeto de Resolução, em várias Câmaras Municipais, a fim de construir protocolos nas casas legislativas para enfrentar a violência política racial e de gênero de forma mais rígida.⁹

Sob essa ótica, quando a interseccionalidade é tratada enquanto ferramenta analítica para as mais distintas observações, é possível interpretar que aspectos como nação, raça, gênero e outros estão intimamente relacionados às desigualdades presentes na coletividade, o que reflete sistemas de poder interligados que subjugam determinados indivíduos. Sendo assim,

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem

⁹ Link da notícia: <https://psol50.org.br/violencia-politica-genero-parlamentos/> Acesso em: 06/05/2025.

como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins e Bilge, 2020, p. 16).

Posto isso, as diferenças existentes e as consequências que podem vir a suscitar delas não são resultado somente de um único fator analisado por uma lente monofocal, mas sim de uma interseção entre as estruturas de dominação, sendo elas racializadas e, também, de gênero (Collins e Bilge, 2020). Nesse sentido, o acesso a determinados espaços é dificultado, especialmente quando se trata de mulheres que perpassam pela dupla opressão de gênero e raça, além de serem historicamente marginalizadas por um sistema desigual e excludente. No caso brasileiro, a difusão da ideia de “democracia racial”, a qual pressupõe uma igualdade de condições para todos independentemente da raça, perpetua um discurso de “superioridade” branca eurocristã a partir do impedimento do autoreconhecimento identitário da população negra (González, 2020). Dessa forma, segundo González (2020), ao não se considerar a raça enquanto marcador social, as mulheres negras não seriam oficialmente reconhecidas como um grupo singular com necessidades próprias. A autora também lembra que essa dificuldade de reconhecimento se deu mesmo em contexto de ativismo, no qual as quais não eram acolhidas plenamente nem pelo movimento feminista, majoritariamente branco e de classe média, nem pelo movimento negro que não utilizava a categoria gênero na discussão.

Nos estudos interseccionais faz-se necessário considerar as feministas afro-brasileiras como importantes precursoras de um movimento voltado para o progresso de uma política identitária, dado que “(...) elas cultivaram uma identidade feminista negra de feições políticas no cruzamento entre racismo, sexismo, exploração de classe, história nacional e sexualidade.” (Collins e Bilge, 2020, p.44). Nesse sentido, González é uma das teóricas de maior relevância que evidencia a necessidade de considerar a estruturação da desigualdade a partir das lentes de gênero, raça e classe, de modo que a mulher negra seja colocada como o sujeito mais impactado pelas consequências desse sistema. Por isso, infere a formação da identidade nacional para além de uma perspectiva eurocêntrica, os quais influenciaram no surgimento de um Brasil diverso e cultural, sendo proposto por ela o conceito de ‘América Ladina’ (2020).

Nesse cenário, é ressaltado que além dos aspectos de gênero e raça, também ocorre a notabilidade do contexto social do sujeito como fator de suma relevância para analisar a opressão, o que coloca em evidência o território enquanto mais um marcador social para se pensar na interseccionalidade, na medida em que não se cumpre efetivamente a demo-

cracia, principalmente nos setores sociais nos quais é possível realizar verdadeiras modificações estruturais de uma sociedade opressiva. É diante dessas observações que entendemos a necessidade de ampliação da discussão sobre violência política de gênero, como também já proposto anteriormente, em cenário norte-americano, por Kuperberg (2018).

Ausente da plataforma Scielo, encontramos bons exemplos na literatura brasileira recente em que a violência política contra as mulheres é abordada em perspectiva interseccional, como na discussão de Matos, Gonçalves e Monteiro, 2024, muito próxima a realizada em Kuperberg (2018). As autoras conceituam a VPCMI também apoiadas em experiências concretas de pesquisa empírica em Minas Gerais, acerca de obstáculos encontrados por parlamentares na esfera política. Segundo elas, trata-se de

Qualquer ato, ameaça, conduta ou omissão que provoque dano ou sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou econômico às mulheres, com objetivo de impedir o reconhecimento, gozo, fruição ou exercício de cidadania política plena [...] em razão de gênero, identidade de gênero, sexo, orientação sexual, raça, cor, etnia, idade, escolaridade, religião, deficiência, pertencimento político, identificação ideológica, pertencimento a uma região do país ou a outro país, ativismo ou pertencimento a movimento social, bem como em razão das suas intersecções. (...) (Matos et. al, 2024, p. 22).

Assim, as autoras defendem a abordagem por meio da utilização da interseccionalidade como parâmetro analítico, posto que, na medida em que há delimitação das diferenças entre os indivíduos e suas vivências, é possível desenvolver estratégias de combate eficazes e não excludentes. Nota-se que a violência observada a partir do viés apresentado se dá para além da arena política específica, de modo que abarca qualquer ação que interfira direta ou indiretamente nos direitos políticos das mulheres, como a sua liberdade de opinião.

Um trabalho mais robusto que atenta para as questões interseccionais de forma inovadora, também na literatura brasileira, foi desenvolvido por Souza e Biroli (2023). Dialogando com as tipologias construídas internacionalmente sobre VPG, elas discutem como é importante ter um olhar analítico mais próximo ao contexto geográfico onde ocorrem as violências. Souza e Biroli (2023) elaboram a noção de “corpo-território” utilizada para inserir uma nova dimensão, principalmente ao se considerar as experiências localizadas desses sujeitos. Na urgência desse termo adicional, o qual configura-se como interseccional, é analisada a relação do corpo das mulheres e seus territórios, dado que este está intimamente relacionado à sua identidade. O território é lugar de disputa e atacar os corpos de indivíduos que promovem a defesa desse espaço, sobretudo das líderes, é uma das formas de dominação da terra, o que afeta o coletivo como um todo e, por sua vez, pode vir a desestabilizar sua organização. É por meio desses corpos que há resistência, uma vez que

representa a presença dos grupos nesses locais. Por isso, “os corpos das mulheres se integram na dinâmica dos territórios precisamente na medida em que, como líderes, ativistas e políticas, se convertem em porta-vozes de suas comunidades” (Souza e Biroli, 2023, p. 41).

Nesse sentido, o caso de Marielle Franco pode ser resgatado novamente, uma vez que era uma mulher periférica que denunciava as mazelas de sua comunidade, de modo que a violência territorial também se fez presente em sua vivência enquanto ativista e parlamentar. De igual modo, mulheres pertencentes de comunidades tradicionais na América Latina, as quais perpassam por conflitos referentes à terra, estão diretamente envolvidas por essa problemática, por isso a faceta territorial também é imprescindível ao se tratar da violência contra as mulheres na política, de modo que esse fenômeno dispõe de uma gama de dimensões.

Considerações finais

A participação político-eleitoral dos cidadãos e cidadãs é um direito constitucional e fundamental para a efetivação da democracia, assim como o progresso social no sentido da criação de políticas públicas que abarquem as demandas de diferentes grupos sociais. Apesar de avanços, ainda que tímidos, na pluralização dos espaços políticos, com maior presença de mulheres, os desafios para a chegada e permanência delas no poder ainda persistem. A violência política de gênero, certamente, é um desses fatores que causam desestímulo e impactos diretos nas candidaturas e mandatos. Buscamos compreender como a literatura sobre o fenômeno é construída, a partir da análise de textos indexados na Plataforma Scielo.

Se tomarmos como o marco da primeira legislação na América Latina, na Bolívia em 2012, ainda trata-se de uma discussão recente, que enseja maiores análises. Defendemos que é imprescindível que a questão seja analisada a partir de uma perspectiva multidimensional, tendo em vista a diversidade de vivências que existem na sociedade. Ao utilizar a interseccionalidade enquanto parâmetro analítico para se pensar na VPG é possível considerar os aspectos pelos quais os indivíduos são atravessados e como determinados grupos são lesados de formas distintas por esse fenômeno, a partir do momento que os mesmos passam a ocupar espaços relevantes de articulação política em todas as suas esferas.

A violência política de gênero gera problemas para a legitimidade democrática, quando determinados grupos têm suas possibilidades de representação distorcidas, de modo que suas demandas não são vocalizadas e, assim, prevalece uma sub-representação política que compromete a própria democracia.

Recebido em 24 de julho de 2025

Referências

ALBAINE, Laura. Estrategias legales contra la violencia política de género. Las oportunidades de acción. **Revista La Ventana**, v. 6, n. 48, p. 264 - 293, 2018.

ALBAINE, Laura. Marcos normativos contra el acoso y/o violencia política en razón de género en América Latina. Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM, pág. 117 - 143, 2017.

ALBAINE, Laura, Violência política contra as mulheres: roteiro para prevenir, monitorar, punir e erradicar. PNUD, ONU Mulheres e IDEA Internacional. **Atenea**: por uma democracia 50/50, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf Acessado em 08 de dezembro de 2023.

ARAUJO, Francileide. Legislações de enfrentamento à violência política de gênero na América Latina. Nexo, Políticas Públicas, 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/Legisla%C3%A7%C3%B5es-de-enfrentamento-%C3%A0-viol%C3%A2ncia-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-na-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso em: 11 de novembro de 2023.

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

BARDALL, Gabrielle; BJARNEGARD, Elin; PISCOPO, Jennifer. How is Political Violence Gendered? Disentangling Motives, Forms, and Impacts. **Political Studies**, Vol. 68(4) 916–935, 2020.

BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 557-589, 2016.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

CAVALCANTE, Desirée Ferreira et.al. **Relatório 2020-2021 de violência política contra**

a mulher, p. 60 - 81, Transparência Eleitoral Brasil, Brasília, 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto; JÚNIOR, João Feres; GUARNIERI, Fernando. 50 Anos da Revista DADOS: Uma Análise Bibliométrica do seu Perfil Disciplinar e Temático. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 623 - 661, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, SIRMA. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171 - 188, 2002.

DURÁN, Jorge Luis Castillo; GÓMEZ, Stephanie Torres. Violencia política de género en la prensa escrita en México 2015. **Revista Derecho Global**. Estudios sobre derecho y justicia, 12ª Edição, p. 89 - 111, 2019.

FARRERA, Mena; ORTEGA, Juan Iván Martínez; OLVERA, Ariadna Martínez. Manifestaciones de la violencia política de género en las contiendas electorales 2015 en el estado de Chiapas. Notas para el análisis. **Revista LiminaR**, v. 15, p. 97 - 111, 2017.

FREIDENBERG, Flávia; GILAS, Karolina. ¡Leyes Contra la Violencia Política! Actores Críticos, Armonización Legislativa Multinivel y Derechos Políticos-Electorales de las Mujeres en México. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro, v. 66, p. 1 - 44, 2023.

FREIDENBERG, Flavia. **La violencia política hacia las mujeres**: el problema, los debates y las propuestas para América Latina. Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM, pág. 3 - 42, 2017. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/10/4735/4.pdf>

FERREIRA, Desirée Cavalcante et al. **Relatório 2020 - 2021 de Violência Política Contra a Mulher**. pág. 60 - 81, Brasília, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/12/relatorio-de-violencia-politica-contr-a-mulher.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020.

GILAS, Karolina; PACHECO, Alma Verónica. Entre cuotas y violencia de género: avances y retrocesos en la participación política de las mujeres en México. **Revista Hallazgos**, v. 15, n. 29, p. 185 - 205, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GSEF, Fórum Global de Economia Social. **Asociación de Concejales y Alcaldesas de Bolivia (ACOBOL)**. Disponível em: <https://gsef-net.org/es/node/27615>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

JOHNSON, Niki; BENTANCUR, Verónica Pérez. Violencia política patriarcal: narrativas de mujeres políticas uruguayas. **Elecciones** 22(26): 121-146, 2023.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Género y violencia política en América Latina: conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, Vol. 23, n. 1, pág. 127 - 162, 2016.

KUPERBERG, Rebecca (2018), Intersectional violence against women in politics. **Politics & Gender**. Vol. 14, No 04, p. 685-690, 2018.

LAMARTINE, Camila; HENRIQUES, Camila Franco. Ladies in Red: Uma análise das medidas legais de combate à violência política de gênero no Brasil e em Portugal. **Revista Ex aequo**, n. 44, p. 93 - 109, 2021.

MATOS, Marlise; GONÇALVES, Viviane; MONTEIRO, Ester. A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCMI): Minas Gerais como locus teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno. **Revista Crítica de Sociologia e Política**, Vol. 23, n. 1, p. 16 - 39, 2024.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et. al. **A Ciência Política no Brasil (1960-2015)**. RJ: FGV Editora, 2016, p.347-392.

PACKER, Abel Laerte et al. O que é SciELO. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998.

PINHO, Tássia Rabelo de. Gendered political violence: the perspective from female Brazilian federal deputies and senators. **Brazilian Political Science Review**, v. 19, n. 3, e0005, p. 1–24, 2025.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1 - 14, 2020.

PISCOPO, Jennifer M. **Los riesgos de sobrelegislar**: reflexiones acerca de las respuestas institucionales a la violencia contra las mujeres que hacen política en América Latina. In: Instituto de Investigaciones Jurídicas; Tribunal Electoral de la Ciudad de México (org.) México: UNAM, 2017. p. 75-95.

RANEY, Tracey. Violence against women in politics: an urgent problem the political science community must take seriously. **Politics & Gender**, v. 19, n. 3, p. 938-943, 2023.

SAMPAIO, R. C., BRAGATTO, R. C., & NICOLÁS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 21, p. 285-320. Brasília, 2016.

SOUZA, Ladyane; BIROLI, Flávia. Violencia política de género: tipología y cuerpos-territorio en la experiencia de las diputadas federales progresistas brasileñas. **Elecciones**, Vol. 22, n. 26, p. 19- 52. 2023.

UNESCO, **Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina - SITEAL**. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

Documentos consultados:

ONU Mulheres. “**Campanha #ViolênciaNão – Pelos Direitos Políticos das Mulheres**”. Gênero e Número, 3ª Newsletter, 2021. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/06/OnuMulheres_VPCM_NEWSLETTER-03_v09062021.pdf. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

PSOL. **Vereadoras e vereadores do PSOL lançam iniciativa conjunta para combater violência política de gênero no parlamento**. PSOL 50, 18 mar. 2025. Disponível em:

PLATAFORMIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: IMPACTOS DO CAPITALISMO RECONFIGURADO NA VIDA COTIDIANA

Platformisation and transformation of the public sphere: impacts of reconfigured capitalism on everyday life

Ana Clara de Castro Franco Fagundes

Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCIS/PUC-Rio, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Resumo

Este artigo visa compreender a plataformação como um arranjo sociotécnico articulador da racionalidade neoliberal, que transforma os fundamentos da esfera pública e altera as formas de organização social, especialmente nos contextos cotidiano e democrático. Parte-se do pressuposto de que as plataformas digitais atuam não apenas como instrumentos tecnológicos, mas como infraestruturas normativas, capazes de engendrar novas formas de subjetivação política, com impactos diretos sobre a mediação comunicacional, visibilidade e deliberação democrática. Estruturado em duas seções, o trabalho reconstrói inicialmente a transição histórica da “sociedade em rede” ao “capitalismo de plataforma”, contextualizando a emergência do fenômeno. Em seguida, discute-se como essas plataformas digitais intensificam a crise da mediação contemporânea, marcada pela fragmentação do debate público, disseminação da desinformação e erosão da deliberação racional. Argumenta-se, por fim, que a plataformação expressa uma nova forma de dominação simbólica e política, cuja “racionalidade algorítmica” tensiona as possibilidades de uma democracia deliberativa no contexto digital.

Palavras-chave: plataformação; esfera pública; crise da mediação; algoritmos; democracia

Abstract

This article aims to understand ‘platformisation’ as a socio-technical arrangement that articulates neoliberal rationality, transforming the foundations of the public sphere and altering forms of social organisation, particularly in everyday and democratic contexts. It is based on the assumption that digital platforms function not merely as technological tools, but as normative infrastructures capable of engendering new forms of political subjectivation, with direct impacts on communicative mediation, visibility and democratic deliberation. Structured in two sections, the paper first reconstructs the historical transition from the ‘networked society’ to ‘platform capitalism’, contextualising the emergence of the phenomenon. It then discusses how these digital platforms intensify the crisis of contemporary mediation, characterised by the fragmentation of public debate, the spread of disinformation and the erosion of rational deliberation. Finally, it is argued that ‘platformisation’ expresses a new form of symbolic and political domination, whose ‘algorithmic rationality’ challenges the possibilities of a deliberative democracy in the digital context.

Keywords: platformization; public sphere; crisis of mediation; algorithms; democracy

Introdução

Este artigo propõe analisar a plataformização como um novo regime institucional, sociotécnico alinhado à racionalidade neoliberal que articula novas formas de mediação e controle social. Concordando com os conceitos de Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), a plataformização consiste na penetração de infraestruturas digitais em diferentes setores da vida social, reorganizando práticas de comunicação, economia e política. A partir dessa perspectiva, observamos como o fenômeno em questão transforma os fundamentos da esfera pública, ao reconfigurar as formas de mediação e visibilidade, alterando modos de interação, controle e participação no contexto brasileiro contemporâneo. Busca-se, portanto, compreender como a plataforma reconfigura a mediação comunicacional e as condições de deliberação democrática, ao transformar os algoritmos em novas instituições normativas da esfera pública. O estudo estrutura-se na hipótese de que as plataformas digitais operam não apenas como dispositivos técnicos, mas como infraestruturas normativas capazes de moldar subjetividades e instaurar novas formas de ação política. Ao reorganizarem os mecanismos de visibilidade, comunicação e pertencimento, tais plataformas promovem um deslocamento nas formas clássicas de mediação democrática e fragmentam o espaço público. Com o objetivo de analisar criticamente os impactos dessa reconfiguração de plataformas nas formas de deliberação e participação política, busca-se compreender os efeitos micropolíticos das plataformas digitais na constituição da experiência social contemporânea. Dessa maneira, ao relacionar a emergência de infraestruturas digitais à crise da deliberação democrática, argumenta-se que a plataformização desafia os modelos tradicionais de mediação política e produz novas formas de desigualdade, controle e (in)visibilidade. Por isso, este trabalho pretende contribuir para o debate que reposiciona a crítica social e regulatória diante da tomada algorítmica da esfera pública e da vida cotidiana. A partir de uma hipótese central de que as plataformas digitais, ao operarem como infraestruturas normativas, transformam a própria estrutura da esfera pública, proporcionando um espaço fragmentado e performático de deliberação, no qual a visibilidade substitui a argumentação.

Da Sociedade em Rede ao Capitalismo de Plataformas

De que modo entendemos a plataformização como regime sociotécnico articulador da racionalidade neoliberal, e de que maneira esse processo reconfigura os fundamentos da esfera pública? Como ela subverte os dispositivos clássicos de mediação comunicacional e produz novas formas de subjetivação política no cotidiano? Podemos afirmar aqui, com base em uma literatura que compreende as mudanças estruturais aceleradas

pelo mundo digital, que as plataformas não operam apenas como ferramentas técnicas, mas como infraestruturas normativas que instituem novos modos de produção simbólica, controle social e exclusão.

Nesse sentido, contextualizaremos historicamente a plataformização como nova ferramenta do neoliberalismo, traçaremos a passagem da “sociedade em rede” descrita por Castells (1996) para o capitalismo de plataformas caracterizado por Srnicek (2016) e Zuboff (2021), esse movimento nos permitirá observar historicamente a transição de uma economia centrada na conectividade para uma economia estruturada pela exploração e monetização de dados. A partir da reflexão sobre a articulação entre racionalidade algorítmica, performatividade digital e erosão dos mecanismos clássicos de deliberação democrática, orientará nossa análise para discutirmos os efeitos micropolíticos dessas dinâmicas sobre a experiência dos vínculos sociais e da cidadania, através da teoria habermasiana da esfera pública e política deliberativa.

Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) definem “plataformização” como um processo pelo qual infraestruturas digitais penetram e reorganizam setores da sociedade, operando simultaneamente como mercados multilaterais, infraestruturas de dados e sistemas de governança algorítmica. A partir desta definição conceitual, partimos da hipótese de que as plataformas digitais não conectam apenas atores, mas instituem uma nova forma de governança algorítmica¹ que redefine a visibilidade e a ação política.

No centro desse cenário da transição do capitalismo industrial para o capitalismo informacional, Manuel Castells (1996) descreve a “A sociedade em rede”, orientado pela percepção da circulação global de informação e na formação de uma “economia global em rede”, contribui para o panorama histórico de como os fluxos comunicacionais e tecnológicos reestruturam o poder, o trabalho e as relações sociais. Desse modo, produz uma teoria que compreende os efeitos fundamentais da tecnologia da informação no mundo contemporâneo. Para o autor, integrada por meio das tecnologias informacionais, o mercado e múltiplas empresas podem operar e distribuir as suas atividades ao redor do mundo, dando origem às novas formas de produção e consumo, e permitindo o desenvolvimento de uma “economia global em rede”. Essa nova realidade provoca o que ele denomina “divisão digital”, uma separação entre aqueles que têm acesso às tecnologias e ao conhecimento, e outros que ficam à margem dessas tecnologias e excluídos do conhecimento e da vida em rede. Essa exclusão reforça desigualdades econômicas e sociais, provocando uma marginalização digital.

Se, de acordo com Castells, a economia em rede organiza os fluxos de informação e capital, estruturando relações de poder, nota-se que essa reorganização material influen-

1 ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives critiques*. Revue française de science politique, Paris, v. 63, n. 3, p.155–179, 2013.

cia diretamente a esfera pública. Desse modo, a mutação da esfera pública – a qual analisaremos com mais cuidado na próxima etapa do trabalho- observada por Habermas e Avritzer não ocorre de forma isolada, mas representa um efeito da “redistribuição” digital de poder, informação e visibilidade que caracteriza a rede global.

Quando observamos a influência das redes na política, através desta literatura, notamos que esta tende a se descentralizar e ser afetada pela circulação de informações em tempo real. O exercício do poder é alterado, aumentando a capacidade dos sujeitos de se organizarem de modo a influenciar e criar mobilizações que correspondam aos seus interesses. Exemplo disso, as eleições brasileiras em 2018², em que ocorreu uma disseminação massiva de notícias falsas com objetivo de atrapalhar a corrida política, no intuito de favorecer os interesses de um grupo de extrema-direita.

Por outro lado, esse conjunto de mudanças influencia também na dinâmica do trabalho e das relações produtivas sob o novo paradigma informacional e de globalização. Observamos o impacto das tecnologias da informação sobre especialmente a produtividade, a partir da discussão de como essas mudanças impulsionaram a transição de economias industriais para economias baseadas em serviços e informação. O paradigma informacional, tal como proposto por Castells, introduz uma nova estrutura social marcada pela polarização entre empregos altamente qualificados, que exigem conhecimento e especialização, e ocupações de menor qualificação, principalmente no setor de serviços.

Para além da descrição das alterações no mundo do trabalho, interessa-nos aqui compreender como a estrutura em rede, delineada pelo autor, inaugura um novo regime de circulação simbólica e de poder, que mais adiante, será intensificado pelo capitalismo de plataforma.

Nesse sentido, o domínio da informação e o acesso à tecnologia promovem uma desigualdade estrutural, que reforça a concentração de poder entre nações e no interior das sociedades. Enquanto a economia informacional se desenvolve através desse novo arranjo sociotécnico digital, surgem também novas formas de ocupação - como a Uberização³, trabalhada por Ricardo Antunes - com a promessa de trabalho autônomo e de fácil flexibilidade, estas desafiam a estrutura ocupacional tradicional e criam uma sociedade com uma diversidade laboral complexa.

A deslocalização do trabalho e o aumento do emprego informal, a digitalização e a conectividade vêm como uma forma de permitir que empresas terceirizem e distribuam trabalho globalmente, criando uma “rede global de produção” por onde o trabalho é fragmentado e reestruturado para maximizar a produção. Contudo, ao lado da interde-

2 FREITAS, Miguel. **WhatsApp nas eleições de 2018: o embate entre a lei, a tecnologia e o direito à privacidade**. Senado Federal. 2 fev. 2019. <https://share.google/UxwRtijKuzpuOe7Kj>

3 ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1.ed. São Paulo: Boitempo. 2020

pendência global, observa-se concomitantemente a individualização do trabalho como reflexo das novas tecnologias de comunicação e da flexibilização laboral.

No contexto brasileiro, ainda há uma deficiência de produção jurídica capaz de oferecer respostas consistentes às transformações sociais impostas pela plataformização. Essa ausência de enquadramento normativo configura um risco, sobretudo para trabalhadores temporários e independentes, que permanecem à margem da proteção social. O ambiente do trabalho tradicional oferece ao trabalhador uma comunidade trabalhista, solidariedades e experiências que unem vozes com o objetivo de solidificar lutas sindicais. A separação e a individualização do trabalho representam o enfraquecimento dessas lutas e a ressignificação dos espaços para assembleias.

A marginalização de grupos sem acesso a qualificações técnicas constitui um forte impacto das transformações informacionais. Essa divisão digital torna o acesso às informações um determinante de status e poder, um definidor de classes no mundo atual. Desse modo, sociedades informacionais arriscam aumentar a fragmentação social e econômica sem uma estrutura que proteja os trabalhadores. Para ele, as instituições precisariam ser adaptadas para garantir que o progresso tecnológico resultasse em benefícios coletivos e não apenas em vantagens para uma elite informada.

Ainda que as transformações estruturais do trabalho e da economia informacional tenham merecido um exame aprofundado, este tema será abordado neste trabalho apenas como pano de fundo histórico para situar a emergência das transformações do capitalismo de plataformas na vida cotidiana. O foco da análise recai então sobre a reorganização das relações de poder e visibilidade que emergem com a plataformização, disponibilizando o terreno para compreendermos as dinâmicas algorítmicas discutidas a seguir.

Nesse contexto, em 1996 Castells projeta para o futuro o que em 2020 Przeworski compreende como declínio democrático, e Habermas, em 2022, revisitando a sua tese sobre esfera pública, afirma consistir em uma nova mudança estrutural. As fragmentações sociais e econômicas ocasionadas pela fragilização da estrutura do trabalho e do próprio Estado demonstram uma falha importante na estrutura da democracia.

Embora Castells tenha antecipado a centralidade das redes na organização do capitalismo contemporâneo, seu diagnóstico ainda se baseia na circulação de informação como vetor de produtividade e poder. Somente nas formulações posteriores de Srnicek (2016) e Zuboff (2021) a lógica de remoção, processamento e monetização de dados aparece como eixo estruturante de uma nova etapa do capitalismo, o capitalismo de plataforma. Assim, Castells constitui um marco teórico de transição, cuja “sociedade em rede” prepara o terreno para analisarmos as dinâmicas algorítmicas e infraestruturais que hoje configuram a plataformização.

A partir do trabalho contemporâneo sobre as transformações do capitalismo na

era digital, Nick Srnicek em “*Platform Capitalism*” analisa como as plataformas digitais se tornaram a forma dominante de organização econômica no século XXI, classifica essas plataformas em cinco tipos: publicidade, nuvem, industriais, de produtos e enxame e argumenta que todas compartilham a comum lógica de extração, processamento e monetização de dados. O autor mostra empresas como *Google*, *Amazon*, *Facebook* e *Uber* não apenas oferecem serviços, mas estruturam ecossistemas que capturam usuários, produtores e consumidores, criando novas formas de dependência econômica. Portanto, evidencia que esse novo arranjo comunicacional não apenas apresenta inovações tecnológicas, mas configura novas formas sociais de organização do capital.

Desse modo, o autor situa o crescimento do uso das plataformas no contexto da crise financeira de 2008, que expôs os limites do capitalismo industrial e financeiro. A busca por novos modelos de acumulação levou à ascensão das ferramentas digitais como alternativa de expansão do capital. Dialogando com a “sociedade em rede” de Castells, ambos observam a redefinição não apenas da economia, mas também das relações sociais e políticas.

A classificação⁴ das plataformas em diferentes eixos nos permite compreender a diversidade de modelos de negócios que compartilham a mesma lógica de acumulação baseada em dados. Ao apresentar como estas ferramentas se inserem na lógica de acumulação capitalista, nos auxilia a compreender as novas formas de exploração e concentração de poder econômico. Em complemento a essa ideia de sociedade em rede presente na literatura de Castells, Zuboff (2021) observa o “capitalismo de vigilância” se estruturar justamente na captura e comercialização de dados comportamentais, o que acompanha a análise de Srnicek sobre a centralidade da informação como recurso econômico.

Portanto, essa lógica de acumulação baseada em dados não se restringe à dimensão econômica, mas inaugura uma nova racionalidade de poder, na qual a experiência humana passa a ser capturada, transformada em dados e comercializada como matéria-prima para a previsão e modulação de ações. Trata-se do que Shoshana Zuboff denomina “A era do capitalismo de vigilância”, momento em que a informação deixa de ser apenas recurso econômico e passa a constituir uma tecnologia de governamentalidade.

Nessa nova fase do capitalismo, ocorre uma mutação no eixo de acumulação da exploração do trabalho para a exploração da experiência e da atenção. Diferente do capitalismo do século XX, a nova forma de poder- que ela denomina *instrumentalismo*- busca não apenas conhecer o comportamento humano, mas moldá-lo de forma preditiva, transformando a incerteza em mercadoria. Essa nova forma de poder, conhece e molda o

4 Classificação das plataformas: Publicidade (*Google*, *Facebook*), monetizam dados por meio da venda de anúncios; Nuvem (*Amazon*, *Microsoft*), que oferecem infraestrutura digital; Industriais, voltadas à coleta e análise de dados de produção; De Produtos, que transformam bens em serviços conectados; Enxame (*Uber*, *Ifood*), que coordenam trabalhadores “espalhados”. (SRNICEK, 2016)

comportamento humano em favor de terceiros “através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede.” (ZUBOFF, 2021)

Nesse sentido, - *Google e Facebook*, por exemplo, negociam as ações humanas a partir de dados extraídos sem consentimento - a autora afirma que o capitalismo de vigilância representa uma ruptura com o contrato social moderno. A promessa iluminista de autonomia e soberania individual cede lugar a uma arquitetura algorítmica de controle, invisível e autojustificada pelo discurso da inovação, isto é, ocorre a expropriação da soberania dos indivíduos em nome de um novo regime de poder que prescinde da coerção estatal e atua por meio da captura de dados e da normalização comportamental.

O “poder instrumental”, diferente do poder totalitário, não busca a posse dos corpos, mas a condução das condutas - uma dominação sem violência⁵ visível, mas presente em sua sutileza.

O capitalismo de vigilância e o poder instrumental que ele acumulou com rapidez excedem as normas históricas das ambições capitalistas, reivindicando um domínio sobre os territórios humano, social e político que vai muito além do terreno institucional convencional da empresa privada ou do mercado. Como resultado, o capitalismo de vigilância é mais bem descrito como um *golpe vindo de cima*, não uma derrubada do Estado, mas, sim, uma derrubada da soberania das pessoas e uma força proeminente na perigosa tendência rumo à desconsolidação democrática que agora ameaça as democracias liberais ocidentais. (ZUBOFF, 2021, p. 37)

Ao privatizar a esfera da aprendizagem social e monopolizar o conhecimento coletivo, as corporações digitais fragilizam a deliberação pública e a capacidade dos cidadãos de decidirem sobre o próprio destino. Zuboff aproxima-se, assim, de uma experiência contemporânea de formas anteriores de dominação total.

Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2013) se juntam ao pensamento crítico sobre a plataformação e o capitalismo de vigilância, ao retomarem a genealogia foucaultiana da governamentalidade para problematizar a ascensão de uma nova racionalidade política a “Governamentalidade algorítmica”. Esta racionalidade, fundamentada na coleta massiva e automatizada de dados, configura uma nova arquitetura de controle social, deslocando a normatividade das instituições discursivas e jurídicas para os sistemas de dados e visualização. A partir desta noção, portanto, passamos a dialogar com as transformações políticas do capitalismo digital, em que o governo das condutas se exerce não mais sobre

5 Herbert Marcuse utiliza a expressão “agressão tecnológica” para criticar o uso das tecnologias como ferramenta de dominação, onde a racionalidade técnica se sobrepõe à razão humana, levando à aceitação passiva de um sistema que privilegia o lucro em detrimento da autonomia. (MARCUSE, 1967)

sujeitos, mas sobre dados, perfis e correlações estatísticas.

Dessa forma, a coleta massiva de dados (*dataveillance*), o tratamento automatizado de informações (*datamining* e *machine learning*) e a aplicação normativa desses saberes - voltada à antecipação e modulação de comportamentos - permitem compreender o modo como a racionalidade algorítmica evita o sujeito e substitui a mediação simbólica por processos de preempção automática.

O ponto central é que a governamentalidade algorítmica produz um governo sem sujeito, mas não sem alvo. Uma vez que o foco do poder desloca-se do indivíduo para as correlações entre dados. O sujeito, nesse contexto, é esvaziado de sua reflexividade e limitado a um perfil estatístico que reage a estímulos sem espaço para a deliberação.

Portanto, o “governo dos algoritmos” não apenas redefine as formas de produção e acumulação, mas também se reconfigura como condições de possibilidade de deliberação pública, deslocando o espaço de mediação comunicativa para o ecossistema das plataformas. Assim, o discurso de neutralidade técnica, frequentemente mobilizado para legitimar o poder algorítmico, oculta sua dimensão normativa, os sistemas de dados instituem novas posições de representação e de fala pública.

Essa dinâmica se manifesta em práticas cotidianas, aparentemente banais, que ao modularem a atenção coletiva, afetam diretamente a formação da opinião pública. Como apresenta o recente levantamento do *Reuters Institute Digital News Report* (2023) sobre o comportamento social em relação aos algoritmos e os impactos na comunicação e na formação da opinião pública, expõe o crescimento exponencial da influência das plataformas digitais na organização da vida social, política e urbana. O estudo “*Attitudes towards algorithms and their impact on news*”, publicado pela revista, observa que nas últimas décadas a forma como os indivíduos consomem informações jornalísticas mudou, especialmente para aqueles de faixa etária abaixo dos 35 anos. A predominância do uso de mídias sociais, mecanismos de busca e agregadores de notícias como principais fontes de informação online evidencia uma mudança estrutural no ecossistema midiático. Embora o crescimento do uso das redes sociais como fonte de notícias tenha se estabilizado nos últimos anos, a centralidade desses recursos digitais, que operam por meio de algoritmos de recomendação, continua a se expandir. Tal fenômeno ocorre em detrimento do acesso direto a sites e aplicativos de veículos jornalísticos tradicionais, segundo o artigo, prática cada vez mais restrita a públicos mais velhos e com maior interesse prévio por notícias.

The rapid growth of these ‘distributed’ platforms in the first part of the twenty-first century was initially accompanied by excitement and enthusiasm, but over time this transformed into concerns about possible negative effects – first expressed in the speculative notion of ‘echo chambers’, some years later, ‘filter bubbles’, and more recently, the spread of misinformation. There has been ex-

tensive research into whether algorithmically driven platforms really do over-expose people to like-minded views, while filtering out information they are likely to disagree with, creating feedback loops that ultimately reshape their worldview. (FLETCHER, 2023)

A pesquisa produzida pela revista observa a promessa de democratização ao acesso à informação. Porém, esse otimismo foi gradualmente substituído por preocupações quanto aos potenciais efeitos negativos associados à mediação algorítmica do conteúdo informativo. Tais preocupações foram inicialmente expressas por meio da noção de “câmaras de eco”⁶, posteriormente pela ideia de “bolhas de filtro”⁷ e, mais recentemente, pela crescente disseminação da desinformação.

Diante deste cenário, torna-se relevante compreender os impactos sociais do ecossistema das plataformas digitais, a fim de contribuir para o debate sobre os desafios do mundo contemporâneo cercado por algoritmos dispostos a interferir cotidianamente na formação da opinião pública e nos processos comunicacionais.

Ao observarmos o contexto atual, nota-se que a plataformação, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de expressão individual, também produz novas formas de controle e homogeneização do comportamento, na medida em que os sujeitos passam a se orientar por padrões de visibilidade, reconhecimento e pertencimento impostos por essas infraestruturas digitais.

Por isso, este trabalho pretende trazer um olhar alternativo “idealizada a partir do assombro diante dos impasses vividos pelo mundo e pela ciência com a nova etapa de avanço de modelos tecnológicos centralizadores, controlados por conglomerados transnacionais que procuram se sobrepôr à legislação e às culturas locais”⁸.

Dessa maneira, o artigo estrutura-se na hipótese de que a plataformação desloca a centralidade da mediação comunicacional das instituições tradicionais, ao reorganizar os fluxos de comunicação por meio de algoritmos e lógicas de mercado, enfraquece os mecanismos tradicionais de mediação pública - imprensa, instituições políticas e espaços deliberativos -, favorece a fragmentação da esfera pública e a formação de subjetividades

6 Expressão utilizada como metáfora para designar contextos comunicacionais em que informações, ideias ou crenças são reforçadas pela repetição dentro de um sistema definido. Em uma câmara de eco, as fontes dominantes muitas vezes são inquestionáveis e opiniões diferentes ou concorrentes são censuradas ou desautorizadas.

7 Expressão que se refere a um estado de isolamento intelectual que pode resultar de pesquisas personalizadas, quando um algoritmo de um site “adivinha” seletivamente quais informações um usuário gostaria de ver com base em informações sobre o usuário, como localização, comportamento de cliques anteriores e histórico de pesquisa. Desse modo os usuários ficam menos expostos a pontos de vista conflitantes e ficam isolados intelectualmente em suas próprias bolhas culturais ou ideológicas.

8 Trecho retirado da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura), entidade científica e cultural.

políticas marcadas por despolitização e vulnerabilidade à desinformação.

Em síntese, a passagem da sociedade em rede para o capitalismo de plataformas evidencia que a deliberação passa a se constituir sob novas condições tecnológicas e normativas, marcadas pela intermediação algorítmica. É nesse deslocamento - entre o discurso e a plataforma - que se funda a mudança contemporânea da esfera pública.

A mutação da esfera pública e a crise da mediação

A obra de Jürgen Habermas, em especial a atualização feita por ele em 2023 de seu clássico de 1961 “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, permite perceber como as plataformas digitais fragilizaram os processos de deliberação democrática, fragmentaram o espaço público, eliminaram os filtros editoriais e promoveram uma lógica algorítmica de engajamento superficial. Neste capítulo, portanto, buscamos compreender como a mutação digital da esfera pública altera as condições de representação e mediação política, comparando os regimes de visibilidade das mídias tradicionais e das plataformas digitais.

No trabalho, denominado “Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa” (2023), Habermas mostra como a esfera pública deixa de ser um espaço estruturado de formação racional da opinião e passa a ser regida por mecanismos de performance, polarização e desinformação. A “nova mudança estrutural” é marcada por uma transição da deliberação racional para o engajamento performático. Dessa forma, a opinião pública deixa de se constituir em espaços mediadores e se fragmenta em “câmaras de eco” regidas por lógicas de reafirmação, emoção e visibilidade personalizada, provocando uma sociedade extremamente individualizada.

Esse fenômeno afeta diretamente a legitimidade das democracias liberais, porque a deliberação pública é um pré-requisito funcional da democracia pluralista. A concepção habermasiana de esfera pública, como ele mesmo observa, é sociologicamente estruturada, tendo deslocado o debate do campo conceitual da “opinião pública” para uma compreensão mais ampla da relação entre sociedade civil e sistema político. Assim, esfera pública teria a função primordial de salvaguardar a permanência de uma comunidade democrática.

Nesse sentido, seguindo essa crítica habermasiana sobre a dicotomia simplificada entre teoria normativa e empírica, entendemos que a teoria democrática deve reconstruir racionalmente os princípios normativos positivados nas constituições modernas, oriundos das revoluções do século XVIII. Tais normas introduziram um desnível normativo na realidade social, exigindo contínua realização dos direitos fundamentais. Esse legado moral e jurídico do Iluminismo exige que os cidadãos internalizem intuitivamente os princípios constitucionais, condição necessária para a estabilidade democrática.

Assim, a democracia deliberativa não é um ideal abstrato a ser comparado com uma realidade falha, mas um requisito básico para a própria existência da democracia. Uma esfera pública vibrante e uma sociedade civil ativa são condições indispensáveis para a legitimação democrática do poder. A deliberação não precisa levar a um consenso pleno, mas deve permitir a transformação de preferências iniciais por meio da força dos melhores argumentos. Enquanto deliberação tem uma dimensão epistêmica e pode modificar convicções, a negociação se baseia em concessões entre partes com poder. Ambas são formas legítimas de acordo político, e a escolha entre elas depende do tipo de questão em jogo.

Os discursos políticos, para além da troca de interesses, envolvem questões de justiça e da hierarquia de valores em uma comunidade, exigindo a consideração mútua das perspectivas. A orientação ao consenso, embora idealizada, é fundamental para garantir que decisões majoritárias sejam reconhecidas como legítimas, mesmo pelos derrotados, desde que haja possibilidade de reversão futura e continuidade do debate.

Na teoria habermasiana, a democracia deliberativa seria uma forma moderna de democracia caracterizada pela formação da vontade política por meio de processos de comunicação pública inclusiva. Diferentemente das antigas democracias diretas (como a grega), a moderna se baseia na representação política e nos direitos subjetivos iguais, garantidos pelo Estado de Direito. Assim, a deliberação pública cumpre um papel essencial ao mediar a autonomia do cidadão individual e a formação coletiva da vontade, equilibrando os interesses privados (cidadão social), com o bem comum (cidadão político).

Esse equilíbrio só é possível se as leis refletirem um consenso racionalmente construído, o que exige comunicação pública livre e acessível. A democracia, assim, não se resume ao voto, mas depende da participação dos cidadãos em processos de formação de opinião e vontade baseados em argumentos. O Estado constitucional democrático, portanto, não surge espontaneamente, mas se funda por meio de atos deliberativos e solidários dos cidadãos, como ocorreu nas revoluções do século XVIII. Esse momento fundador deve ser renovado continuamente pelas gerações seguintes através da participação ativa nos processos democráticos.

Embora o Estado de Direito assegure liberdades privadas por meio de direitos subjetivos, essas liberdades só permanecem verdadeiramente livres se os cidadãos também atuarem como legisladores, exercendo a sua autonomia política em comunhão com os outros. Assim, os direitos privados e públicos devem se reforçar mutuamente, formando um circuito de auto estabilização: os cidadãos, ao usarem os seus direitos políticos, produzem leis justas que garantem condições iguais para que todos possam exercer as suas liberdades de forma autodeterminada.

Esse circuito, no entanto, pode se romper quando há desigualdades sociais extre-

mas, crises econômicas, guerras ou catástrofes naturais (como pandemias), que exigem esforços solidários extraordinários e, às vezes, medidas coercitivas excepcionais por parte do Estado. Nestes casos, embora os encargos sejam legitimados democraticamente, perdem seu caráter voluntário, evidenciando a tensão estrutural entre liberdades subjetivas e bem comum. A democracia deliberativa, nesse sentido, não é um ideal acadêmico surgido nos EUA nos anos 1990, mas uma necessidade prática para que as democracias contemporâneas mantenham a sua legitimidade diante de desafios que colocam em risco o equilíbrio entre liberdade individual e responsabilidade coletiva.

O conceito de política deliberativa, historicamente vinculado ao ideal liberal das “assembleias deliberativas”, enfrenta a crítica de ignorar a realidade do poder como luta por dominação. Para Habermas, essa objeção tem base em uma concepção empirista de poder, segundo a qual o poder se expressa na capacidade de impor a vontade própria por meio de ameaças ou sanções. Essa concepção seria, para ele, insuficiente para explicar o fundamento das democracias modernas, especialmente a aceitação das decisões da maioria em sociedades pluralistas e individualizadas. Nessas sociedades, a legitimidade das decisões não pode mais recorrer a valores compartilhados ou autoridades externas, devendo emergir do próprio procedimento democrático, entendido como expressão da autodeterminação dos cidadãos livres e iguais.

Assim, o modelo deliberativo propõe que a legitimidade não reside apenas na contagem dos votos, mas no processo público e inclusivo de formação racional da opinião e da vontade. Tampouco se sustenta na eficácia do governo, mas depende da relação perceptível entre as decisões políticas e as escolhas eleitorais. Quando essa conexão se rompe, o risco é a autonomização da dominação em formas tecnocráticas ou paternalistas. A preservação da substância democrática do Estado exige uma esfera pública mediada por uma mídia independente e capaz de promover a formação comunicativa da vontade coletiva. Sem isso, o poder político se desvincula da soberania popular.

As plataformas digitais⁹ e seus algoritmos constituem um desafio à prática deliberativa. Uma vez que, suas lógicas de operação e posição normativa ainda não estão claramente estabelecidas.

Desse modo, concordamos com Habermas (2023) quando defende que a crescente complexidade social, a diversificação cultural e a perda de vínculos nacionais tornam ainda mais necessário o fortalecimento da cidadania política deliberativa. Apenas uma teoria do discurso ancorada na política deliberativa poderia fazer jus à cooriginariedade entre soberania popular e direitos subjetivos, núcleo da ideia moderna de democracia constitucional

9 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/twitter-facebook-e-whatsapp-nao-respondem-principais-perguntas-sobre-seu-papel-na-eleicao-brasileira.shtml>

Reforçamos então que a política deliberativa não é um ideal abstrato, mas um pré-requisito funcional em sociedades pluralistas, marcadas por diferenças culturais, sociais e de estilo de vida. A legitimidade democrática, passou a depender do próprio procedimento de formação da vontade política, institucionalizado sob o princípio da inclusão e da deliberação racional. A esfera pública cumpre um papel essencial nesse processo, embora limitado, ao permitir uma formação de opinião politicamente relevante, ainda que não vinculante.

A vitalidade da democracia deliberativa, seguindo o pensamento habermasiano, exige uma cultura política liberal suficientemente enraizada, sustentada por práticas de socialização e educação política que transmitam uma ética republicana de reconhecimento recíproco entre cidadãos como colegisladores. Essa cultura, por sua vez, depende de níveis aceitáveis de coesão social, o que supõe um grau mínimo de igualdade que permita a todos participarem efetivamente da formação da opinião e da vontade política, sem que tal participação seja percebida como privilégio ou dever compulsório.

Na era digital, no entanto, é a própria percepção do limite entre o público e o privado que se torna turva, e a esfera pública política, por sua vez, é rebaixada a uma entre diversas esferas semi-públicas concorrentes - o que facilita a disseminação de *fake news*¹⁰ e teorias da conspiração -. Essa dinâmica compromete o funcionamento democrático ao esvaziar a esfera pública da sua capacidade de mediar racionalmente os interesses coletivos.

Nesse sentido, esta fragmentação da esfera pública impulsionada pelas novas mídias digitais, embora amplie o acesso à produção de discurso, também ameaça a sua coesão e capacidade de integração. A comunicação digital, muitas vezes comercializada e não regulada, enfraquece a credibilidade das instituições tradicionais e compromete os pressupostos subjetivos necessários à formação da opinião pública democrática.

Retomando a análise de Rouvroy e Berns (2013), essa fragmentação da esfera pública pode ser compreendida à luz da “governamentalidade algorítmica”, na qual a gestão das condutas sociais se desloca da deliberação discursiva para a predição dos algoritmos. Nesse novo regime, o poder não se exerce pela persuasão, mas pela modulação automática das atenções e afetos, como vimos na seção anterior, o que Zuboff (2021) denomina como poder instrumental.

Leonardo Avritzer, em “Esfera Pública Sem Mediação? Habermas, Anti-Iluminismo E Democracia”, revisita a teoria habermasiana e reforça esse diagnóstico ao tratar da desmediação como elemento central da crise democrática. A ausência de instituições comunicacionais legitimadas permite a circulação de discursos sem validação pública,

10 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>

abrindo espaço para o autoritarismo digital. O caso brasileiro, segundo o autor, é exemplar por sua ausência histórica de uma esfera pública consolidada e pela forma como o bolsorismo utilizou a performatividade digital como substituto da mediação institucional.

Traçando um diálogo crítico com Habermas e com o historiador Zeev Sternhell, Avritzer propõe uma abordagem que contribui para um escopo conceitual que nos auxilia a dialogar sobre a relação entre esfera pública, racionalidade, comunicação digital e ameaças à democracia. Para ele, a crise da democracia é um fenômeno global, com manifestações em democracias consolidadas como nos EUA, e recentes como Brasil, Filipinas e Hungria, que acontecem por meio de novas dinâmicas de erosão institucional. A articulação entre a mutação tecnológica e o esvaziamento deliberativo das democracias é apresentada como desafio conceitual que exige atualização teórica, sendo Habermas uma referência incontornável nesse diagnóstico.

Desse modo, concordamos com Avritzer quando reafirma que a esfera pública é condição de possibilidade da deliberação e da legitimação do constitucionalismo democrático. A crise da democracia atual decorre da fragilização dos processos comunicativos mediados por pretensões de validade, substituídos pela disseminação de informação sem checagem, *fake news* e ataques ao jornalismo.

O diálogo com Sternhell acrescenta uma dimensão histórica-cultural relevante ao situar a atual crise dentro da tradição contrailuminista. Sternhell rastreia uma linhagem de pensamento antirracionalista e antiliberal que rejeita os fundamentos modernos do bom governo, da razão pública e da cidadania ativa. Associando essa tradição com os movimentos antidemocráticos contemporâneos, o artigo de Avritzer amplia o escopo do diagnóstico habermasiano e sugere que a crise atual possui não apenas um componente comunicacional, mas também uma dimensão ideológica reacionária.

No caso do Brasil, a formação tardia e incompleta da esfera pública no país, somada à ausência de regulação midiática, documentada¹¹ pela persistente concentração e regulação falha dos meios de comunicação, - a Constituição de 1988 consagrou princípios para a democratização da comunicação, mas muitas normas e mecanismos regulatórios previstos não foram efetivamente regulamentados -, o que manteve estruturas em oligopólios e limitações ao direito à comunicação. Essa fragilidade regulatória interoperou com um arranjo midiático caracterizado por alta concentração proprietária e baixa pluralidade de vozes, o que reduz espaços institucionais de mediação pública e favorece circuitos comunicacionais privatizados e autorreferentes. A combinação entre instituições democráticas com fragilidades de regulação e um mercado de mídia concentrado criou condições propícias para a ascensão de comunicação política autorreferente e desinstitucionalizada.

11 VANNUCHI, Camilo. **O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil**. Galáxia. São Paulo, 2018.

A política deliberativa depende de uma sociedade civil ativa, que funcione como sistema de alerta e mediação entre política institucional e demandas sociais. A digitalização das comunicações tende ainda mais a obscurecer as fronteiras entre esfera pública e privada, ou nas palavras de Habermas “deforma sua percepção da esfera pública política”, desafiando a sustentação da democracia deliberativa.

A vinculação entre autonomia privada (assegurada por direitos sociais) e autonomia pública (garantida por direitos de participação política) constitui a arquitetura normativa do Estado democrático de direito, mas só se realiza quando há capacidade institucional para corrigir desigualdades estruturais. A ausência de políticas compensatórias efetivas acarreta ciclos viciosos de abstenção eleitoral e desintegração social, que hoje são explorados por movimentos populistas antidemocráticos.

Habermas aponta a tensão estrutural entre a democracia e o capitalismo, sobretudo após a globalização dos mercados e a erosão da soberania fiscal dos Estados, o que compromete a sua capacidade de garantir justiça social e legitimação democrática. Assim, a crise da esfera pública digital não pode ser isolada da crise estrutural mais ampla das democracias capitalistas contemporâneas.

A esfera pública política depende de um sistema de mídia estruturado que possibilite a formação de opiniões públicas com qualidade deliberativa. Essa qualidade se realiza por meio de processos comunicativos interligados, nos quais diversos atores políticos, representantes de interesses, agências e sociedade civil, identificam problemas relevantes, participam do debate e influenciam a formação da vontade coletiva. O sistema de mídia tradicional, mediado por jornalistas profissionais e instituições editoriais, atuaria como filtro e organizador desses fluxos de informação, garantindo alcance e qualidade deliberativa à comunicação pública.

Com a era digital, porém, percebe-se uma ruptura histórica comparável à invenção da imprensa, com impactos ambivalentes para a esfera pública democrática. Por um lado, há um aumento inédito na velocidade, alcance e horizontalidade da comunicação; por outro, a estrutura tradicional de mediação se fragmenta. As plataformas digitais substituem o modelo unidirecional e hierarquizado da mídia clássica por um padrão descentralizado e horizontal, no qual todos podem se tornar emissores, mas sem as salvaguardas editoriais que supostamente garantiriam confiabilidade e racionalidade nos debates públicos. Além disso, conhecemos agora que a arquitetura algorítmica, atua através de um sentido próprio pautado por um mercado de visualizações, aonde o lucro é sustentado pelo engajamento.

Essa transição desregulada comprometeria o papel pedagógico da mídia ao dificultar a aquisição coletiva de competências argumentativas e ao favorecer a formação de “câmaras de eco” fragmentadas, autorreferenciais e resistentes à crítica. Desse modo, a promessa inicial de democratização se vê corroída tanto pela lógica libertária das corpo-

rações digitais quanto pela dificuldade dos usuários em se apropriarem criticamente de seu novo papel de “autores” no espaço público. Com isso, a esfera pública contemporânea enfrenta uma dinâmica centrífuga que enfraquece a sua função integradora, tradicionalmente ancorada nos marcos nacionais das instituições democráticas.

Tomando como exemplo os dados¹² da Alemanha entre 1964-2020 e do Eurobarômetro entre 2010-2019, e as transformações provocadas pela introdução da internet e das mídias sociais na esfera pública política. Notamos que a ampliação da oferta midiática, iniciada a partir da televisão privada e intensificada pela internet, provocou um aumento substancial do tempo de consumo diário de mídia, estabilizado em cerca de oito horas. Ocorre uma substituição progressiva da mídia impressa pelas mídias digitais e audiovisuais, especialmente entre os jovens. O alcance dos jornais caiu de 69% em 1964 para apenas 22% em 2020, sendo que, entre os jovens de 14 a 29 anos, apenas 6% ainda lêem jornais impressos.

Desse modo, embora a televisão e o rádio ainda sejam as principais fontes de informação política, a internet e as mídias sociais vêm crescendo como vetores de informação, embora com menor confiabilidade e menor potencial para o processamento analítico e reflexivo. O tempo dedicado à leitura de textos digitais permanece baixo (18 minutos diários, sendo 6 dedicados a jornais e revistas), o que indica um consumo informativo superficial. Esse argumento nos leva a retornar à análise do “*Reuters Institute Digital News Report*” - discutida na seção anterior - quando aborda o impacto dos algoritmos nas notícias.

Assim, compreendemos melhor que a mudança não é apenas no modo que os sujeitos consomem as notícias, mas nos impactos dessa nova forma de comunicação na formação da opinião pública, o que expõe o crescimento exponencial da influência das plataformas digitais na organização da vida social e política.

Habermas aponta também para o crescimento da desconfiança pública nas mídias tradicionais, inclusive nas de serviço público-estatal, e alerta para a proliferação de *fake news* e a consolidação do que denomina “democracia da pós-verdade”, especialmente evidente durante o primeiro governo Trump nos EUA. Assim, diante desse contexto, formam-se esferas públicas fragmentadas, com consumidores de mídia cada vez mais isolados em “câmaras de eco” digitais, envoltos por suas “bolhas de filtro” onde prevalece a reafirmação de crenças pessoais e a rejeição da divergência argumentativa.

Enquanto as mídias tradicionais organizavam a comunicação pública a partir de filtros editoriais e mediações institucionais visíveis - jornais, emissoras, redações -, as plataformas digitais substituem esses intermediários por sistemas algorítmicos invisíveis que hierarquizam conteúdos segundo lógicas de engajamento e rentabilidade. Essa mudança

12 HABERMAS, Jürgen. *Uma Nova Mudança Estrutural da Esfera Pública e a Política Deliberativa*. São Paulo: Unesp, 2023.

desloca a deliberação de relevância pública do debate racional para o design estatístico da atenção.

Apesar dessa fragmentação, é necessário reconhecer que jornais e revistas tradicionais ainda influenciam a agenda pública, ditando o tom do debate político veiculado por outros meios, como a televisão. Contudo, esse papel estruturante é ameaçado pela reconfiguração econômica e política da estrutura midiática, ainda pouco regulamentada, e pela crescente tendência dos usuários de se refugiarem em mundos simbólicos fechados, o que enfraquece o ideal de uma esfera pública crítica, inclusiva e racional.

Assim, embora as plataformas ampliem a diversidade de vozes no espaço público, essa multiplicação não se traduz necessariamente em ampliação democrática, uma vez que a deliberação é cercada por performances mediadas pela lógica da visibilidade e da monetização. As práticas de resistência digital, frequentemente baseadas em hashtags e mobilizações online, tendem a ser absorvidas pela lógica do espetáculo algorítmico, que transforma gestos de contestação em métricas de engajamento. A visibilidade substitui a transformação política, e o reconhecimento simbólico torna-se uma nova forma de controle.

Nesse sentido, a análise da transformação da esfera pública diante da ascensão das plataformas digitais é um tema urgente. Mais ainda que a mídia tradicional, as plataformas digitais, como *Facebook*, *YouTube*, *Instagram* e *Twitter*, não atuam de forma neutra, mas sim orientadas pela lógica de valorização do capital, explorando dados pessoais como fonte de lucro, configurando o que entendemos como “capitalismo de vigilância”, para usar a expressão de Shoshana Zuboff.

Enquanto os jornais também se sustentam por publicidade, a sua função jornalística requer padrões normativos, cognitivos e estéticos, servindo à formação de uma opinião pública racional e subjetivamente compartilhada. As plataformas digitais pressionam as mídias tradicionais a se adequarem a uma nova realidade digital, o que compromete a sua base econômica e afeta a qualidade do jornalismo. A audiência digital gratuita impõe um modelo de negócios ainda instável, acentuando a precarização e a desprofissionalização da atividade jornalística. Com isso, cresce a tendência à espetacularização, personalização e despolitização de conteúdos, fenômeno já apontado desde a década de 1960, mas intensificado no ambiente digital.

A regressão democrática observada em países ocidentais, exemplificada pela insatisfação popular em eventos como a invasão do Capitólio, e logo após o evento de 8 de janeiro no Brasil, reflete a erosão da capacidade racionalizadora do discurso público. O caso do governo Bolsonaro é um exemplo paradigmático da erosão da esfera pública: negação da mediação jornalística, ataque a jornalistas, uso de redes e algoritmos para disseminação direta de desinformação e alinhamento com uma retórica anti-iluminista.

Ressaltamos aqui, então, como o uso das plataformas permitem contornar estruturas institucionais, e corroboram para a ampliação do discurso autoritário.

Em 2023, portanto, Habermas questionava se as mídias sociais contribuem efetivamente para o debate político, dado que promovem mais a autoexposição e a busca por reconhecimento (individualização) do que a troca de argumentos racionais. Em ambientes fragmentados e autogeridos, há a formação de bolhas de opinião reforçadas por algoritmos que favorecem a confirmação mútua e rejeitam discordâncias. Isso enfraquece a percepção da esfera pública como espaço inclusivo, promovendo um afastamento da política enquanto prática deliberativa universal. Junto à contribuição de Avritzer, podemos afirmar o duplo movimento da crise atual: a desinstitucionalização do discurso público e a ascensão de um ideário regressivo que mina os pilares iluministas da democracia moderna.

Assim, buscamos demonstrar que as plataformas não representam apenas uma inovação tecnológica, mas consolidam a nova gramática do neoliberalismo, na qual a mediação comunicacional, o pertencimento e a própria política se deslocam do espaço público do debate político para a lógica performativa e mercantil dos algoritmos.

Considerações finais

A partir do percurso teórico proposto, observou-se que a platformização não se restringe a um aspecto tecnológico, mas expressa as construções de um regime institucional e sociotécnico alinhado à racionalidade neoliberal, que reconfigura os fundamentos da esfera pública contemporânea. Argumentamos que esse processo reorganiza as possibilidades de mediação ao interferir através de mecanismos algorítmicos - que modulam o acesso, a circulação e o reconhecimento público- orientados por uma lógica em que a ação humana é continuamente traduzida em dados, modificando interações, preferências e comportamentos em insumos estratégicos para novas formas de regulação e controle.

Nesse contexto, essa análise empenhou-se em evidenciar que a arquitetura algorítmica disponibilizadas pelas plataformas digitais, passam a operar como um instrumento de governança – uma nova instituição -, por meio do qual o desempenho, o engajamento e a atenção se tornam métricas centrais na produção de valor e poder. Essa configuração que aparenta ser um instrumento técnico e de possibilidade de conexão e pluralidade de vozes, contudo, fragiliza a deliberação pública, pilar importante da democracia. Assim, ao substituir mecanismos deliberativos por dinâmicas de engajamento performático, as plataformas intensificam processos de exclusão simbólica e fragmentação do espaço público, especialmente em contextos marcados por desigualdades cotidianas. Assim, buscamos demonstrar que as plataformas, longe de atuarem como mediadoras neutras, moldam a

opinião pública, e constituem um risco à democracia deliberativa.

Enquanto a mídia tradicional organizava o debate a partir de instituições dotadas de responsabilidades públicas e critérios editoriais de legitimação, as plataformas digitais transferiram essa autoridade para processos algorítmicos de ordenamento da visibilidade e monetização. Essa transformação, produziu um novo ecossistema comunicacional no qual infraestruturas técnicas mediam a circulação da informação e a formação da opinião pública. Pautados na predição comportamental, convertendo a ação humana em dado e a atenção em mercadorias.

No contexto brasileiro, essa transformação coincide com o avanço das plataformas de trabalho e de comunicação - intensificada nas eleições de 2018 -, quando as redes sociais se consolidaram como arenas políticas centrais, mas desprovidas de mecanismos institucionais de responsabilização. Tal processo expressa uma crise de mediação democrática, em que a deliberação pública é cercada por dinâmicas de polarização e desinformação, amplificadas por algoritmos de engajamento. A esse diagnóstico soma-se a análise de Habermas (2023), para quem a digitalização da esfera pública implica uma desinstitucionalização comunicacional, marcada pela fragmentação de audiências e pela perda da função integrada dos meios tradicionais.

Desse modo, reforçamos que a plataformização não apenas amplia as possibilidades de difusão, mas reconfigura as condições processuais da deliberação democrática, instaurando novas formas de poder baseadas na visibilidade e na performatividade. Nesse arranjo, a visibilidade, torna-se um recurso político e econômico, um “capital de atenção”. (BOURDIEU, 1997)

Nesse sentido, a partir de Castells estabelecemos um marco teórico da transição entre a sociedade em rede e o capitalismo de plataforma, analisamos a plataformização à luz de Poell, Nieborg e Van Dijck, e seus efeitos através de Habermas, Zuboff, Avritzer, Srnicek e Rouvroy e Berns. Com isso, o artigo buscou contribuir para a literatura que observa perspectivas críticas sobre o capitalismo de plataformas e a teoria da esfera pública, demonstrando que os algoritmos operam como instituições normativas que codificam propriedades humanas e reproduzem desigualdades simbólicas e políticas. Essa síntese teórica, em conjunto com o diagnóstico habermasiano, revela que a crise da mediação é, antes de tudo, um processo de governamentalidade algorítmica, em que o controle da atenção e da visibilidade se converte em nova forma de poder.

Podemos dizer, a partir disso, que as novas desigualdades emergem do encontro entre uma sociedade historicamente marcada por assimetrias e pela crescente mediação algorítmica da vida social. Nas plataformas, o acesso desigual à visibilidade torna-se um novo eixo de divisão cívica e política, interferindo diretamente nas oportunidades de participação e representação. Essa dinâmica se assemelha, em termos simbólicos, ao “espaço

público morto” descrito por Richard Sennett (2014), em que a técnica substitui a vitalidade das trocas humanas e a sociabilidade se esvazia sob o peso da performance individual e da lógica do engajamento.

Sob essa perspectiva, impulsionada pelas “*big techs*”¹³, a plataforma atravessa dimensões urbanas, econômicas e comunicacionais - transformando também práticas de circulação (*Uber*), moradia (*Airbnb*), consumo (*iFood*, *Amazon*) e trabalho – dessa maneira, reorganizando a vida cotidiana.

Consideramos, portanto, que compreender a plataforma como regime sociotécnico normativo é, assim, condição necessária para diagnosticar seus riscos, principalmente para a democracia deliberativa. Desse modo, poderemos proporcionar um olhar ao debate da necessidade de políticas e marcos regulatórios que promovam a transparência algorítmica, responsabilização pública e proteção aos trabalhadores e cidadãos. Atentamos que a regulação, portanto, deve mirar as estruturas de governança, e não apenas os conteúdos.

Em suma, buscamos alertar que as plataformas digitais se posicionam como novas instituições que moldam práticas de visibilidade, pertencimento e deliberação. A racionalidade algorítmica reconfigura vínculos sociais, incidindo na intensificação de processos de exclusão simbólica e na mutação das formas de participação política. Essa mutação desafia as noções clássicas de cidadania, participação democrática e ação política. Assim, percebemos a necessidade de uma revisão crítica das estruturas de mediação digital que moldam a vida cotidiana, da desinstitucionalização da esfera pública e da emergência de subjetividades performáticas, demandando um novo olhar sociológico sobre os modos de habitar, circular e participar.

Recebido em 30 de julho de 2025

Aprovado para publicação em 03 de fevereiro de 2026

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1.ed. São Paulo: Boitempo. 2020

AVRITZER, Leonardo. **Esfera pública sem mediação? Habermas, anti-iluminismo e democracia**. Lua Nova: [recurso eletrônico]: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.118, jan./abr. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

13 Grandes empresas de tecnologia global (*Apple*, *Google*, *Amazon*, *Microsoft* e *Meta*)

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** – Volume I. 9.^a edição. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Miguel. **WhatsApp nas eleições de 2018: o embate entre a lei, a tecnologia e o direito à privacidade**. Senado Federal. 2 fev. 2019. <https://share.google/UxwRtijKuzpuOe7Kj>

HABERMAS, Jürgen. **Uma Nova Mudança Estrutural da Esfera Pública e a Política Deliberativa**. São Paulo: Unesp, 2023.

MARCUSE, Herbert. **Aggressiveness in Advanced Industrial Society**. Beacon Press. Alemanha, 1967.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. **Plataformização** (Platformisation, 2019 – tradução: Rafael Grohmann). Revista Fronteiras – estudos midiáticos 22(1):2-10 janeiro/abril 2020.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. **Gouvernementalité algorithmique et perspectives critiques**. Revue française de science politique, Paris, v. 63, n. 3, p.155–179, 2013.

PRZEWORSKI, Adam; tradução, Berilo Vargas. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: As Tirantias da Intimidade**. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda., 2014.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. 1. ed. Polity Press, 2016

VANNUCHI, Camilo. **O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil**. Galáxia. São Paulo, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/twitter-facebook-e-whatsapp-nao-res->

[pondem-principais-perguntas-sobre-seu-papel-na-eleicao-brasileira.shtml](#)
[https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-
-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml)